



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Sociais – ICS

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGSOL

**Kethury Magalhães dos Santos**

**“Meu capacete já viu muitas lágrimas”: o trabalho feminino  
plataformizado a partir das experiências do coletivo Moto Brabas**

BRASÍLIA,  
2023

Kethury Magalhães dos Santos

**“Meu capacete já viu muitas lágrimas”: o trabalho feminino  
plataformizado a partir das experiências do coletivo Moto Brabas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dr. Ricardo Colturato Festi

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Colturato Festi (Presidente) – PPGSOL/UnB

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Mara Passarelli Tonhati (Avaliadora Interna) – PPGSOL/UnB

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Maria França Mazzei Nogueira (Avaliador Externo) –  
PPGSSPS/UNIFESP

Suplente:

Prof. Dr Sadi Dal Rosso – PPGSOL/UnB

BRASÍLIA  
2023

*Para  
Anna Beatriz Borges que,  
ao perder a vida,  
me encorajou e ensinou a viver  
intensamente.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso toda a minha gratidão ao grupo Moto Brabas (DF) pela recepção carinhosa, desde o início, e pela infindável disposição em ajudar a construir esta pesquisa. Sem vocês, certamente, esta investigação não seria possível. Agradeço a cada uma das interlocutoras que se dispuseram a compartilhar comigo um pouco de suas vidas, de suas dores e alegrias, e, sobretudo, pela confiança atribuída a mim. Obrigada por abrir espaço em seus encontros e confraternizações, pelas trocas e prosas. Foram raras as vezes em que me senti tão confortável em estar na presença de pessoas que pouco conhecia. Com vocês aprendi o que realmente significa solidariedade, empatia e cumplicidade feminina.

Agradeço aos meus avós e pais Antônio e Antônia, por terem me criado e insistido na premissa de que o “conhecimento é a única coisa que ninguém pode tirar de você”. Mesmo sendo analfabetos, jamais deixaram de enfatizar a importância da educação, da honestidade e do trabalho árduo para que eu fosse uma mulher livre. Vocês foram cruciais para a minha formação enquanto ser humano e socióloga. Com o meu “Avôhai”, Antônio, aprendi desde cedo a olhar para as outras pessoas de maneira humana e humilde.

Agradeço à Nadir (Benedita), uma das matriarcas do Quilombo Mesquita, por ser a avó doce e carinhosa que sempre quis ter. É uma honra saber que o sangue que corre em minhas veias carrega uma trajetória ancestral de luta e resistência, e a busca infindável pela construção de um mundo radicalmente igualitário, onde a vida será mais preciosa que o lucro.

Agradeço à minha mãe, Maria da Conceição, pelos sacrifícios e pelo o suporte material e emocional necessários ao longo de toda a minha trajetória de vida para que alcançasse tudo aquilo que ela (ainda) não pôde alcançar. Ao meu pai, Juarez Magalhães, pelo carinho e apoio em momentos nebulosos.

Sou grata aos meus ilustres e admiráveis orientadores Ricardo Festi e Sadi Dal Rosso, que acreditaram em mim desde cedo e enxergaram um potencial que eu mesma duvidei. Sou grata pelo tratamento humano, pelo acolhimento em momentos de insegurança, pelo aprendizado e apoio incondicional durante os últimos anos. Sem vocês este trabalho não seria possível.

Retribuo os abraços silenciosos em momentos de crise, o afago e o amor direcionado à mim, pelo meu companheiro Daniel Jaccoud. “Daniboy”, você trouxe leveza para a minha vida.

Gratidão às minhas amigas Anna Beatriz (*in memoriam*), Daniela, Iasmin, Aissa e Micaely, que compõem as lembranças e as experiências mais felizes, engraçadas e especiais que eu poderia ter. “Bia-Biloca”, que bom que nossas histórias um dia se cruzaram... Obrigada por tudo e por tanto!

Às amizades que cultivei dentro e fora da academia: Diogo, Jalisson, Caio, Chirley, Leonardo, João Pedro, Eliel, Evellyn, Mateus Paz, Cadênio, Ana Kelly, João Roberto, Giuliana, Eduardo, Lara, Laura, Cícero, Raphael, e às pessoas que eu possa ter esquecido de mencionar, obrigada. Vocês são maravilhosos.

Agracio os membros do GPTTS-UnB por todo o aprendizado, pelos debates valiosos e pelas contribuições, sugestões e críticas que enriqueceram profundamente a minha formação e jornada acadêmica.

Também sou grata aos docentes do Departamento de Sociologia (Sol-UnB) e do Departamento de Antropologia (DAN-UnB), que mesmo diante dos cenários mais complexos cumpriram seus papéis como educadores com empenho e paciência, ao longo dos últimos 10 anos. Como diria Paulo Freire: “O educador se eterniza em cada ser que educa”.

Minha gratidão às membras da banca de qualificação e defesa, Prof<sup>a</sup> Claudia Mazzei Nogueira e Prof<sup>a</sup> Tânia Mara P. Tonhati. Obrigada pela leitura atenta, crítica e pelos comentários e sugestões que fizeram ao meu trabalho. Suas contribuições foram valiosas!

Agradeço a todos os trabalhadores e trabalhadoras (técnicos, terceirizados, etc.) da Universidade de Brasília, especialmente à Dona Ana, que trabalha na portaria do Instituto de Ciências Sociais. Obrigada pelas conversas, pelas fofocas e por ser tão amorosas com os gatinhos que vivem no ICS. Também sou grata à Gabriella, Ester, Michele, Patrícia e Branca, pela prestatividade, carinho e trabalho fundamental prestado à comunidade acadêmica.

Por último, mas não menos importante, agradeço à Capes (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo suporte financeiro indispensável à realização desta pesquisa.

*Não digam que fui rebotinho, que  
vivi à margem da vida. Digam que  
eu procurava trabalho, mas fui  
sempre preterida. Digam ao povo  
brasileiro que meu sonho era ser  
escritora, mas eu não tinha dinheiro  
para pagar uma editora  
(Carolina Maria de Jesus, 2017)*

*“Trabalhar menos!  
Trabalhar todes!  
Produzir o necessário!  
Dividir a produção!”*

*No vai e vem da bicicleta  
Rasga o asfalto o entregador  
É refém da própria meta  
O algoritmo é o chicote que se  
aprimorou  
Seu pedido está chegando até você  
Desfrute esse sabor  
Rappi, Ifood, Uber Flash  
Qual o segredo da magia?  
Sanguessugas vão nas costas  
Rango quente, boia-fria  
Pedalando entre os destroços  
Da cidade em decomposição  
Num balé de marcas mortas  
Desfilando em procissão”  
(El Efecto, Trupe Lona Preta, Galo de  
luta - La Comuna, 2023).*

## RESUMO

O presente estudo buscou tornar visíveis as histórias de trabalhadoras que atuam no ramo de entregas de alimentos e mercadorias por meio das plataformas digitais no Distrito Federal e no Entorno. Com o advento da pandemia da Covid-19, o trabalho desenvolvido por entregadores/as por aplicativo se tornou essencial no Brasil, desencadeando uma série de estudos sobre o tema. No entanto, as dinâmicas da divisão sociosexual e racial do trabalho presente na economia de plataformas fez com que as mulheres fossem invisibilizadas nas notícias, pesquisas e discussões. Diante da escassez de estudos sobre as entregadoras no Brasil, esta pesquisa focaliza a população feminina que compõe a categoria. Durante o trabalho de campo, conhecemos as integrantes do grupo “Moto Brabas”, criado em um grupo de Whatsapp em meados de 2023, e direcionamos nossos esforços para investigar os perfis, as especificidades que atravessam a profissão e as condições em que este trabalho ocorre. Para alcançar os objetivos da pesquisa, utilizamos ferramentas da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, com dados coletados por meio de entrevistas em profundidade. A análise e a discussão dos dados foram embasadas nas pistas interpretativas desenvolvidas no subcampo da Sociologia do Trabalho e dos Estudos de Gênero. Os resultados apontam para uma predominância de mulheres negras e periféricas, que, em sua maioria, enfrentam desafios relacionados aos atributos sociais que as marginalizam, obstáculos de acesso à cidade, além das opressões de classe, raça e gênero. Ainda assim, as Moto Brabas construíram uma rede de solidariedade feminina como forma de articulação política para lutar por seus direitos e por melhores condições de trabalho em uma atividade que, para muitas, é a única ou principal alternativa de renda.

**Palavras-chave:** Entregadoras; plataformização do trabalho e gênero.

## ABSTRACT

This study seeks to make visible the stories of women working in the food and goods delivery sector via digital platforms in the Federal District and its surrounding areas. With the advent of the Covid-19 pandemic, the work of app-based delivery drivers became essential in Brazil, sparking a series of studies on the topic. However, the dynamics of the socio-sexual and racial division of labor present in the platform economy led to the invisibility of women in news, research, and discussions. In light of the lack of studies on female delivery workers in Brazil, this research focuses on the female population within this category. During fieldwork, we met members of the group "Moto Brabas," created in a WhatsApp group in mid-2023, and directed our efforts to investigate the profiles, the specificities that affect the profession, and the conditions in which this work occurs. To achieve the research objectives, we used tools from qualitative, ethnographic research, with data collected through in-depth interviews. The analysis and discussion of the data were based on interpretive frameworks developed in the subfield of Labor Sociology and Gender Studies. The results point to a predominance of black and peripheral women who, for the most part, face challenges related to the social attributes that marginalize them, obstacles to accessing the city, and the oppressions of class, race and gender. Still, the Moto Brabas have built a network of female solidarity as a form of political articulation to fight for their rights and better working conditions in an activity that, for many, is the only or primary source of income.

**Keywords:** Delivery women; platformization of work and gender



## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Logo do grupo Moto Brabas.....	50
Figura 2 – Regras de convivência do grupo Moto Brabas.....	51
Figura 3 – Mapa das regiões em que vivem as Moto Brabas .....	58
Figura 4 – Foguete do Parque da cidade .....	73
Figura 5 – Espaço improvisado na Asa Norte para descanso.....	77
Figura 6 – Captura de tela de uma das Moto Brabas.....	101
Figura 7 – Concentração das Moto Brabas na Torre de TV.....	101

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária das Moto Brabas.....	53
Gráfico 2 - Escolaridade das Moto Brabas.....	54
Gráfico 3 – Raça/cor das Moto Brabas .....	56
Gráfico 4 – Regiões em que vivem as Moto Brabas.....	58
Gráfico 5 – Jornadas diárias das Moto Brabas.....	61
Gráfico 6 – Percepção das Moto Brabas.....	62
Gráfico 7 – Percepção positiva Moto Brabas.....	63
Gráfico 8 – Percepção negativa Moto Brabas.....	64
Gráfico 9 – Percepção de futuro Moto Brabas.....	65

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

**APPs** – Aplicativos

**OIT** – Organização Internacional do trabalho

**DF** – Distrito Federal

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

**GPPTS** – Grupo de Estudos Trabalho e Teoria Social

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICS** – Instituto de Ciências Sociais

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econmica Aplicada

**IPEDF** – Instituto de Pesquisa do Distrito Federal

**LGBTQIA+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans/Travestis, Queer, Intersexo, Assexual

**OL** – Operador Logístico

**PCD** – Pessoas Com Deficiência

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
Estrutura da dissertação .....	18
<b>1. OS CAMINHOS DO TRABALHO ATÉ A PLATAFORMIZAÇÃO</b> .....	19
1.1 Taylorismo .....	20
1.1.1 Fordismo: surgimento, auge e declínio .....	22
1.1.2 O Regime de Acumulação Flexível .....	27
1.2 Acumulação, dados e controle sob o capitalismo de plataforma .....	31
1.3 A sujeição das mulheres e o trabalho.....	37
<b>2. “BRABA É AQUELA MULHER QUE É FERA EM PILOTAR”</b> .....	45
2.1 Dados do questionário semiestruturado .....	52
2.1.1 Perfil sociodemográfico .....	52
2.1.1.2 Onde vivem? .....	57
2.1.2 Reprodução social.....	59
2.1.3 Jornadas de trabalho.....	61
2.1.4 Percepção do trabalho, percepção de si e prospecção do futuro .....	61
2.1.5 Assédio .....	65
2.2 Acidentes .....	67
<b>3. “A MULHER NÃO TEM NADA DE SEXO FRÁGIL”</b> .....	71
3.1 Rosa .....	72
3.2 Marli .....	79
3.3 Tereza .....	84
3.4 Dolores.....	87
3.5 Nise .....	92
3.6 Considerações sobre as experiências das trabalhadoras .....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	105
<b>APÊNDICES</b> .....	117
Roteiro das Entrevistas .....	117
Questionário A mulher no <i>delivery</i> .....	119
Obrigada pela sua participação em minha pesquisa de mestrado!.....	123
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	123

## INTRODUÇÃO

A pandemia da *Covid-19* desencadeou uma crise global sem precedentes, afetando profundamente a economia, a saúde pública as relações de trabalho, especialmente no contexto do trabalho produtivo e reprodutivo. A categorização das atividades laborais como essenciais e não essenciais evidenciou as desigualdades estruturais, colocando trabalhadores e trabalhadoras em posição de risco e sem o devido reconhecimento (Stevano *et al.*, 2020). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), a população feminina na América Latina e Caribe foi particularmente impactada, já que mais de 4,2 milhões de postos de trabalho não foram recuperados pelas mulheres em 2022, enquanto as ocupações deixadas pela população masculina foram retomadas quase integralmente.

Somado a este fator, os bastidores do trabalho plataformizado vieram à tona com o “Breque dos Apps”, em julho de 2020. A mobilização visibilizou a precariedade do trabalho, a ausência de direitos trabalhistas e as longas jornadas de trabalho que acometem a categoria (Dutra; Festi, 2020; Oliveira; Festi, 2023). Atualmente, estima-se que 2,1 milhões de pessoas trabalham por meio de aplicativos no Brasil, sendo que, destes, 81,3% são homens; 18,7% são mulheres; 39,5% atuam nas plataformas de entrega de comida, produtos etc., e 13,2% trabalham em plataformas de serviços gerais ou profissionais (IBGE, 2023).

A adesão ao trabalho plataformizado pode ser atribuída, em grande medida, às desigualdades que estruturam o mercado de trabalho brasileiro, juntamente à dificuldade de inserção em ocupações formais atrelada às altas taxas de desemprego e informalização (IBGE, 2024). Não por acaso, naquele período, o percentual de desempregados no Brasil era 14%, ou seja, 13 milhões de desempregados no país, sendo que destes, 68% se encontravam na informalidade (Souza, 2020).

Tais assimetrias se acentuam se olharmos para o desemprego e para a informalidade estrutural considerando o marcador social de gênero. Em concordância com Medeiros (2017), a vulnerabilidade feminina no mercado de trabalho (e fora dele) decorre, principalmente, da sobrecarga causada pela distribuição desigual do trabalho reprodutivo. Tendo em vista que a segregação e a subordinação histórica da mulher se refletem diretamente nos postos e em condições de trabalho distintas quando apresentados ao gênero feminino e masculino, tais disparidades também se incorporam no mundo do labor e estas são acentuadas pelos efeitos *divisão sociosexual e racial do trabalho* (Passos; Nogueira, 2018) que recai sobre as mulheres (não-brancas, principalmente) em todas os âmbitos da vida em sociedade.

O trabalho de *delivery* plataformizado é altamente masculinizado, assim como os olhares direcionados a ele, o que justifica as razões pelas quais os homens se tornaram os protagonistas nas pesquisas e discussões sobre o trabalho plataformizado ao redor do mundo (Aliaga, 2023). Como exemplo, o polêmico Projeto de Lei Complementar 12/2024 que visa regulamentar as empresas-plataformas do transporte individual de passageiros no Brasil, sequer menciona as mulheres e os direitos trabalhistas associados a elas (Severo; Souto-Maior, 2024). À população feminina que busca sobreviver do trabalho plataformizado restou o posto de coadjuvante. No entanto, a invisibilização das mulheres não é algo novo, mas um fato histórico (Perrot, 2017).

Apesar do amplo debate sobre o trabalho plataformizado na academia, nas mais distintas áreas do conhecimento, ainda há uma lacuna significativa sobre as mulheres que participam desta forma de trabalho. E este fato foi constatado ainda em 2020, quando participei de uma ampla pesquisa<sup>1</sup> que averiguou as condições de trabalho dos/as entregadores/as em Brasília e Recife. Das 38 pessoas que participaram do estudo no Distrito Federal (DF), apenas 3 eram mulheres. As experiências evocadas pelas trabalhadoras divergiam drasticamente daquelas trazidas pelos trabalhadores, demonstrando que “a investigação da experiência de mulheres se justifica pelo fato de que a sexualidade, a maternidade e sua força de trabalho configuram relações de controle ou dominação distintas”, logo demandam um exame particular (Fraccaro, 2018, p.15; Souza-Lobo, 2021),

O contato inicial com a realidade das trabalhadoras foi imprescindível para definir o tema desta dissertação, haja vista a escassez de estudos empíricos sobre a presença feminina nas plataformas de entregas de alimentos e mercadorias. Desta forma, o objeto central adotado versa sobre *as experiências laborais das mulheres em plataformas de delivery no DF e Entorno*, com o objetivo de elucidar questões referentes à desigualdade de gênero em um contexto de precarização do trabalho impactado pelo avanço tecnológico.

A princípio, o maior obstáculo encontrado para desenvolver a pesquisa era contactar as interlocutoras, devido a baixa presença destas na profissão e a dinâmica do trabalho. Todavia, tive a sorte de ser “encontrada” por elas através da mediação de meu orientador Ricardo Festi, que, junto aos colegas do Grupo de Pesquisa Trabalho e Teoria Social (GPTTS-UnB), estiveram em uma audiência pública na Câmara Legislativa do DF, com a categoria dos/as entregadores/as. Não

---

<sup>1</sup> A pesquisa realizada durante a pandemia buscou focalizar o trabalho plataformizado em Brasília e Recife, e foi coordenada pelos pesquisadores e professores Ricardo Festi e Roberto Vêras. O relatório final da investigação pode ser consultado em: <[https://gptts.com.br/wp-content/uploads/2024/05/RelatorioPesquisa\\_Entregadoes-CUT\\_OIT\\_UnB\\_UFPB.pdf](https://gptts.com.br/wp-content/uploads/2024/05/RelatorioPesquisa_Entregadoes-CUT_OIT_UnB_UFPB.pdf)>.

pude participar do evento, mas soube que uma das únicas *motogirls*<sup>2</sup> presentes no recinto resolveu falar: “*Vocês precisam fazer pesquisas sobre a mulher entregadora!*”. Peguei o contato da moça, e assim começou a relação com as interlocutoras centrais deste estudo, as *Moto Brabas*.

A aproximação desta rede de mulheres transformou drasticamente os rumos da pesquisa, porque tive abertura para acompanhá-las de um lugar privilegiado, desde que se juntaram em um grupo na multiplataforma *Whatsapp*. Ademais, a inserção no espaço virtual possibilitou entender as dinâmicas das relações sociais entre as trabalhadoras, as dinâmicas do trabalho no cotidiano destas, conhecer um pouco mais de suas vidas pessoais e compreender suas articulações e demandas com maior profundidade. É importante frisar que, segundo uma das criadoras do grupo, “entre os motoboys, *braba* é aquela que é fera em pilotar motos; que pilota muito bem”.

Pelo exposto, a escolha deste tema se justifica pela urgência de assimilar as implicações sociais, políticas e econômicas desta modalidade laboral, assim como as imbricações do gênero no contexto de uma atividade masculinizada e desprovida de direitos trabalhistas. Ao focalizar o labor feminino nas plataformas de entregas de alimentos e mercadorias, a pesquisa contribui substancialmente para o debate sobre o gênero e trabalho plataformizado. Com os resultados desta investigação, tornar-se-á possível subsidiar políticas públicas e ações de movimentos sociais e sindicais que anseiam contribuir para uma melhora das condições de trabalho da categoria.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na etnografia, para compreender, a partir da convivência e do contato aprofundado, como as mulheres experienciam o trabalho em plataformas digitais na capital do país. Através desta escolha metodológica, busca-se responder: quais os perfis deste grupo? Em quais condições trabalham? Quais são as implicações das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade na vida destas trabalhadoras? Como estes fatores afetam suas experiências no trabalho?

Neste sentido, para alcançar os objetivos pretendidos, a abordagem de cunho etnográfico se mostra mais adequada para o desenvolvimento desta investigação. A metodologia em questão surgiu entre o desfecho do século XIX e meados do século XX. E era realizada pelos filósofos sociais ou, para usar um termo mais comum entre os antropólogos: pelos “antropólogos de gabinete”. Esta consistia na investigação à distância de grupos sociais considerados “exóticos”,

---

<sup>2</sup> O uso da palavra “*motogirls*” ao invés de “entregadoras” será frequente neste trabalho, pois é como se identificam e se referem umas às outras com mais frequência. Ao longo do campo, percebi que as categorias possuem sentidos distintos para as trabalhadoras, já que “*motogirls*” (feminino de *motoboy*) faz alusão direta à palavra motoqueira, e “entregadora” está diretamente associada à profissão exercida. Esta última expressão difundiu-se no senso comum e na academia devido à expansão das plataformas do setor de *delivery*. Entretanto, cabe ressaltar que “*motogirls*”, do ponto de vista das trabalhadoras, integra o microcosmo tanto das pessoas que trabalham com motocicletas quanto das pessoas que tem a motocicleta como *hobby*. No caso da maioria das mulheres do grupo, especificamente, a motocicleta é lida primeiramente como um hobby e ferramenta de locomoção, e um instrumento de trabalho, em segundo lugar.

por meio de relatos de viajantes e missionários e da análise de objetos que estes últimos traziam (Ataídes *et al.*, 2021). O desenvolvimento do método etnográfico *in loco* emergiu da insatisfação dos antropólogos com os pressupostos dos filósofos sociais, que não eram satisfatórios para a compreensão aprofundada de tais grupos. De início, a etnografia era fortemente marcada por uma visão etnocêntrica e estereotipada daqueles que se constituíam como o “outro” frente aos ocidentais (Ataídes *et al.*, 2021; Angrosino, 2009).

Para Mattos (2011), o fazer etnográfico também é conhecido como observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, entre outros títulos. E compreende a documentação, monitoramento, busca e significação das ações sociais exercidas pelos grupos. Ademais, o fazer etnográfico requer observações por períodos longos, perdurando entre um e dois anos, para que o pesquisador consiga compreender e validar a fundo os signos e significados das ações dos participantes de forma representativa para o grupo estudado.

Geertz (1989), por sua vez, alerta que a etnografia transcende os objetivos que visam estabelecer relações, selecionar os interlocutores, transcrever entrevistas, ir à campo e realizar seu mapeamento e escrever o diário; pois é imprescindível a realização de uma “descrição densa” (p.15). Ademais, Mattos (2011) sugere que a descrição densa no fazer etnográfico exige o esforço do pesquisador para que esta seja completa e deve abarcar tudo “[...] sobre que um grupo particular de pessoas faz, e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que fazem” (p.54). Portanto, a indução e a dedução tão caras à etnografia devem dialogar diretamente com o processo analítico. A autora destaca ainda que a etnografia não é um método rígido e pode ser combinada com outras técnicas de pesquisa.

Por essa razão, adotou-se como suporte o questionário semiestruturado para obter informações mais gerais do grupo. Como o primeiro acesso às interlocutoras ocorreu virtualmente, e a maioria das interações passíveis de acompanhamento se dão em aplicativos de mensagens, a observação participante foi uma estratégia adotada diante dos obstáculos impostos pela dinâmica de trabalho destas mulheres. Não era viável estar junto das trabalhadoras no cotidiano porque os ambientes laborais não são fixos. Assim, a observação participante aconteceu por meio do grupo de *Whatsapp*, intitulado Moto Brabas, e durante os encontros presenciais promovidos pelas trabalhadoras. Cabe destacar que a maioria das *motogirls* trabalha para as plataformas de entregas *iFood*, *Rappi*, *99food*, *Zé Delivery*, *Lalamove* etc., as principais que operam no Distrito Federal e Entorno, mas o *iFood* é a plataforma mais atraente do ramo<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Segundo as trabalhadoras, o *iFood* é a plataforma que oferece taxas de entrega mais vantajosas e possui mais demandas.



A escolha das participantes ocorreu a partir do contato estabelecido nos encontros presenciais, organizados com a finalidade de se conhecer, de compartilhar e debater as experiências de trabalho, questões familiares, de saúde, segurança, entre outras questões. Em síntese, pode-se dizer que o grupo é, sobretudo, uma rede de apoio e de solidariedade para essas trabalhadoras.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade<sup>4</sup> e da aplicação de um questionário semiestruturado composto por 23 perguntas abertas e fechadas. As entrevistas foram realizadas entre o mês de maio de 2023 e fevereiro de 2024, com duração mínima de uma hora. Quanto ao questionário, a aplicação aconteceu entre em abril e setembro de 2024, com divulgação no grupo de *Whatsapp*. O questionário recebeu um total de 33 respostas.

A respeito da anonimização dos dados, todos os nomes mencionados neste trabalho foram modificados para garantir o anonimato das pessoas envolvidas.

No que tange a autoidentificação étnica/racial, duas mulheres entrevistadas tiveram dúvidas quanto aos grupos pertencentes. Em um primeiro momento, uma delas se autoidentificou como “amarela”, posteriormente, se autoidentificou como parda. O que é um fenômeno comum no Brasil, se considerarmos o passado escravocrata e a ideologia dominante da “democracia racial” que visa encobrir a presença negra na construção histórico-cultural do país (Gonzalez, 2020). No mesmo sentido, a tese de Silva (2009) mostrou que a maioria dos brasileiros não sabem como se identificar étnico-racialmente, e que essa crise de identidade está intimamente relacionada à construção histórica e social país.

A seguir, a tabela 1 compreende um apanhado de informações gerais das interlocutoras.

---

<sup>4</sup> A pesquisa foi previamente aprovada pelo Conselho de Ética sob o código 69747923.5.0000.5540.

**Tabela 1-** Informações gerais das interlocutoras

Nome	Idade	Raça/ Cor	Ocupação Anterior	Tempo de trabalho nas plataformas	R.A. Onde mora	Número de filhos e idade
Marli	43 anos	Preta	Dona de marmitaria	4 anos	Valparaíso (GO)	1 filho (11 anos)
Dolores	41 anos	Preta	Empregada doméstica	7 anos	Fercal (DF)	1 filho (11 anos)
Tereza	28 anos	Preta	Balconista de padaria	1 ano	Valparaíso (GO)	2 filhos (8 e 3 anos)
Nise	37 anos	Parda	Auxiliar de fonoaudiologia	4 anos	Estrutural (DF)	2 filhas (18 anos)
Rosa	40 anos	Parda	Promotora de vendas	4 anos	Ceilândia (DF)	3 filhos (9, 10 e 23 anos)

Fonte: Elaboração própria da autora.

### **Estrutura da dissertação**

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No *primeiro capítulo*, busquei traçar um panorama histórico e teórico que contextualiza a plataformização do trabalho. Para tanto, inicia-se com uma discussão sobre os modelos e processos da organização do trabalho, através da instituição dos regimes *taylorista-fordista*, marcantes na produção massiva durante o século XX. Em seguida, é abordada a transição para o regime de acumulação flexível, que caracterizou-se pela desregulamentação do trabalho, precarização e adoção da flexibilização, preparando para as plataformas digitais. Também se discute a emergência e as implicações das plataformas digitais de trabalho e, na sequência, a sujeição da mulher no trabalho, explorando os elementos que condicionam a opressão da mulher na sociedade e no mercado laboral.

No *segundo capítulo*, foca-se exclusivamente no trabalho feminino plataformizado. Ele é iniciado com uma breve discussão teórica sobre as trabalhadoras do delivery, levando em conta as opressões de gênero, raça e classe. Na sequência, são apresentados e analisados os resultados do questionário respondido pelo grupo Moto Brabas.

No terceiro e último capítulo, são apresentadas de maneira breve as experiências de cada uma das trabalhadoras que concederam entrevistas para a realização desta pesquisa, de modo a oferecer um olhar aproximado e humanizado sobre suas vidas. Após a apresentação destas, realizo uma análise geral sintetizando os principais pontos abordados ao longo da dissertação, buscando conectar as experiências com as discussões teóricas e os dados coletados.

# 1. OS CAMINHOS DO TRABALHO ATÉ A PLATAFORMIZAÇÃO

*“E através dos meios mais grosseiros, usando como estimulante, ao mesmo tempo, a sujeição e a isca da gratificação – em suma – por um método de domesticação que não se dirige a nada do que é propriamente humano, doma-se o operário como se doma um cão, combinando o chicote com os pedaços de açúcar” (Weil, 1996, p. 152).*

As transformações socioeconômicas e políticas ocorridas em 1970 pavimentaram os caminhos para mudanças significativas no dinamismo do domínio capitalista. Com base nas análises de Eric Hobsbawm (2003), Arrighi (1997), Antunes (2011) e Harvey (2009), tais transformações sentidas no mundo do trabalho seriam consequência do acirramento da *crise estrutural do capital*, que se abateu sobre o conjunto das economias capitalistas a partir, especialmente, da grande recessão pós-guerra de 1973.

Para David Harvey (2009), este período marca a queda do regime de acumulação que tinha como referência o modelo hegemônico *fordista-keynesiano*, adotado após o fim da Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, entre 1945 e 1973. Definido, por sua vez, como “um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” (Harvey, 2009, p. 119) que foi inaugurado no período transição para o regime de *acumulação flexível*. Ou seja, este contexto de transformações demarca o processo de reestruturação do capital em escala global, que visou a recuperação do padrão de acumulação e a reposição da hegemonia que o capital vinha perdendo no âmago do espaço produtivo (Brenner, 1999; Antunes, 2009).

Sem dúvidas, a acumulação figura como uma das facetas fundamentais do funcionamento capitalista, visto que “com a acumulação e o consequente desenvolvimento da força produtiva do trabalho aumenta a súbita força de expansão do capital” (Marx, 2017, p. 706) A necessidade de acumulação sem precedentes deste sistema, não se deve apenas ao acúmulo de riquezas, mas de sua finalidade principal: o lucro, seja como dinheiro ou na própria acumulação. E é neste cerne que reside a irracionalidade do capitalismo se considerarmos as suas contradições e crises (Marx, 2017; Boltanski; Chiapello, 2009).

Seguindo o raciocínio, David Harvey (2009) destacou que a necessidade de expansão do

capital só ocorre mediante a exploração da força de trabalho na produção. Com efeito, ao longo de todo o século XX foram criados sistemas de controle laborais sobre a força de trabalho para efetivar e garantir o espraiamento deste sistema. Para compreendermos o apontamento de Harvey, faremos um breve retorno a estes regimes.

## 1.1 Taylorismo

O taylorismo enquanto sistema de controle e organização laboral, foi marcado pela emergência da chamada gerência “científica”, de Frederick Winslow Taylor, entre o final do século XIX e o início do século XX. No período que marcou a Segunda Revolução Industrial e o surgimento da fase monopolista<sup>5</sup> do capital, o sistema de Taylor ficou conhecido mundialmente como *taylorização*. Entretanto,

Embora Taylor tenha batizado seu sistema de “Organização Científica do Trabalho”, ele não era um cientista. A cultura que tinha, correspondia, quando muito, ao ginásio, e mesmo assim não é garantido. Nunca fez estudos superiores de engenharia. Também não era exatamente um operário, embora tenha trabalhado em fábrica. Como, então, defini-lo? Taylor era um contramestre do gênero daqueles que atualmente encontramos nos sindicatos profissionais para chefes, que se julgam nascidos para servir como cães de fila aos patrões. Não foi nem por curiosidade intelectual, nem por necessidade lógica que começou as suas pesquisas. Foi sua experiência de contramestre-cão de fila que o orientou em todos os estudos e lhe serviu de inspiração durante trinta e cinco anos de pacientes estudos. Foi assim que deu à indústria, além da ideia fundamental de uma nova organização de fábricas, um admirável estudo sobre o trabalho de fornos feitos para reduzir o diâmetro das peças (Weil, 1996, p. 141).

A proposta de gerência “científica” do trabalho significou “um empenho no sentido de aplicar os métodos científicos aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (Braverman, 1987, p. 82), embora seja oportuno destacar que a classificação do modelo de gerência de Taylor como ‘científica’, demonstra o seu caráter ideológico velado na medida em que seu sistema foi estrategicamente elaborado como forma de proporcionar o crescimento ilimitado das empresas capitalistas e de defender os

---

<sup>5</sup> Para uma melhor explicação do capital monopolista, recomendo a leitura de Braverman em “*Trabalho e capital monopolista*” (1987) e de *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem social americana*, de Baran e Sweezy (1974).

interesses parasitários desta classe (Weil, 1996; Antunes, 2009; Ribeiro, 2015).

Ribeiro (2015) e Weil (1996) esboçam como o taylorismo foi pensado em favor do capital, com um sistema de vigilância do trabalho bem definido por chefes, contramestres, técnicos etc. Seu anseio maior era expropriar os saberes dos trabalhadores adquiridos no processo produtivo, para obter maior controle sobre o trabalho e isso o fez separar o processo do trabalho em duas esferas: a do controle e a da concepção. A concepção foi direcionada para a gerência das fábricas, com a adoção do sistema de gratificações, a vigilância dos trabalhadores e demissões inexoráveis dos que não acompanhavam o compasso laboral. E o controle, a parte mais simples, para os trabalhadores, como uma expropriação que “retira do trabalhador a característica mesma que o diferencia enquanto humano – a sua capacidade de concepção” (Ribeiro, 2015, p. 67).

Os mecanismos de organização adotados pelo taylorismo eram mediados por meio de métodos de experimentação do trabalho, regras e maneiras padrões de execução. E tais regras eram obtidas através de uma melhor equação do tempo e do movimento com o uso de cronômetros e de pranchetas. Em suma, o anseio de Taylor era encontrar os meios para forçar os operários a darem o máximo de sua capacidade de trabalho à fábrica, para combater a resistência passiva dos trabalhadores no interior das empresas, classificados por ele como “vadiagem” (Ribeiro, 2015; Heloani, 2003; Weil 1996).

Simone Weil (1996) afirmou que o laboratório era, para Taylor, um meio de pressão mais do que um meio de pesquisa, e comparou a sua ‘racionalização’ do trabalho como uma nova forma de escravatura. Conforme a autora, as principais consequências da administração do trabalho sob o sistema taylorista para os trabalhadores foram: o aumento da intensidade, a desqualificação profissional pela perda de concepção (conhecimentos financeiros e comerciais das fábricas etc.), a solidão moral ocasionada pela divisão da classe operária como base do método taylorista, que conferiu aos salários a única e principal motivação para o trabalho, o disciplinamento por meio de controle do tempo e outras formas de pressão da gerência das fábricas.

O projeto taylorista incorporou o que Heloani (1994; 2003) chamou de “propostas de gestão da subjetividade” que conformava um terreno ainda inexplorado pelo capitalismo. Taylor buscou articular as dimensões entre trabalho e capital em um projeto de cooperação que visava estabelecer uma relação formal de correspondência entre sujeitos históricos e politicamente contraditórios, através do princípio da *prosperidade*. Este último proporcionava uma vantagem mútua, conforme Heloani escreveu:

Implicitamente, Taylor afirma que, por trás de interesses diferentes, localizam-se dois sujeitos definidos. Mediante essa imagem sutil, o autor introduz um espaço de

ruptura e ambiguidade. Ruptura, na medida em que separa a acumulação de capital da exploração do trabalho. Ambiguidade, pois isenta o capital de sua exigência de dominação política sobre o corpo, no espaço de produção. Desse modo, edifica uma arquitetura que limita a visão do espaço de dominação política. [...] A aceitação tácita da lei e das regras é que possibilita reativar continuamente o jogo da dominação (Heloani, 2003, p. 30).

O taylorismo buscou conhecer a personalidade dos trabalhadores e, com isso, encontrou meios de gerir a subjetividade destes para apaziguar a luta de classes, mas tal emblemática foi efetivamente consolidada com a implementação do *fordismo*, outro sistema de produção, acumulação e controle laboral.

### 1.1.1 Fordismo: surgimento, auge e declínio

O fordismo, criado por Henry Ford no início do século XX, foi apropriado em larga escala pela indústria capitalista. A instituição do fordismo não representou apenas um novo modo de organização racional do trabalho e da produção, mas *um novo modo de vida*. O sistema taylorista abriu vias em direção ao controle do trabalho, mas o fordismo foi além e tinha como principal direcionamento o controle do *processo de trabalho* como um todo (Gramsci, 2011; Antunes, 2009; Ribeiro, 2015).

A análise de Antunes (2009) demonstra que o processo de produção fordista sob influência do taylorismo representou novos e velhos mecanismos de acumulação, que se baseavam na produção em massa de mercadorias e no consumo destas que se estruturavam de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada (p.38). A atuação da empresa estadunidense Ford Motor Company<sup>6</sup>, a partir de 1920, promoveu uma revolução na indústria automobilística ao incorporar a automação nas linhas de montagem e conseguir atingir altos níveis de produtividade por meio da adoção da esteira rolante que, por sua vez, encontrava o trabalhador numa posição fixa (Ribeiro, 2015).

Antônio Gramsci (2008), um dos pioneiros nos estudos dos regimes de acumulação *taylorista* e *fordista*, escreveu extensamente sobre as transformações no processo do trabalho entre os anos de 1928 e 1935. Em suas análises sobre o desenvolvimento da sociedade norte-americana, achou oportuno adotar o conceito de *operário-massa* para descrever o trabalhador que emergia

---

<sup>6</sup> Nos anos de 1980, a Ford Motor Company (1903-atual) era uma das maiores multinacionais norte-americanas. A segunda maior produtora de veículos nos EUA e a terceira em volume de vendas, com filiais em quase todos os países da Europa Ocidental, além da África do Sul, Egito, Zaire, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Japão, Índia e Brasil (Brito, 1983, p. 27).

naquele contexto, como um “novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (Gramsci, 2008, p. 40). As contribuições de Gramsci compreendem os aspectos políticos e ideológicos do dito *americanismo* e sua influência sobre as relações sociais. Deste ponto de vista, o americanismo pode ser entendido como um “desenvolvimento do capital, da modernidade (racionalização), mas é também a maturação dos processos parasitários imanentes a esse mesmo desenvolvimento” (Baratta, 2004b, p. 33).

Deste modo, Gramsci (2008) enfatizou que as características da formação social americana possibilitaram a implementação do modelo fordista com certa facilidade, devido as suas particularidades, e que a construção de “um novo modo de vida” orientado para a produção foi realizada por meios de coerção combinados com a persuasão e o consenso dos trabalhadores. Como formas de coerção, promoveu o desmantelamento dos sindicatos e, como forma de persuasão e consenso, instituiu os *altos salários*, benefícios sociais e gratificações, além de outras estratégias político-ideológicas incorporadas para regular os costumes e a moral sexual da classe operária (Pfeifer, 2008).

Os altos salários implementados no regime fordista são relevantes para esta análise, se levarmos em conta o papel importante deste elemento no processo de ‘domesticação’ dos trabalhadores e suas implicações para o capital como um todo nos anos que seguiram. De acordo com Batista (2014) e Heloani (2003), o gerenciamento da produção industrial fordista explorou ainda mais a dimensão *subjetiva* do trabalhador. Os altos salários eram um meio de controlar os trabalhadores, mas com alguns interesses divergentes do taylorismo. A preocupação de H. Ford estava voltada para a formação de trabalhadores consumidores, o que garantiu um ciclo virtuoso de acumulação e expansão (Batista, 2007; 2013; 2014). Sobre isso, Gramsci escreveu:

Na realidade, a indústria americana, com seus altos salários, desfruta ainda de um monopólio, devido às iniciativas pelos novos métodos; aos lucros de monopólio correspondem salários de monopólio. Mas o monopólio será necessariamente primeiro limitado e depois destruído pela difusão dos novos métodos, seja dentro dos EUA seja fora dele, junto dos vastos lucros desaparecerão os altos salários.

[...] Por outro lado, é sabido que os altos salários estão necessariamente ligados a uma aristocracia operária e não são dados a todos os trabalhadores americanos. Toda a ideologia fordiana dos altos salários é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna, somada a um determinado grau de desenvolvimento e não um fenômeno primário - o que, porém, não exonera do estudo da importância e das repercussões que a ideologia pode ter por sua conta (Gramsci, 2008; p.75-76).

Com isso, Gramsci demonstra que os mecanismos de coerção e persuasão foram necessários para a construção deste novo tipo de sociedade industrial. Nesse sentido, a contribuição de Brito (1983) ilustra o nível de hierarquização nas fábricas e evidencia as condições de trabalho dos operários no contexto do “fordismo periférico” (Druck, 1999, p. 99). Conforme o autor, havia a distinção artificial entre funcionários especializados e não especializados, em categorias e escalas diferentes com pequenas discrepâncias salariais, para promover a concorrência entre os trabalhadores e “criar a ilusão de uma luta individual para subir de escalão; o que age contra o espírito coletivo de luta, e cria a disputa para aumentar e melhorar a produção” (p.30). No que tange às condições de trabalho no modelo fordista Brito (1983) disse o seguinte:

Na maioria das vezes o peão, antes de ser admitido, pensa que vai trabalhar num lugar agradável, limpo, que lhe proporcionará bem-estar, segurança e bom relacionamento. Pode pensar que vai realizar aí sua vida como profissional e como pessoa humana. Logo, porém, vem a realidade. Tudo isso apenas encobre algo que lembra um campo de concentração, de um trabalho quase obrigatório.

Tudo dentro da fábrica está organizado para tirar o máximo do operário às custas de um desgaste físico insuportável, poluição, barulho e ritmo incansável de trabalho que deixa a pessoa humana despossuída de todas as reservas físicas, mentais e morais (Brito, 1983, p. 29).

O autor salienta ainda que a exploração nas fábricas ocorria em duas dimensões: pelo sistema de repressão direta<sup>7</sup> para aumentar a produtividade e, pela repressão ideológica, para combater a revolta operária. O sistema de repressão ideológica ocorria do modo a seguir:

Por exemplo, se o operário sonha com uma casa bonita, limpa, organizada, basta que lhe diga que a fábrica é sua casa. Para isso faz-se uma fábrica mais limpa, mais organizada e pede-se ao trabalhador para zelar por ela. Que a produção serve para conservar seu emprego, portanto é sua também e assim deve zelar pela maior produtividade, deve zelar pela qualidade; afinal a fábrica é sua casa, os gerentes são seus pais e os chefes seus irmãos mais velhos aos quais deve respeitar e os colegas seus irmãos aos quais deve vigiar, repreender e denunciar para que não cometam erros (Brito, 1983, p.34).

---

<sup>7</sup> Em resumo, Brito classifica os sistemas de repressão direta da seguinte forma: 1. A disciplina pela imposição das chefias; 2. As linhas cadenciais de produção, que fazem com que o operário trabalhe no ritmo da linha que fica sob o comando do chefe superior; 3. A divisão das tarefas que faz com que o operário faça só uma tarefa repetida até o infinito num ritmo acelerado; 4. O controle da qualidade faz com que o operário não se distraia e se escravize na perfeição da tarefa; 5. Os tempos contatos para que não se perca nenhum minuto da produção. Programa-se tempo para banheiro, café e almoço, deixando só o estritamente necessário para poder produzir em condições físicas mínimas; 6. O barulho, que além de ensurdecer, impede de conversar, quando conversar significa suprir uma necessidade mental do trabalhador (1983, p. 33).



É consenso o espraiamento do regime fordista por toda a indústria automobilística dos Estados Unidos e, posteriormente, para todos os principais países capitalistas. Sua expansão também foi verificada, em grande parte, no setor de serviços, ao reunir um grande contingente de operários predominantemente semiqualficados (Antunes, 2009; Amin, 1996; Bihr, 1991). Desse modo, a união dos sistemas taylorista e fordista representaram a “forma mais avançada de racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de todo o século XX” (Antunes, 2009, p. 40) até aparecerem os primeiros sinais de seu esgotamento.

Posto desta forma, Antunes (2009) defendeu que a combinação prática dos dois sistemas de organização e controle do processo laboral culminaram na *desantropomorfização do trabalho*. Esta, por sua vez, versa sobre a perda qualitativa do trabalho vivo ou a subsunção real ao trabalho morto. Nas palavras do autor:

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho *parcelar e fragmentado*, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivos de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de *desantropomorfização do trabalho* e sua conversão em *apêndice* da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída *extensivamente*, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo de sua dimensão *absoluta*, intensificava-se de *modo prevalecente* a sua extração *intensiva*, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A *subsunção real do trabalho ao capital*, própria da fase da maquinaria, estava consolidada (Antunes, 2009, p. 39).

A linha rígida de produção fordista deu continuidade ao processo iniciado pelo taylorismo de supressão da intelectualidade dos trabalhadores por meio, principalmente, da expropriação do conhecimento e de ações mecânicas e repetitivas. Neste sentido, Batista (2014) e Braga (1995) concordaram que o sistema de produção em massa do fordismo, combinado com a “administração científica” do taylorismo ocorreu em um contexto de suavização do conflito inerente entre capital e trabalho, marcado pela regulação keynesiana e pelo sistema de bem-estar social<sup>8</sup>, como bem pontuou Harvey (2009).

E foi apenas no fim da década de 1960, sob a emergência de manifestações sociais pelo

---

<sup>8</sup> “É definido como “um “tipo extremo” do Estado “interventor” – que pode ser empiricamente apontado como o modelo adotado na Europa Ocidental. Trata-se das políticas e instituições criadas pelo Estado interventor da segunda metade do século XX com a intenção deliberada e direta de garantir preceitos mínimos de “qualidade de vida” (daí o “bem-estar”) para todos os cidadãos sob os auspícios daquela sociedade nacional, daquele Estado” (Groppo, 2005, p.70).

mundo, que o taylorismo (enquanto modelo de organização do trabalho) e o fordismo (enquanto mecanismo global de acumulação) entraram em colapso. Sob o exame de teóricos como David Harvey (2009) e Graça Druck (1999), a crise do fordismo foi uma crise conjuntural<sup>9</sup>. Suas percepções divergem das concepções de Mészáros (2009) Bihl (1999) e Antunes (2002) que apontaram para um caráter estrutural da crise, embora os autores tenham adotado os mesmos indicadores para evidenciar o declínio fordista.

Considera-se, por tanto, neste trabalho, a noção de *crise estrutural do capital* como a mais apropriada para a discussão. Segundo Mészáros (2009) e Antunes (2009), em uma contextualização mais geral do problema, a crise dos regimes de acumulação taylorista e fordista como a *expressão fenomênica da crise estrutural do capital* (2009, p. 31-32) tiveram os indicadores a seguir:

1. Queda das taxas de lucro dada, principalmente, pela elevação dos preços da força de trabalho no pós-guerra com reforço das lutas sociais que emergiram na década de 60 em diante;
2. Esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dada pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava e em resposta ao início do desemprego estrutural;
3. Hipertrofia da esfera financeira, que elevou o capital financeiro ao patamar de prioridade para a especulação em sua nova fase mundializada;
4. Aumento da concentração de capitais como resultado das fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas;
5. Crise do *Welfare State* e de seus mecanismos de funcionamento, que gerou crise fiscal e culminou na retração dos gastos públicos e transferência para o capital privado, e
6. Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo.

Cabe ressaltar, ainda, que o declínio dos sistemas foi impulsionado pelas limitações e contradições internas e externas supracitadas, somadas à *crise do petróleo* (1973), que desencadeou uma crise global e levou as economias capitalistas à recessão.

---

<sup>9</sup> Para melhor compreensão deste debate, sugiro a leitura dos referidos autores.

### 1.1.2 O Regime de Acumulação Flexível

Para Harvey (2009), a diferença crucial do núcleo das transformações na economia política do capitalismo nas últimas décadas do século XX estava na passagem de um padrão produtivo massificado, regulamentado e ostensivamente organizado em todos os níveis para um regime caracterizado pela flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e do consumo. Desta forma, o problema fundamental que o regime fordista encontrou, em última instância, foi sua rigidez (dos investimentos de capital fixo de larga escala, nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho), aspecto em que contrasta explicitamente com o novo regime de *acumulação flexível*. Longe de se tornar “desorganizado”, o modo de produção capitalista se torna cada vez mais organizado em seu regime flexível por meio da dispersão.

A contribuição de Graça Druck (1999) compreende o surgimento do *toyotismo* no interior da economia japonesa, entendido por Harvey (2009), como regime de acumulação flexível. Os esforços do governo japonês, nos anos anteriores, foram direcionados para reconstruir o país e a economia arrasados no pós-1945, o que despertou os interesses das sociedades industriais ocidentais como saída à crise instaurada, quando se especulava o fim da hegemonia norte-americana. Seu crescimento notável tinha bases em altos índices de produtividade, na adoção de inovações tecnológicas e nas transmutações do processo e da organização do trabalho.

Druck (1999, p. 92-93) defende que o modelo japonês, assim como o fordismo, assume formas nacionais e regionais. E é composto por quatro dimensões expostas de maneira sintética, a seguir:

1. Sistema de emprego: a) Emprego vitalício, sem contrato formal, mas com estabilidade até a aposentadoria aos 55 anos; b) promoção por tempo de serviço com diferenciação na renda e privilégios aos funcionários mais antigos; c) admissão para a empresa, não para postos de trabalhos específicos.
2. Sistema de organização e gestão do trabalho: *just-in-time*: no tempo e na quantidade certa, caracterizando um sistema de produção enxuta; *kanban* – sistemas de informações dos vários estágios de produção e estoques. O trabalho em equipe também é central.
3. Sistema de representação sindical: os sindicatos são integrados à política de gestão das empresas, marcados pela hierarquização e sem organização ou embate contra as práticas de gestão.
4. Sistema de relações interempresas: relações hierarquizadas entre as grandes, médias e

pequenas empresas. As pequenas constituem o elo mais frágil desta relação, são subordinadas às demais, no geral, pequenas e médias se destacam pela precariedade nas condições de trabalho, subcontratação (terceirização), menor qualificação profissional da força de trabalho, trabalho em tempo parcial realizado por mulheres, em sua maioria, etc.

Além do exposto, a autora chama atenção para os impactos que o avanço do processo de automação de caráter microeletrônico permitiu: a demanda por uma força de trabalho mais especializada para lidar com os avanços tecnológicos, de um lado e, do outro, a demanda por mão de obra sem qualificação profissional, conforme a seguir:

O crescente processo de automação, de base microeletrônica, acompanhado das práticas de organização flexível do trabalho, constituídos por um lado, por trabalhadores qualificados, valorizados pelo seu saber técnico individual, e, por outro, por trabalhadores sem qualificação, subcontratados com baixos níveis salariais (Druck, 1999, p. 98).

A adoção do regime flexível, inaugurado pelo toyotismo, envolve o que o autor chamou de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista (Harvey, 2009, p. 237), que logrou em reduzir o tempo de giro da produção com o já mencionado sistema *just-in-time*, e realizou uma redução análoga no tempo de giro do lado do consumo, com base no encurtamento da meia-vida dos produtos conhecido, atualmente, como obsolescência programada. Acompanhou, por outro lado, o total desgaste e desintegração do *Welfare State* ou estado de bem-estar (mas não da intervenção estatal, sinalizando uma continuidade com o regime *fordista*), e no enfraquecimento do modelo de organização sindical e para dificultar a organização da classe trabalhadora em geral, não mais concentrada em peso nos ambientes fabris.

O dismantelamento do estado de bem-estar e os ataques à classe trabalhadora foram elementos importantes para a elevação do regime de acumulação capitalista a um novo patamar: o do *regime de acumulação predominantemente financeiro*, também conhecido como *mundialização do capital*, ou *financeirização*, que decaiu sobre as grandes economias capitalistas entre os anos 1970 e 1980 (Chesnais, 2001; Lapyda, 2011). Segundo François Chesnais (2001), a emergência da financeirização é indissociável das derrotas sofridas pela classe operária ocidental, assim como a retomada do capitalismo na extinta União Soviética.

Na fase anterior, as tendências à polarização e à desigualdade social vinham sendo comedidas, a muito custo, mas a chegada dos ultraconservadores Ronald Reagan (1981-1989) e Margaret Thatcher (1979-1990) ao poder nos Estados Unidos e no Reino Unido, respectivamente, vieram como resposta decisiva para a promoção de mudanças profundas nas relações econômicas

e políticas entre o capital e o trabalho. As atuações destes governantes, frente às maiores economias capitalistas do mundo, consolidam e inauguram o neoliberalismo<sup>10</sup> como a atual expressão do capital. Como afirma Chesnais:

O triunfo atual do “mercado” não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos, os Estados Unidos assim como outros países membros do G7. Graças a medidas cujo ponto de partida remonta à “revolução conservadora” de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan dos anos 1979-1981, o capital conseguiu fazer soltar a maioria dos freios e anteparos que comprimiram e canalizaram sua atividade nos países industrializados. O lugar decisivo ocupado pela moeda no modo de produção capitalista deu à liberalização e à desregulamentação um caráter e consequências estratégicas (Chesnais, 2001, p.10).

O termo ‘*mundialização*’ foi criado pelo autor para delinear a nova etapa do capitalismo mundial. Em seu entendimento, esta é a expressão que mais se aproxima do termo ‘globalização’ e transpõe, perfeitamente, “a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista voltado para a produção manufatureira ou para atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’” (Chesnais, 2001, p. 17). A nova etapa do funcionamento do capital teve como marco dois fenômenos:

O primeiro é a reaparição maciça, junto ao salário e ao lucro e, ao mesmo tempo, fazendo pagar acréscimo de impostos, das receitas resultantes da propriedade de títulos de dívidas e de ações.

O segundo é o papel representado pelos mercados financeiros na determinação das principais grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego) (Chesnais, 2001, p. 16).

A adaptação da financeirização levou alguns anos para ser consolidada e, por isso, Chesnais (2001) dividiu sua formação e progresso em duas fases importantes: A primeira ocorreu entre os anos de 1989 e 1994, e a dívida pública foi o principal mecanismo de criação de crédito e serviços de juros da dívida, assim como transferências de receitas em benefício da renda. O endividamento

---

<sup>10</sup> Dardot e Laval (2016) defendem a tese de que o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é, em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. Para Muniz (2023, p. 203), “o neoliberalismo pode ser entendido enquanto produto da soma de uma doutrina político-econômica, de um conjunto de dispositivos jurídicos institucionais e de uma matriz geradoras de práticas baseada em arranjos sociais, através da introdução e consolidação do mercado como modelo institucional para a vida social e, ao mesmo tempo, a reelaboração dos sujeitos produtivos em seu nível subjetivo”.

dos governos permitiu a expansão e a renovação dos mercados financeiros, e angariou força política e econômica suficientes para a geração de altas pressões fiscais sobre receitas menos móveis e mais fracas, austeridade orçamentária e congelamento das despesas públicas. Com efeito, nos anos que seguiram, abriu margens para as privatizações.

Ademais, com os recursos financeiros centralizados pela aparelhagem da dívida e do fisco, os mercados financeiros puderam se reconstruir plenamente ao ponto de estabelecer a dominação do capital de investimentos sobre as empresas. Como consequência, a segunda etapa da financeirização iniciou-se a partir da onda de dividendos e converteu-se em canal de transferência fundamental, ao passo que os mercados financeiros se elevaram ao patamar mais ativo da regulação da acumulação predominantemente financeirizada. Deste modo, foram impostas novas normas de rentabilidade que impactaram diretamente o mercado laboral “geradoras de pressões fortemente acrescidas nos salários, em termos de produtividade e de flexibilidade do trabalho, como mudanças nas formas de determinação dos salários” (Chesnais, 2001, p. 17).

Pelo exposto, a emergência da financeirização como marco de uma nova fase da acumulação capitalista foi um fator de impacto determinante no mundo do trabalho, já que esta difundiu em larga escala práticas de flexibilização que resultaram em uma miríade de formas de trabalho precário. Luciano Vasapollo (2005) se antecipou em destacar três das distintas definições de flexibilidade no âmbito laboral: “flexibilidade salarial; flexibilidade de horários (em que são subdivididas as jornadas de trabalho) e a flexibilidade funcional (ou organizativa)” (p. 375). E enfatizou que a flexibilidade conferiu, por sua vez, maior controle dos empregadores sobre os/as trabalhadores/as, em detrimento do desmantelamento dos direitos trabalhistas que abriu margens para as práticas flexíveis de trabalho.

Ademais, as transformações tecnológicas, associadas às mudanças nos padrões de acumulação capitalista nas últimas décadas, possibilitaram o surgimento do trabalho por meio de plataformas digitais ao forjar novas relações de trabalho alinhadas às expectativas neoliberais e flexíveis do mercado. Para os fins desta pesquisa, é fundamental compreender as circunstâncias em torno da atividade laboral por meio de plataformas digitais. A próxima subseção trata da produção teórica recente sobre esta modalidade de trabalho no exterior e no Brasil. Em seguida, discutirei o lugar do trabalho feminino nessas plataformas, seguindo pistas interpretativas de teóricas feministas e da sociologia do trabalho.

## 1.2 Acumulação, dados e controle sob o capitalismo de plataforma

O neoliberalismo enquanto *razão* do capitalismo contemporâneo (Dardot; Laval, 2016) promoveu mudanças significativas no mundo do trabalho a partir da instituição de práticas flexíveis de trabalho, desmantelamento dos direitos trabalhistas e do enfraquecimento da luta sindical (Harvey, 2009; Antunes, 2009; 2015; Vasapollo, 2005). Segundo Roque (2023), a ampliação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de organização do trabalho e a expansão do setor de serviços contribuíram para o “estabelecimento de relações laborais informais, instáveis, flexíveis, descentralizadas, independentes, desregulamentadas, digitais e plataformizadas (Roque, 2023, p. 270).

Tais efeitos incidem sobre o mundo laboral no contexto do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2015) situado no núcleo das transformações da Indústria 4.0, caracterizada pela “implementação de tecnologias de informação ao ambiente de produção, que promovem substanciais ganhos de produtividade, flexibilidade e transformam a natureza do trabalho industrial” (Junior; Saltorato, 2018, p. 743; Schawab, 2016). Nesse sentido, Roque (2023) argumenta que a indústria 4.0 visa expandir e intensificar as TIC em todas as áreas da produção, ao conceber um modelo de “fábrica inteligente” (p. 271).

Com a expansão a nível global da digitalização do trabalho a partir da crise de 2008 (Srnicek, 2016), diversos intelectuais, dos mais variados campos de conhecimento, vêm fazendo esforços de análise e compreensão de tal processo. No entanto, não há consenso entre os estudiosos deste campo. O fenômeno recebeu várias denominações, dentre elas merecem ser destacadas: a economia de compartilhamento (*sharing economy*), a economia de bicos (*gig economy*), a *uberização* e a *plataformização* do trabalho (Slee, 2017; Woodcock, Graham, 2020; Abílio, 2017, 2018a, 2019; Srnicek, 2016; Grohmann, 2020). No entanto, este trabalho situa-se no debate da *plataformização*, e segue em direção à definição de *trabalhos subordinados por meio de plataformas digitais* (Abílio; Amorim; Grohmann, 2020; Moda, 2023) por ser o mais adequado para orientar a discussão.

O trabalho por meio de plataformas digitais pode ser entendido como uma nova forma de gerenciamento, organização e controle que se estende globalmente pelo mundo do trabalho (Abílio, 2017; 2019; 2020a; Fontes, 2017; Amorim; Moda, 2020). Para o sociólogo Jonas Valente (2019), as plataformas digitais são compreendidas como sistemas tecnológicos, visto que as atividades ocorrem sobre uma base tecnológica, comandadas por proprietários (sejam empresas ou

organizações), mas que encontram participação de outros agentes (produtores, intermediários e usuários), de modo que o “controle e gestão jogam o papel organizador chave e nos quais operam lógicas econômicas, práticas culturais e norma diversa (regulatórias e internas)” (p. 72).

As plataformas se tornaram populares por facilitarem o acesso entre diversos agentes ao conectar usuários, vendedores, anunciantes e trabalhadores, o que as levou a adotar a autodefinição de mediadoras ‘neutras’ e ‘imparciais’ das relações entre clientes, estabelecimentos e trabalhadores (Cant, 2021). Entretanto, como bem enfatizou Valente (2020), tal neutralidade é inexistente na medida em que estas empresas regulam as formas, as finalidades e delimitam a atuação dos agentes.

Esta autodefinição serve, primeiramente, para ocultar o caráter ideológico das plataformas digitais e para mascarar as relações de trabalho existentes, com o intuito de burlar as legislações trabalhistas dos países em que operam, de ampliar o controle sobre o trabalho baseado na exploração e na subordinação e, de dificultar reivindicações dos vínculos empregatícios e dos direitos trabalhistas a eles associados (Antunes; Filgueiras, 2020; Cant, 2021; Abílio, 2020). Por isso, é comum a utilização das categorias “parceiros”, “colaboradores” e “autônomos” para se referirem à força de trabalho plataformizada.

Cabe ressaltar que esta forma de trabalho se tornou notória no Norte global a partir da atuação da empresa *Uber Technologies Inc.*, criada no ano de 2009, na Califórnia (EUA). Esta plataforma é centrada na oferta e procura de motoristas e passageiros do transporte individual. No entanto, a operação das demais empresas é bastante ampla e se fazem onipresentes na vida cotidiana. Com o passar dos anos, as plataformas digitais passaram a absorver uma gama de postos de trabalhos historicamente marginalizados e de pouca visibilidade conformando, assim, uma nova forma de *escravidão digital* (Antunes, 2019). Como exemplo, temos a apropriação do trabalho de motofretistas<sup>11</sup>, de motoristas do transporte individual<sup>12</sup>, de profissionais do trabalho doméstico<sup>13</sup>, do trabalho de cuidado<sup>14</sup>, de serviços gerais<sup>15</sup>, do trabalho sexual<sup>16</sup>, entre tantos outros.

Também há dissenso entre os teóricos a respeito da tipologia das plataformas. De Stefano (2016), por exemplo, divide os trabalhos plataformizados em duas categorias: a) o trabalho sob-

---

<sup>11</sup> *Ifood, Rappi, 99 Food, Aiqfome, Glovo, Lalamove, PedidosYa*, etc.

<sup>12</sup> *Uber, Cabify, 99 App*, etc.

<sup>13</sup> *Parafuso, Mary Help, GetNinjas, Diaríssima*, etc.

<sup>14</sup> *Silty, Babysits, AppNanny*, etc.

<sup>15</sup> *GetNinjas, Mary Help*, etc.

<sup>16</sup> *OnlyFans, Privacy*, etc.



demanda (*on-demand work*), definido como formas laborais executadas enquanto formas tradicionais, mas agora exercidas através das plataformas digitais, e b) o *crowdwork*, como um trabalho difuso e de micro-tarefas repassadas pelas empresas para seus usuários. Já Antonio Casilli (2018), compreende os produtores de conteúdos que monetizam suas produções em redes sociais como trabalhadores plataformizados.

Deste modo, elencamos a contribuição de Valente (2020) como a mais oportuna para a discussão. Sua assertiva sustenta que as características cruciais das plataformas são: a) a configuração como mediadoras do acesso entre pontos – indivíduos, organizações e empresas – em diversos lados; b) sua operação, sobretudo, por meio da internet e, c) a sua intensiva coleta de dados. A sucinta tipologia elaborada pelo autor (2020) distribui as plataformas digitais em cinco grupos:

- 1) Comércio e revenda (*Amazon, Mercado Livre*);
- 2) Redes Sociais Digitais (*Facebook, Instagram, Snapchat*);
- 3) Sistemas e aplicações (*Windows, Linux e AppleStore*);
- 4) Compartilhamento de bens, serviços e atividades (*Uber, AirBnB, ifood, Parafuzo*);
- 5) Circulação de conteúdos (*YouTube, Google, Spotify*).

Dentre as plataformas digitais elencadas na proposta tipológica do autor, nos interessa as de compartilhamentos de bens, serviços e atividades, definidas como “atividade de troca de serviços, bens, tempo e trabalho físico ou intelectual” (Valente, 2020, p. 177), tendo em vista os seus impactos sobre o cenário do trabalho global, acompanhados de mudanças cruciais nas formas de contratação que não mais se baseiam nos modelos fixos tradicionais, mas na ampla flexibilidade.

Neste sentido, cabe ressaltar que a definição de plataforma digital não se resume a uma ferramenta técnica, pois, é principalmente utilizada para descrever empresas que controlam infraestruturas digitais baseadas em dados e organizadas por algoritmos (Srnicsek, 2016; Grohmann, 2020; Abílio; Amorim; Grohmann, 2021). Por isso, é fundamental destacar a diferença entre plataformas e aplicativos, sendo os últimos *softwares* instalados em dispositivos móveis e as plataformas, por sua vez, são empresas, *softwares*, infraestruturas digitais e um modelo econômico (Grohmann, 2020).

Já a plataformização do trabalho refere-se à dependência dos consumidores e dos trabalhadores em relação às plataformas digitais para a realização das atividades laborais. Esse fenômeno apresenta diversas lógicas de extração de valor e características de trabalho entre as plataformas. Todavia, três aspectos essenciais se destacam: a datificação, financeirização e racionalidade neoliberal ou empreendedora (Srniczek, 2016; Grohmann, 2020).

Os dados, no entendimento de Nick Srniczek (2016), “são o novo petróleo”. E o seu desdobramento enquanto datificação pode ser compreendido como a transformação da ação social em dados *online* quantificados, que permitem o monitoramento em tempo real e análise preditiva. Essa intensificação do uso e da coleta de dados ocorre no âmbito da *Internet* e se baseiam no fenômeno inserido nas já mencionadas TIC, que se expandem por diversos setores, incluindo o econômico e o mundo do trabalho (Cukier, 2013; Bolaño; Barreto; Valente, 2019; Van Dijck, 2017).

Como já foi abordada a financeirização a partir da contribuição de Chesnais (2001) na subseção anterior, avançaremos para a racionalidade neoliberal ou empreendedora que, segundo Dardot e Laval (2016a) se desenvolveu a partir de 1980-1990, e define-se enquanto generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. Para os autores franceses, a subjetivação trata-se de

Governar os indivíduos de forma mais eficaz, de fazê-los produzir mais e mais, abandonando os velhos procedimentos administrativos quando eles passam a ser considerados ineficazes. O novo modo de governar consiste em passar de um comando jurídico e administrativo, suspeito de tornar as pessoas passivas e dependentes, para uma lógica econômica baseada na concorrência e na incitação material, que supostamente faz das pessoas sujeitos mais ativos, mais autônomos na busca de soluções melhores, mais responsáveis pelos resultados de seu trabalho.

Fazendo uso de métodos de gestão padronizados, a subjetivação contábil dos assalariados consiste em codificar a sua atividade, em quantificar os seus resultados, em fixar pontuações ou objetivos numéricos para serem cumpridos durante a realização do trabalho. Para tanto, apela-se às técnicas de calibração (*benchmarking*) e de avaliação da atividade realizada, visando comparar os resultados obtidos com os objetivos fixados, assim como punir material e simbolicamente a falta de realização efetiva. Introduce-se também, constantemente, novas pontuações e novos objetivos. Trata-se de governar os indivíduos apelando aos seus interesses pessoais, fazendo com que entrem numa lógica contábil que põe metas quantificáveis que eles devem atender, assim como sanções que podem receber (Dardot; Laval, 2016b, *online*).

O processo de subjetivação exposto pelos autores é uma ilustração perfeita de como as plataformas digitais operam. No mesmo horizonte, Antunes e Filgueiras (2020) demonstram como se efetivam alguns padrões de controle exercidos sobre os/as trabalhadores/as do *delivery* a partir

da gestão algorítmica e chegaram à conclusão de que algumas destas medidas explícitas versam sobre uma vigilância absoluta. Seja na forma de contratação definida pelas empresas, sobre *como*, *onde* e *quando* será feita a entrega, sobre qual o trabalhador ou trabalhadora fará o serviço, sobre o tempo de execução, sobre a remuneração, sobre os incentivos (promoções e taxas extras), sobre as punições e a promoção da concorrência entre os e as trabalhadoras.

Os desdobramentos destacados por Antunes e Filgueiras (2020) fazem parte de uma estratégia de gestão gamificada do trabalho, adotada para conduzir e manipular o comportamento das pessoas. A *gamificação* (do inglês *gamification*) versa sobre técnicas de jogos aplicadas no cotidiano, fora dos jogos, para aumentar o engajamento dos indivíduos através do uso de recompensas e da competição. Em síntese, são “elementos projetados para intensificar o processo de trabalho, convencendo os trabalhadores a fazerem um esforço extra e a extrair mais vendas e lucros” (Woodcock; Johnson, 2023, p. 121).

De acordo com Queiroz, Neves e Rodrigues (2021) as abordagens de gamificação e recompensas simbólicas surgem como ferramentas motivacionais, gerando sensações de “diversão” e entusiasmo, apresentando-se na forma de “elogios” e “preços dinâmicos (inflacionados pela demanda)”, influenciando diretamente as vivências e comportamentos dos trabalhadores (Kellogg; Valentine; Christin, 2020). Ademais, Walker, Fleming e Berti (2021) defendem que diretrizes e regras que poderiam provocar resistência e conflitos sociais se fossem aplicadas por gestores humanos, mas tornam-se aceitas pelos trabalhadores como aspectos inquestionáveis do ambiente de trabalho quando mediadas por algoritmos, podendo ser encaradas como “jogos” em vez de serem contestadas.

Estas técnicas de gestão também foram observadas na pesquisa de Souza (2023), sobre a subordinação da classe de motoristas à plataforma *Uber*. Para ele, no geral, este conjunto de regras compreende “uma estratégia de gestão que estimula o falso empreendedorismo e esconde a relação de emprego” (p. 9), visto que a plataforma promove uma ilusória ideia de autonomia e, em última instância, introduz a mentalidade competitiva nos sujeitos a partir de um ciclo de comando, monitoramento e punição.

Os fatores supracitados evidenciam que as práticas coercitivas adotadas pelas plataformas contradizem a perspectiva de que a “escolha” da classe plataformizada por essa atividade laboral se sustenta apenas pela influência da ideologia neoliberal do discurso empreendedor, já que historicamente a luta da classe trabalhadora foi orientada no sentido da busca pela autonomia

(Cant, 2021; Dardot e Laval, 2016b). Na visão de Cant (2021), a ‘ausência’ de um chefe e a subordinação tradicionalmente atrelada ao emprego formal são fatores cruciais para a recusa da classe plataformizada por atividades laborais com direitos assegurados, visto que essa definição é adaptada para atender a interesses particulares, ao mirar uma massa de trabalhadores historicamente desfavorecidos que associam a ausência de um empregador direto à autonomia e realização pessoal (Abílio, 2019).

Souza (2023), por sua vez, afirmou que o desemprego estrutural verificado nos últimos anos somado à propagação de políticas neoliberais pelos governos é que propiciam a aceitação ideológica desta forma de trabalho. De tal forma, o endividamento adquirido ao ingressar nas plataformas digitais constituiu outro elemento imprescindível na medida em que impõe a lógica compulsória de labor para aprisionar as pessoas e estimular uma concorrência “maior, mais inatural e mais violenta” (Marx, 2010, p. 27).

Por falar em desemprego estrutural, atentamo-nos para as taxas de informalidade no contexto em que as plataformas digitais de *delivery* expandiram sua relevância no mercado de trabalho e na economia brasileira durante a crise promovida pelo vírus *Sars-Cov-2*. Conforme registrou o IBGE (2023)<sup>17</sup>, em 2021, a taxa de trabalhadores informais era de 40,1%. Ademais, a investigação do IPEA (2024)<sup>18</sup> sugere que o perfil típico da informalidade no Brasil é composto por pessoas negras (62%). Os homens negros representavam quase 36,7% desta população, seguidos por mulheres negras (25,3%), homens brancos (20,8%) e mulheres brancas (17,2%).

Desta forma, a categoria raça, além de fundamental para as investigações que abrangem a estrutura e o desenvolvimento do capitalismo, tornou-se indispensável para compreender sua expressão contemporânea – a plataformização do trabalho sob o neoliberalismo, devido ao enorme contingente de trabalhadores e trabalhadoras negros/as. Ademais, a racialização presente na informalidade revela a posição historicamente ocupada pelo segmento social atravessado pelos atributos socialmente dados da raça, da classe e do gênero (Bernard, 2024).

---

<sup>17</sup>Ver mais resultados em: [<sup>18</sup> Consultar em: \[36\]\(https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/268-retratos-indicadores/retratos-indicadores-mercado-de-trabalho#:~:text=Em%202022%2C%2062%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,brancas%20\(17%2C2%25\). Acesso em 13/02/2025.</a></p></div><div data-bbox=\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36351-taxa-media-de-desemprego-cai-a-9-3-em-2022-menor-patamar-desde-2015#:~:text=A%20PNAD%20Cont%C3%ADnua%20tamb%C3%A9m%20registrou,39%2C6%25%20em%202022. Acesso em 13/02/2025.</a></p></div><div data-bbox=)

Para Sophie Bernard (2024), a racialização<sup>19</sup> caracteriza o capitalismo de plataforma como um *princípio organizador* e como uma *inovação do capitalismo racial*, porque absorve uma massa de trabalhadores negros sujeitos à renovação permanente de mão de obra, resultante de um quadro excedente de força de trabalho à disposição das plataformas.

Tais fatores evidenciam a influência e a reprodução das desigualdades sociais para a economia de plataformas, o que torna necessário discuti-la para apreender seus efeitos e desdobramentos sobre o trabalho feminino.

### **1.3 A sujeição das mulheres e o trabalho**

A população feminina nunca foi alheia ao trabalho. Mesmo nas sociedades pré-capitalistas, as atividades desenvolvidas por elas (no lar ou fora dele) sempre foram indispensáveis para o subsídio de suas famílias e/ou de suas comunidades (Bruschini; Rosemberg, 1993). Com a superação dessas formações sociais anteriores, após o surgimento do capitalismo, foram atribuídos às mulheres papéis cada vez mais distantes da ordem econômica (Saffioti, 1984).

Em acordo com Saffioti (1984), o afastamento da mulher das funções econômicas é consequência do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade capitalista. Nesse sentido, a atuação imperialista dos países de capitalismo avançado reveste a aparência de que a marginalização feminina no mundo do trabalho deveria ser intensificada onde o capital é mais desenvolvido, porém, seus mecanismos visam ampliar a estrutura de empregos. O controle econômico e político, dos países periféricos inseridos na dinâmica internacional, inverte esse processo ao ampliar as possibilidades da mulher de inserir-se no trabalho, mesmo que em subocupações, mal remuneradas e/ou em tempo parcial.

Desta forma, a mulher tem sua participação em posições precárias na população economicamente ativa situada no capitalismo dependente, conformando sua posição na força de

---

<sup>19</sup> A raça como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas – ou outras relações de produção, no caso – são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a produção de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para o preconceito e elementos subjetivos (Hasenbalg, 1979, p.113-114).

trabalho *potencial* regulada pela demanda de mão-de-obra (Saffioti, 1984). No exame de Marx (2017), a produção constante da população excedente é fruto da acumulação, condição crucial para a existência do modo de produção capitalista. Em suas palavras,

Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (Marx, 2017, p. 707).

A partir da análise do desdobramento desse fenômeno sobre a periferia do capitalismo, Saffioti (1984) percebeu que essas sociedades possuem um alto índice de crescimento demográfico e uma baixa capacidade de expansão, que culminam em um vasto excedente populacional:

Trata-se de contingentes humanos que vivem no interior do sistema capitalista “periférico”, mas que permanecem como ofertantes da força de trabalho, sem atingir, de maneira estável e definitiva, sua incorporação neste sistema. A “periferia” do sistema capitalista internacional apresenta uma demanda de força de trabalho cronicamente fraca, o que permite caracterizá-la como altamente excludente de imensas reservas de mão-de-obra (Saffioti, 1984, p. 18).

Gonzalez (2020) chegou em uma conclusão semelhante, a partir da leitura de Nun (1969), que adotou o conceito de *massa marginal* para designar a população excedente e afuncional, que não integrará o trabalho formal nem sequer como *reserva*. Para a autora, as economias situadas em posições de desigualdade e dependência combinam uma multiplicidade de modos de acumulação, e têm como produto a formação de uma população excedente, que assumirá o papel de *massa marginal*. Esse segmento do exército industrial de reserva dificilmente será absorvido pelo mundo do trabalho de forma estável, pois é composto pela parte supérflua da acumulação capitalista. No Brasil, como bem esboçado por Lélia Gonzalez, ela é majoritariamente composta pela parcela da população subordinada racialmente e que não possui participação integral nos processos políticos, econômicos e culturais e, normalmente, se concentra em serviços domésticos, ocupações-refúgio ou bicos, trabalho ocasional, intermitente, por temporada, entre outros (Gonzalez, 2020).

Pelo exposto, Saffioti (1984) se afasta das pré-noções que buscam justificar a baixa incorporação feminina às economias capitalistas a partir dos preconceitos atribuídos a elas. Na verdade, estes, enquanto mediações ideológicas, servem como “um poderoso filtro, que atua prévia e simultaneamente ao processo de competição pelas oportunidades de ganhar a vida, de forma eliminar deste processo um certo contingente de trabalhadores potenciais” (p. 19).

As hipóteses elaboradas por Souza-Lobo (2021) a partir da contribuição de Humphrey (1984) sobre a diferenciação entre trabalho feminino e trabalho masculino, se apoiam na ideia de que tal distinção se situa nas relações assimétricas no nível da hierarquia, da qualificação e da carreira ou do salário. Levando à conclusão de que há uma dualidade no mercado de trabalho que constitui empregos estáveis, de um lado, e do outro empregos instáveis, onde as mulheres estão presentes.

Na visão de Souza-Lobo (2021), a *divisão sexual do trabalho* atenua a diferenciação entre produção e reprodução, ao incumbir a produção ao masculino e a reprodução ao feminino. Assim, essa divisão é definida como “uma construção social e simbólica produzida simultaneamente na esfera da reprodução e da produção” (p. 58), que determina à mulher o papel subordinado da esfera reprodutiva. A autora ressalta ainda que a divisão sexual do trabalho configura mais do que uma estratégia do capital de dividir para reinar ou de maximizar seus lucros.

Já Federici (2021), defende que as hierarquias de gênero, raciais e etárias foram delineadas de forma estratégica para o regime de acumulação capitalista, com o objetivo de estabelecer divisões na classe operária para dominá-la e mantê-la subordinada. Visto que a fragmentação possibilita a constante competição entre os grupos sociais tanto em âmbito nacional quanto internacional, visando manter as aparências de interesses distintos e opostos.

Neste sentido, é oportuno acrescentar à discussão o posicionamento das teóricas francesas a respeito das desigualdades no mundo laboral, baseadas na discriminação social de sexo, para problematizar o grande contingente de trabalho efetuado gratuitamente ou sub-remunerado pelas mulheres. O conceito analítico da *divisão sexual do trabalho*, foi manuseado por essa corrente epistemológica para definir o modo de organização social que consolida uma ruptura entre as esferas pública e privada, baseando-se no feminismo materialista, apesar de ser uma ferramenta teórica largamente utilizada por diversas correntes teóricas do feminismo (Hirata; Kergoat, 2007; Sousa; Guedes, 2016).

Desse modo, a divisão sexual do trabalho emergiu para posicionar na análise o gênero ou as chamadas relações sociais de sexo. Essa divisão atravessa todo o tecido social e incide tanto no trabalho doméstico e reprodutivo como no trabalho produtivo propriamente dito. E é resultante do que as feministas materialistas chamam de *relações sociais de sexo*, uma distribuição diferencial e hierárquica entre homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões. Com isso, deve-se levar em conta que tanto as variações de *tempo* quanto as variações *espaciais* destas

atribuições é que vão definir as desigualdades na divisão do trabalho doméstico e do cuidado entre os gêneros, conforme Hirata e Kergoat (2008).

Ainda em conformidade com as autoras, a divisão sexual do trabalho ancora-se no *princípio da separação*, que distingue o “trabalho de homens” do “trabalhos de mulheres”. E no *princípio hierárquico*, embasado na ideia de que “um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher” (Hirata; Kergoat, 2009, p. 599). Assim, estes princípios visam sustentar a permanência da subordinação feminina, constituindo a base do sistema patriarcal e um fator prioritário para a sobrevivência do sistema sexo-gênero. Segundo Hirata e Kergoat (2008), o desenvolvimento do conceito da divisão sexual do trabalho, pelas teóricas materialistas, buscou demonstrar como as desigualdades são sistemáticas e embasadas na dicotomia público-privado. Havendo, assim, uma apropriação pelos homens das funções com maior prestígio social (médicos, advogados, engenheiros, padres, etc.), enquanto a presença feminina é realocada em atividades menos prestigiadas, como enfermeiras, empregadas, manicures, freiras, professoras e outras.

No entanto, defendo um posicionamento crítico à noção de divisão sexual do trabalho, proposta por Hirata e Kergoat (2007; 2008; 2009), embasada na separação das esferas público-privada e na ausência das categorias *raça* e classe social como elementos que distinguem as opressões entre os grupos femininos. Para tanto, adotaremos nas próximas páginas a noção de *divisão sociossexual e racial do trabalho*, desenvolvida por Passos e Nogueira (2018; Nogueira; Passos, 2021).

A discordância em relação à separação das esferas produtiva e reprodutiva (público-privado) se sustenta na concepção de que estas esferas se inter-relacionam e são inerentes à vida social (Nogueira, 2011). A respeito disso, autora Heleieth Saffioti (2013; 1984) pontua que desde as sociedades pré-capitalistas a família se configurou como uma unidade de produção, visto que as mulheres e as crianças detinham um papel econômico fundamental. E mesmo que os trabalhos realizados na esfera doméstica se consolidem apenas enquanto valor de uso, é somente e a partir destes que se garante a produção cotidiana e a reprodução da mercadoria mais importante para o capital: a *força de trabalho*, a única que possibilita a criação de valor. Assim,

É perceptível, se se examinar o trabalho doméstico da mulher através do circuito que se estabelece entre o capital e a família por intermédio do trabalho produtivo do homem. Em verdade, há uma pessoa engajada na produção *stricto sensu* – o homem – cuja remuneração não cobre senão uma parcela de seu trabalho (trabalho necessário), apropriando-se o capitalista de outra parcela sob a forma de mais-valia (trabalho excedente). Portanto, através do trabalho do homem, o capital explora diretamente este e indiretamente a mulher, na medida em que esta trabalha para criar condições da produção diária e da reprodução da força de trabalho, sem a qual não poderia desenvolver-se historicamente o modo de



produção capitalista. O trabalho remunera parcialmente um trabalhador e dispõe de dois em tempo integral (Saffioti, 1984, p. 21).

Reiterando a compreensão de Nogueira (2011), trabalho e família são componentes de um mesmo conjunto, haja vista que o trabalho e a reprodução são os elementos constitutivos da vida social. Haja vista que a presença feminina no trabalho produtivo e nas organizações sindicais, crescentes desde a década de 1970, não retirou o fardo da reprodução social atribuída às mulheres, cada vez mais sobrecarregadas pela dupla e/ou tripla jornada.

Ademais, na medida em que a relação entre as responsabilidades familiares e profissionais se aprofundam, surgem as alternativas de delegação do trabalho doméstico e de cuidado ao feminino, o que faz surgir outros tensionamentos. Posto dessa forma, tanto a ideia de família como a de trabalho são pontos centrais para o entendimento da exploração e opressão das mulheres. A família é lugar de exercício do trabalho. Mais que uma entidade natural, é uma unidade de produção e reprodução (Saffioti, 1984, Montali, 2017).

Retomando as lacunas de cunho racial e social deixadas pela proposta da divisão sexual do trabalho (Hirata e Kergoat, 2007; 2008; 2009), as autoras Nogueira e Passos (2021) alertaram que as perspectivas que desconSIDERAM racialização e a posição social nas relações de trabalho, abrem margem para a fragmentação da análise e homogeneização das mulheres, ao deixar de fora outros modelos de hierarquias sociais e do poder. Em sociedades como a brasileira, profundamente marcada por um mosaico de desigualdades, também sustenta de forma estruturante a exploração e a opressão marcada pela raça e pela classe, visto que

há uma simbiose entre a esfera produtiva e reprodutiva que faz com que a perpetuação dessa subalternização esteja presente no mundo do trabalho e nas relações sociais familiares, o que leva aos acessos e oportunidades diferenciadas entre as mulheres (Nogueira; Passos, 2021, p.1-2).

Desse modo, faz-se imprescindível dar importância à heterogeneidade da classe, cujos marcadores sociais de raça e gênero se articulam. Cabe ressaltar que construção social da raça, enquanto concepção ideológica, emergiu com o avanço da colonização europeia pelo mundo, e fundou-se partir das diferenças fenotípicas entre dominadores e dominados, com base em “supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos” que estabelecem um modelo básico de classificação universal (Quijano, 2005, p. 117). Sendo assim, a raça se relaciona ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais e confere distribuições de papéis sociais rigidamente diferenciados (Hasenbalg, 1979; Nascimento, 2021).

Gonzalez (2020), por sua vez, defendeu incansavelmente o posicionamento de que as mulheres negras estão sujeitas a uma forma particular de opressão devido aos mecanismos de

discriminação racial que lhes atribui papéis sociais que reforçam sua posição de inferioridade. Para tanto, a proposta da *divisão sociosexual e racial do trabalho* (Passos; Nogueira, 2018; Nogueira; Passos, 2021) emerge como um fator estruturante das relações produtivas e reprodutivas, ao passo que estabeleceu substancialmente as desigualdades entre os indivíduos.

Abranger esta concepção, em suma, pressupõe compreender que existem mulheres que sofrem opressões e explorações particulares que atendem diretamente aos interesses dominantes. As divisões na sociedade capitalista possibilitam que o capital se reproduza precarizando cada vez mais parcelas consideráveis de trabalhadoras e trabalhadores. Posto desta forma, “a luta por uma divisão sociosexual e racial do trabalho mais justa refere-se, portanto, também ao enfrentamento do próprio capitalismo” (Nogueira; Passos, 2021, p. 2).

Assim, as mudanças na relação família-trabalho contribuem para agudização da *divisão sociosexual e racial do trabalho*, que se dão tanto pelas tendências sociodemográficas e pelas contradições do capitalismo neoliberal financeirizado, como pelas mudanças nos valores relacionados aos papéis de gênero (Montali, 2017). Um fato conhecido, é o da reestruturação produtiva que instituiu a flexibilização do mercado de trabalho entre a década de 1970 e início da década de 1990, conforme abordamos no primeiro capítulo deste trabalho. As consequências sobre as famílias foram o empobrecimento, a precariedade e o desemprego, assim como a mudança do padrão de provisão focado somente no trabalho masculino que corroborou de forma significativa para crescimento de famílias monomarentais<sup>20</sup> (Montali, 2017).

Como consequência, as mulheres (especialmente as não-brancas) são as principais atingidas pela precarização social, constituindo a maioria na classe trabalhadora de informais<sup>21</sup> e parciais, sendo o trabalho precário majoritariamente feminino. Vislumbrando esse cenário, Gonzalez (2020) afirma que no Brasil existe “uma polarização em termos da distribuição racial” (p. 36). Seguindo este raciocínio, faz-se a leitura de que os grupos étnicos (brancos e não-brancos) estão em polos opostos e complementares, sendo que de um lado um grupo experimenta um Brasil desenvolvido, com acesso aos direitos básicos como moradia digna, educação continuada, saúde, lazer, segurança, trabalho formal, etc. E no outro polo, o do Brasil subdesenvolvido, está o grupo que não conseguem acessar tais direitos básicos ou que os acessam de forma defasada.

Outro elemento importante a ser considerado, é a divisão injusta do trabalho reprodutivo refletida diretamente no dispêndio de tempo das mulheres. Porém, o debate a respeito da

---

<sup>20</sup> Neologismo adotado a partir da obra de Gago, Federici e Cavallero (2023, p. 8), derivado do vocábulo *monoparental*, para denunciar que a maioria das famílias monoparentais se sustentam por mulheres.

<sup>21</sup> Ver mais em: <<https://www.brasilefato.com.br/2023/12/06/pessoas-negras-sao-maioria-em-postos-de-trabalho-informais-e-ganham-61-menos-que-pessoas-brancas-aponta-ibge>>. Acesso em 27/06/2024.

subordinação feminina à família e seus impactos na vida social, bem como a pobreza de tempo, sequer faz parte de uma agenda econômica e política. Como exemplo disso, tivemos a demora para incorporar aos censos questões relativas ao tempo desempenhado nos trabalhos domésticos e de outras naturezas realizadas gratuitamente pelas mulheres. Foi somente no ano de 2001 que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) passou a investigar o número de horas despendidas pela população na execução dos trabalhos domésticos ou trabalho reprodutivo (Melo; Castilho, 2009).

Os economistas Melo *et al.* (2007), juntamente a alguns setores do movimento feminista, defendem que as atividades normalmente classificadas como “trabalho não remunerado” sejam inclusas no PIB (Produto Interno Bruto), de modo a estabelecer uma tentativa de contabilizar o trabalho gratuito realizado no interior dos lares brasileiros. Se assim fosse feito, avanços significativos ocorreriam no âmbito dos debates e discussões sobre o trabalho reprodutivo para a promoção do seu reconhecimento e valorização social; e a identidade “dona de casa” socialmente imposta às mulheres, que frequentemente acompanha a categoria “inativa” nos censos, quando estas estão fora do mercado de trabalho pago poderia ser, por sua vez, desmistificada.

Tais disparidades no mercado de trabalho, bem como nas áreas do conhecimento e do poder, dificultam a participação política das mulheres, especialmente das mulheres negras, que enfrentam limitações em sua autonomia. Como bem nos reportou Gonzalez (2020), as mulheres negras vivenciam a opressão a partir de uma perspectiva que oferece uma compreensão única sobre o que significa ser mulher em uma sociedade profundamente marcada pelas desigualdades sociais, o racismo e o sexismo.

Entender a complexidade e as nuances da *divisão sociosexual do trabalho*, permite pensar rumos para os movimentos sociais, negros e feministas reivindicarem suas demandas, visto que as dimensões destas opressões não podem ser fragmentadas. Dessa forma, é importante lembrar que as experiências de invisibilidade e precarização das mulheres negras não se assemelham às de mulheres brancas. Para a mulher negra, desde o período da escravatura coube a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos e seus irmãos de cativo. Sendo, então, um trabalho de cuidado que exercia como *resistência passiva* à barbárie que seu povo vivenciava. Enquanto mucama, tinha de manter o bom andamento da casa-grande e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas, mulheres brancas. Aqui, pode-se acrescentar que eram obrigadas a atender investidas sexuais do senhor branco. Após o trabalho exaustivo na casa-grande, as

mulheres negras escravizadas tinham de cuidar de seus próprios filhos e dar assistência aos companheiros que chegavam exaustos das plantações e engenhos (Gonzalez, 2020).

A herança das práticas violentas e abusivas do período de escravização se sustenta de forma avassaladora na contemporaneidade, com o racismo enquanto uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (Gonzalez, 2020). Posto dessa forma, a noção de negação da mulher negra, como mulher e como ser humano, foi tão forte que se constituiu com o passar dos anos por meio da visão estereotipada produzida pela matriz de dominação da branquitude brasileira, e expressa que a tentativa de controle, desvalorização e desarticulação desses corpos não se restringe somente às mulheres, como podemos observar nos escritos de Lélia Gonzalez (2020).

Contudo, conclui-se que os desdobramentos da subordinação feminina são cruciais para compreender a presença desta população nas relações sociais e de trabalho, fazendo-se válidos também para as análises do contexto atual em que predomina o capitalismo de plataformas. Convém, pois, comentar sobre este último.

## 2. “BRABA É AQUELA MULHER QUE É FERA EM PILOTAR”

*Moço, cuidado com ela!  
Há que se ter cautela com esta gente que  
menstrua...  
Imagine uma cachoeira às avessas:  
cada ato que faz, o corpo confessa.  
Cuidado, moço  
às vezes parece erva, parece hera  
cuidado com essa gente que gera  
essa gente que se metamorfoseia  
metade legível, metade sereia (Aviso da  
Lua que menstrua, Elisa Lucinda).*

As discussões em torno da plataformização do trabalho no campo sociológico estão demarcadas por desigualdades, visto que a maioria das produções se originam de “leituras monopólicas do Norte global” (Hidalgo, 2021, p. 143), construídas a partir das perspectivas analíticas masculinas que repercutem globalmente (Aliaga, 2023). Com efeito, pensar o trabalho plataformizado – de *delivery* – nos leva a constatar que é masculinizado não apenas pela disparidade da participação de homens e mulheres em seu interior, mas das perspectivas que orientam nossas reflexões acerca desta problemática (Aliaga, 2023).

A visão dominante e universalizante dessa forma de labor tende a contribuir para a escassez de pesquisas teórico-empíricas sobre a presença feminina e de outros grupos subalternizados, como a população LGBTQIAP+<sup>22</sup> e pessoas com deficiência (PCD) que também estão presentes no ramo. Este fato nos expõe ao risco da reprodução acrítica das análises enviesadas e coloniais que não levam em consideração especificidades que compõem a classe plataformizada (Hidalgo, 2021; Aliaga, 2023).

Apesar disso, nos últimos anos se tornou mais expressiva a presença de autores e autoras do Sul global nas investigações e nas análises dos impactos do trabalho digital nas disposições geográficas da periferia do capitalismo (Festi, 2020; Abílio, 2020; Hidalgo, 2021; Naidoo, 2020; Rao, 2018; Tan, 2024). Nestas concepções, estão situadas as críticas da condição de dependência econômica e colonial que integram as formações estruturais destas regiões, assim como as

---

<sup>22</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais (Transgênero; Travestis), Queer, Interssexuais, Assexuais, Pansexuais etc.

articulações da divisão internacional, racial, social e sexual do trabalho que aprofundam negativamente o labor mediado pelo avanço tecnológico.

Os esforços que remontam as tentativas de traçar o exame da plataformização do trabalho, através de uma leitura que leva em conta as opressões direcionadas à população feminina partem, em sua maioria, de mulheres não-brancas (Aliaga, 2023). Ademais, o estado da arte demonstrou que o trabalho feminino plataformizado vem sendo estudado a partir dos segmentos laborais que conformam maior presença feminina, ou seja, no trabalho sexual (Dal’Orto, 2024; Peres, 2022; Silva, 2024), o trabalho doméstico (Rodrigues, 2023; Pavan, 2024; Oliveira, 2022) e no trabalho de cuidado (Andrada; Cardoso; Guimarães, 2023; Chaves, 2020; Blanchard, 2020; Batlle; Sánchez, 2022).

Entretanto, se mostram crescentes as produções centradas no trabalho feminino em plataformas de maior presença masculina, como as de transporte individual de passageiros (Colodetti, 2021; Vastella, 2021; Goulart, 2022; Gonçalo, 2023; Vidigal, 2021) e de entregas de alimentos e mercadorias (Hidalgo, 2020; 2021; Medeiros, 2021; Arnaud, 2024). Tais esforços de investigação evidenciam o caráter heterogêneo da composição do trabalho plataformizado ao demonstrar que a classe plataformizada tem dois sexos (Souza-Lobo, 2021; Vidigal, 2021).

As articulações do gênero, raça e territórios já foram apontadas como elementos significativos para a extração de lucro das plataformas digitais, a depender das suas características e das regiões em que operam (Grohmann, 2020). A título de exemplo, Mendonça *et al.* (2022) registraram em suas investigações, no Reino Unido, que a incorporação do trabalho imigrante nas plataformas digitais que atuam no ramo de entregas evidenciam o papel “infraestrutural” desses trabalhadores/as para as empresas. Segundo os autores, no Norte Global, as empresas tiram proveito das vulnerabilidades impostas aos trabalhadores, porque “a condição de imigrante implica estar mais vulnerável aos casos de abuso por parte dos restaurantes, clientes e policiais” (p. 13).

Deste modo, constata-se que as plataformas reproduzem as desigualdades estruturais que compõem o tecido social ao conformar a reprodução da divisão sociosexual e racial do trabalho (Nogueira; Passo, 2021), a exploração do labor imigrante e ao acentuar a precariedade existente nas sociedades em que atuam (Scasserra; Partenio, 2021). Com a tendência das mulheres a ingressarem cada vez mais no trabalho digital para garantir o complemento ou a renda integral de suas famílias, a participação delas ocorre, em sua maioria, em plataformas de menor visibilidade social (micro tarefas, trabalho doméstico, do cuidado etc.), ao passo que a participação masculina

está amplamente concentrada em plataformas de visibilidade notória, como as de entregas (*delivery*) e do transporte individual de passageiros (Scasserra; Partenio, 2021).

A investigação realizada por Madariaga *et al.* (2019) revela que em plataformas de trabalhos domésticos, como a *Zolvers*, que atua em países como a Argentina, Chile, México e Colômbia, é composta 100% por trabalhadoras do gênero feminino. Em plataformas de entregas de alimentos (*Glovo*) e do transporte individual de passageiros (*Uber*), predominam os trabalhadores do gênero masculino, com índices de 94% e 95,5%, respectivamente. Ou seja, as plataformas digitais reproduzem uma “divisão sexual do trabalho *on-line*” (Scasserra; Partenio, 2021, p. 191) e introduzem novas formas de precariedades laborais, embasadas em divisões pré-existentes e nas desigualdades sociais.

Reiterando os dados divulgados pelo IBGE (2023) sobre o perfil da categoria plataformizada no país, dos 2,1 milhões de pessoas trabalham por meio de aplicativos no Brasil, 81,3% são homens; 18,7% são mulheres e 39,5% atuam nas plataformas de entrega de comida e mercadorias. No Distrito Federal, a discrepância da participação feminina e masculina é ainda mais abissal se levarmos em conta o percentual de 92,3% homens contra os 7,7% que compõem o gênero feminino, segundo o levantamento de Lapa (2021). A pesquisa mais recente sobre essa composição, elaborada por Festi *et al.* (2024), registrou 88,3% de homens e 11,7% de mulheres.

Na concepção de Federici (2023), a presença feminina nas plataformas digitais que concentram o perfil masculino relaciona-se diretamente ao endividamento e à preocupação com dinheiro. O efeito do endividamento repercute diretamente em suas relações com outros sujeitos, posto que muitas mulheres buscam expandir suas redes de contato e novas formas de assegurar a sobrevivência em segmentos cada vez mais vulneráveis às diversas práticas de violências<sup>23</sup> de gênero. Assim, as entregadoras e as motoristas de Uber não estão menos expostas aos atos de agressões físicas e simbólicas que outras trabalhadoras precarizadas, como as informais e as trabalhadoras sexuais.

No que tange a violência nesta forma de trabalho, no ano de 2024 foram feitas mais de 13 mil denúncias de agressões e ameaças contra entregadores na plataforma de *delivery iFood*<sup>24</sup>. A pesquisa divulgada pela empresa não aborda os recortes de gênero e raça, mas situa que as queixas

---

<sup>23</sup> Neste trabalho, reconhecemos a violência como “a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”, tal como definido por Saffioti (2015, p. 18).

<sup>24</sup> A matéria pode ser consultada em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/neste-ano-ifood-registra-mais-de-13-mil-denuncias-de-ameaca-e-agressao-fisica-contra-entregadores-no-brasil/?hidemenu=true> >

de agressões físicas, discriminações e ameaças lideram as reclamações. Apesar disso, há grandes chances de os índices serem ainda maiores devido à subnotificação, tendo em vista que muitas pessoas não reportam os crimes nas quais são alvos por medo de perder o trabalho ou porque o suporte da plataforma não lida com as ocorrências com a devida seriedade.

Para Alves (2024), as violências cometidas contra a massa plataformizada não são atos isolados, mas consequências da conservação da estrutura escravista que ainda regem as relações raciais e trabalhistas. Na era colonial, a exploração da força de trabalho escravizado sustentava-se pelos pilares do controle e da violência. Após a abolição, a violência continua sendo um recurso central junto às *imagens de controle* (Collins, 2016) para assegurar as práticas de exploração e desumanização da força de trabalho. De toda forma, é uma violência praticada contra a população negra, em ocupações direcionadas aos setores mais vulneráveis da sociedade.

Não é novidade que a economia de plataformas estimula cada vez mais a individualidade, a concorrência e o isolamento entre trabalhadores/as. E as implicações políticas destes elementos são bastante significativas para as mulheres, se considerarmos o isolamento enquanto fator que amplia as dificuldades para a construção de lutas coletivas, reivindicação das demandas por direitos trabalhistas e mais segurança no trabalho. Em uma pesquisa realizada em Londres, Cant (2021) alertou que a descentralização e a dispersão da força de trabalho nas plataformas de *delivery* (altamente masculinizadas) repelem as mulheres da organização sindical. E as consequências deste problema implicam diretamente na composição da auto-organização, que já nascem enfraquecidas e não representam a força de trabalho em sua totalidade.

Entretanto, nos últimos anos, tornaram-se cada vez mais comuns as movimentações feministas para criar coletivos, cooperativas, sindicatos e grupos como forma de resistência e *irmandade*, nos termos de Gonzalez (2020). As participações femininas nas organizações políticas têm mostrado resultados positivos e surpreendentes, do Norte ao Sul global. Como resultado da articulação das trabalhadoras, emergiram as cooperativas/sindicatos *Mensakas* e *Riders x Derechos* (Barcelona), *Unidapp* (Colombia), *Libelubike* (México). No Brasil, as mulheres e pessoas trans estão à frente das cooperativa *Señoritas Courier* (SP), os coletivos *MotoGirlsJP* (PB), *MotoGirlsPB* (PB), *Entregadores Antifascistas* (SP, RJ) e o grupo *Moto Brabas* (DF).

As *Moto Brabas*, que centralizam este estudo, constituem uma rede de trabalhadoras no Distrito Federal e do Entorno. Elas são motociclistas e, em sua maioria, trabalham para a plataforma *iFood* e outras do ramo de entregas de alimentos e mercadorias. O grupo foi criado em



28 março de 2023, após as trabalhadoras participarem de um curso promovido pelo *iFood*<sup>25</sup>. As *motogirls* Marli e Rosa criaram um grupo na multiplataforma *Whatsapp*, intitulado “Moto Brabas”. A criação veio após a sugestão de uma das pessoas responsáveis pela capacitação do curso.

Segundo ela, houve grandes dificuldades em encontrar *motogirls* para o curso, porque “as plataformas não fazem diferenciação entre homens e mulheres, todos ali são apenas números”. A intenção inicial era unir todas as entregadoras do Distrito Federal para facilitar a divulgação e participação nas próximas ações do *iFood*, e que aquele fosse um espaço exclusivamente feminino voltado para as entregadoras de alimentos e mercadorias por meio de plataformas digitais, com prioridade para quem trabalha para o *ifood* e outros aplicativos do mesmo gênero.

De modo geral, os grupos de *Whatsapp* e outras mídias sociais se converteram naturalmente em espaços de articulação e principal ferramenta de comunicação entre trabalhadores/as de diversos ramos. Estudiosos do trabalho plataformizado, como Callum Cant (2021) e Rafael Grohmann (2022) já discorreram sobre a importância desta mídia social como uma das mais utilizadas entre entregadores/as brasileiros e estrangeiros, constituindo uma rede transnacional de luta.

---

<sup>25</sup> O curso em questão é o Anjos de capacete. A iniciativa vem sendo promovida pelo *ifood* desde 2021, com o intuito de capacitar a categoria dos/as entregadores/as em primeiros socorros. Mais informações podem ser consultadas no link: <<https://institucional.ifood.com.br/entregadores/anjos-de-capacete-ifood-capacita-entregadores-em-primeiros-socorros/>>

**Figura 1.** Logo do grupo Moto Brabas



Fonte: Elaboração das integrantes do grupo Moto Brabas.

Para as *motogirls*, há maior dificuldade de se enturmar nos grupos masculinos, tanto no ambiente virtual quanto no cotidiano, embora os trabalhadores se mostrem abertos para recebê-las. Normalmente, algumas mulheres costumam ficar isoladas ou ficam na presença de poucos colegas durante a espera dos pedidos. Os obstáculos à participação efetiva das mulheres nos grupos de *Whatsapp* são os compartilhamentos frequentes de conteúdos sexistas<sup>26</sup>, ou de cunho violento e outras mensagens desrespeitosas que resultam na dispersão destas.

Muitas delas se mantêm nestes espaços como observadoras e buscam apenas informações sobre as dinâmicas cotidianas do trabalho e, por isso, interagem mais com conhecidos e com os integrantes que são mais acolhedores e respeitosos para com elas. Quando ingressei no grupo, com a autorização das criadoras, havia apenas 38 mulheres, mas o número foi aumentando ao longo do tempo. Segundo Marli, a tática era a seguinte: “sempre que eu topava uma *motogirl* na rua, pegava o número e adicionava no grupo. Algumas eu tive que seguir igual doida, de moto”.

Quando escrevi este trabalho, o grupo reunia 118 *motogirls* que residem no Distrito Federal e no Entorno. Porém, não é possível afirmar o número exato de participantes realmente ativas.

---

<sup>26</sup> É comum que os trabalhadores compartilhem *stickers* (figurinhas) e imagens de cunho pornográfico, imagens e vídeos explícitos de acidentes de trânsito com vítimas, assim como outros conteúdos e assuntos que não agradam ou que desrespeitam as mulheres.

Pode-se dizer que este foi totalmente criado em oposição aos grupos masculinos, uma vez que na descrição constam algumas regras que não são comuns em tais lugares e as participantes devem seguir para a manutenção de uma boa convivência.

As regras elaboradas por elas são bem claras em relação às práticas de conduta que não serão toleradas. A proibição de homens, de compartilhamento de conteúdos violentos e sexistas, de divulgação dos jogos de azar e assuntos políticos são meios de evitar o conflito entre as trabalhadoras. E embora destaquem a frequência dos encontros presenciais a cada mês, elas dificilmente conseguem reunir-se por falta de tempo e devido às responsabilidades e às longas jornadas de trabalho (ver Figura 2).

**Figura 2** - Regras de convivência do grupo Moto Brabas



Fonte: Elaboração própria da autora.

Desde então, esta pequena comunidade virtual se transformou em espaço de acolhimento e de *irmandade* para as trabalhadoras, pois mesmo com uma variedade de perfis e de origens, elas compartilham e conversam sobre uma miríade de assuntos, que vão desde o clima – que é pauta

fundamental para qualquer motociclista – até as atividades culturais na cidade. De toda forma, as conversas centrais são sobre o dia a dia no trabalho e sobre a vida pessoal das participantes.

A respeito do trabalho, as conversas geralmente giram em torno dos acidentes de trânsito, das avaliações e da remuneração pelas plataformas, das *blitz* e das abordagens no trânsito com foco em motociclistas. A dinâmica do trânsito na cidade é central e pertinente para aquelas que vêm das regiões mais distantes e utilizam Rodovias Federais (BRs) para chegar em Brasília. Cabe ressaltar que algumas das trabalhadoras não se conhecem pessoalmente, mas estreitam os laços de forma muito natural por meio desta rede ao compartilharem suas vidas, rotinas e anseios.

## 2.1 Dados do questionário semiestruturado

O acesso às mulheres que participam desta profissão no cotidiano é um grande desafio para muitos pesquisadores e pesquisadoras. Os dados a seguir foram coletados através do questionário intitulado “A mulher no *delivery*”. Diante da presença numerosa de *motogirls* na rede das Moto Brabas, foi oportuno levantar mais informações sobre este microcosmo de trabalhadoras. Entretanto, é importante ressaltar que os dados produzidos não refletem a totalidade do grupo, devido o tamanho da amostra (33 participantes). A seguir, traremos informações sobre seus perfis, sobre as suas jornadas no trabalho remunerado e não remunerado, e sobre as suas percepções e prospecções de futuro no trabalho de entregas de alimentos e mercadorias. O intuito da aplicação do questionário também foi o de confrontar os dados produzidos com outros existentes, majoritariamente respondidos pelo público masculino.

### 2.1.1 Perfil sociodemográfico

Quanto ao sexo/gênero das participantes, 97% se identificaram com o gênero feminino e 3% preferiram não responder<sup>27</sup>. Destas, 55% afirmaram ser heterossexuais e 45% homossexuais. Este fato é interessante de ser destacado, pois algumas *motogirls* lésbicas fazem questão de demarcar suas presenças no espaço virtual, utilizando *emojis* (símbolos que transmitem emoções, ideias ou sentimentos) junto aos próprios nomes ou nos *status*<sup>28</sup> no Whatsapp com as bandeiras da comunidade LGBTQIAP+.

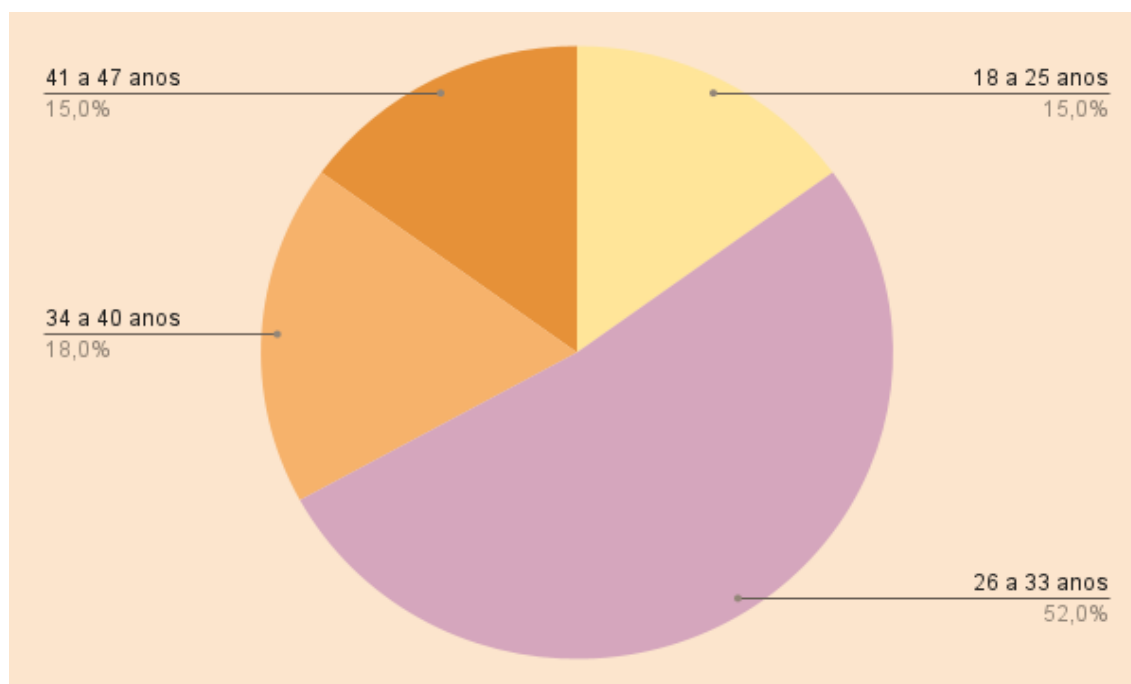
---

<sup>27</sup> As respostas possíveis eram “feminino”, “não-binário”, “mulher trans”, “homem trans” e “prefiro não responder”.

<sup>28</sup> É uma ferramenta do aplicativo *Whatsapp* que permite compartilhar imagens, *gifs*, mensagens etc. com os contatos telefônicos.

A respeito das faixas etárias das respondentes do questionário (ver o gráfico 1), tais índices possuem especificidades quando comparados às faixas etárias dos trabalhadores, pois a distribuição da população masculina entre os grupos de idade é mais proporcional quando comparada à população feminina. Esta última se revela concentrada nos grupos de idade de 18 a 25 anos (15%) e de 26 a 33 anos (52%), totalizando 67%, seguida pelas faixas de idade de 34 a 40 anos (18%) e 41 a 47 anos (15%), que juntas somam 33%. Em comparação, o estudo de Festi *et al.* (2024), a população masculina do DF aparece proporcionalmente distribuída entre os grupos de idade “entre 26 e 30 anos (26,7%), entre 31 e 35 anos (21,5%), de 20 a 25 anos (19,8%) e 36 a 40 anos (14,2%)” (p.3). Assim, podemos assumir que as mulheres são, em sua maioria jovens adultas, embora a categoria concentre um percentual relevante de mulheres entre 34 e 47 anos.

**Gráfico 1. Faixa etária das Moto Brabas - Distrito Federal e Entorno (2024)**



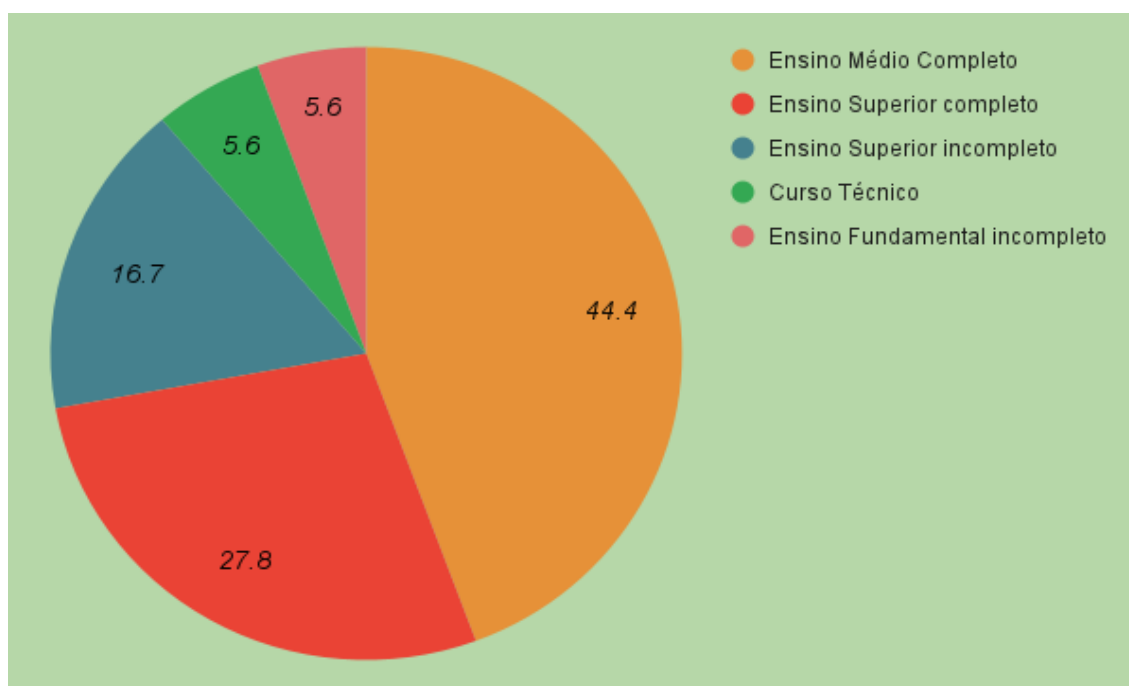
Fonte: Dados do questionário. Elaboração própria da autora.

Sobre as religiões praticadas pelas respondentes da pesquisa, constatamos a persistência do segmento cristão predominante no Brasil desde a colonização, posto que a maioria é *católica* (45%) ou *evangélica* (36%). *Outras opções* descritas foram escolhidas (12%), mas os menores índices observados foram atribuídos ao *espiritismo kardecista* e às religiões de matriz africana, *umbanda* (6,1%) e *candomblé* (3%).

Em se tratando dos níveis de escolaridade, o gráfico 2 permite assumir que a maioria das trabalhadoras conseguiram concluir o *Ensino Médio* (44,4%) e o *Ensino Superior* (27,8%). É

importante frisar que as respondentes que assinalaram a opção *Ensino Superior incompleto* (16,7%) ainda estão cursando ou tiveram de abandonar a formação acadêmica por questões financeiras, por pobreza de tempo e outros fatores. Já os índices mais baixos registrados foram nas opções *Curso Técnico* e *Ensino Fundamental incompleto* (com 5,6% em cada segmento).

**Gráfico 2. Escolaridade das Moto Brabas - Distrito Federal e Entorno (2024)**



Fonte: Dados do questionário. Elaboração própria da autora.

Os índices relativamente altos de trabalhadoras com formação acadêmica proporcionam reflexões a respeito do mercado de trabalho brasileiro e das políticas públicas de incentivo educacional. Nas últimas duas décadas, foram criados um conjunto de políticas públicas de incentivo à democratização do ensino superior (Cardoso & Gianezini, 2022). A implementação destas políticas, com destaque para a Lei de Cotas (12.711/12), sem dúvida, corroborou para uma mudança nos perfis universitários (Mariuzzo, 2023). Reduzida, em parte, a barreira do acesso à formação acadêmica, ampliou-se uma nova: a do ingresso no mercado de trabalho.

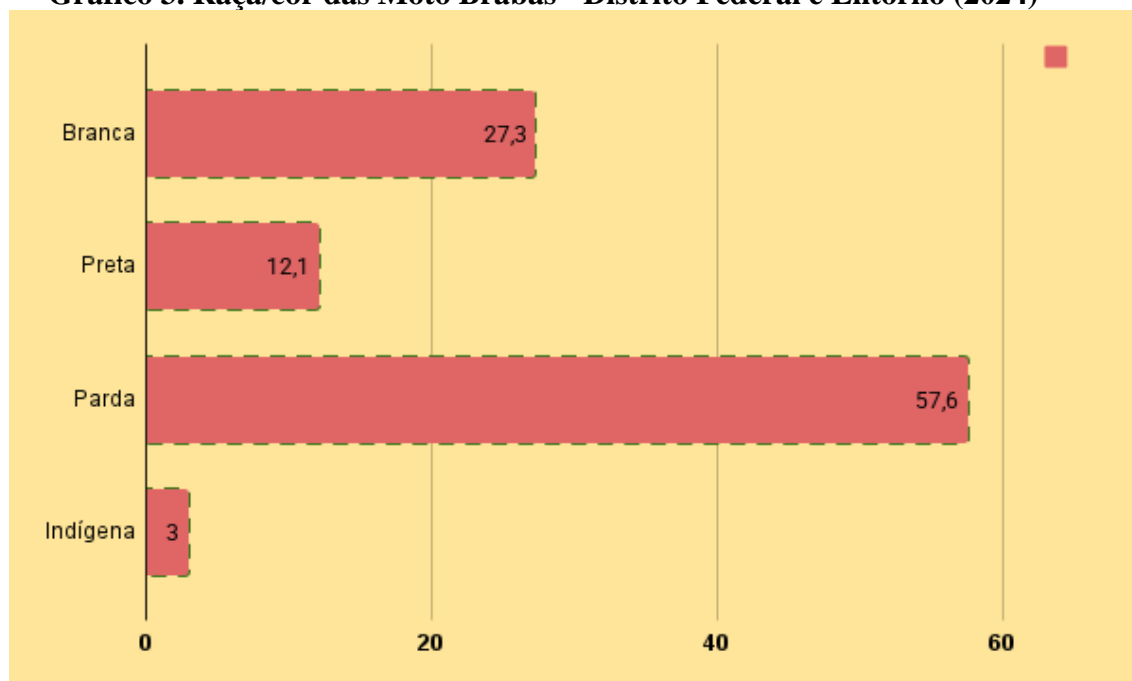
A pesquisa realizada pelo *Geofusion*<sup>29</sup>, com amostra de 400 mil pessoas, revelou que o mercado de trabalho formal não absorve a mão de obra qualificada visto que a cada 10 formados no Ensino Superior, 9 ocupam vagas para o nível médio. Ou seja, para a maioria das pessoas

<sup>29</sup> A pesquisa foi divulgada pela CNN (Cable News Network), e pode ser consultada em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/um-em-cada-10-formados-no-ensino-superior-ocupa-vaga-equivalente-a-capacitacao-diz-pesquisa/>> Acesso em: 29/011/2024.

qualificadas no Brasil a única saída é ocupar postos aquém da qualificação obtida ou migrar para a informalidade, como mostra o caso das interlocutoras deste estudo.

O problema se aprofunda quando consideramos a raça/etnia das trabalhadoras (ver gráfico 3). As interlocutoras se identificaram como “Parda” (58%), “Branca” (27%), “Preta” (12%) e “Indígena” (3%). Desse modo, o índice de mulheres negras (pretas ou pardas) que participam desta atividade laboral no DF e entorno é de 70%, e vai de encontro com os resultados de Festi *et al.* (2021), Abílio *et al.* (2020) e Lapa (2021) sobre a predominância de pessoas negras na categoria.

**Gráfico 3. Raça/cor das Moto Brabas - Distrito Federal e Entorno (2024)**



Fonte: Dados do questionário. Elaboração própria da autora.

As regiões que experienciaram e experienciam a colonização, como o Brasil, assumem contornos e especificidades históricas, sociais, políticas e econômicas que tornam essa realidade ainda mais cruel se levarmos em conta que as mulheres da região assumem predominantemente o papel de provedoras. Segundo o Boletim Especial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023), dos 75 milhões de domicílios brasileiros, 50,8% são chefiados por mulheres, totalizando cerca de 38,1 milhões de famílias. Destes, 56,5% são liderados por mulheres negras e 43,5% por não negras. Estes índices evidenciam o desamparo que recai

sobre a população feminina, em especial, as não-brancas, que recebem salários mais baixos<sup>30</sup> que as mulheres brancas.

Com efeito, verifica-se os desdobramentos desta problemática sobre as vivências das trabalhadoras plataformizadas, uma vez que 76% alegam ser *as principais provedoras da família*. E tal índice abre caminhos para reflexões sobre o nível de dependência que se estabelece entre as trabalhadoras e o trabalho de entregas, na medida em que estas são arrimo de família e possuem, em sua maioria, este trabalho como única fonte de renda. É oportuno afirmar que a parcela de mulheres negras do grupo experiencia o preterimento, nomeado por Gregório (2017) como a *solidão da mulher negra*<sup>31</sup> se levarmos em conta que 39% das respondentes da pesquisa *possuem filhos*.

Deste modo, no que se refere ao *estado civil* das interlocutoras, concluímos que 61% estão *solteiras*; 21% estão *divorciadas*; 18% estão *casadas* ou estão em *união estável*. Nesta perspectiva, tanto o perfil jovem das mulheres quanto a orientação sexual parecem influir sobre o percentual de solteiras. O segundo maior índice, de divorciadas, aponta para uma maior autonomia deste grupo em relação ao casamento. Nas incursões de campo, algumas trabalhadoras diziam: “não quero homem na minha vida tão cedo, a não ser o meu filho”. Não faltaram relatos sobre violências físicas e psicológicas sofridas pelas trabalhadoras praticadas por ex-companheiros, como ilustra o relato a seguir:

(Me) separei tem 14 anos. Separei grávida, o moço tentou me matar três vezes. Eu nunca mais quis casar. [...] To morando aqui há 8 anos, tive de sair do Nordeste porque lá não era seguro para mim. Na verdade, eu já tinha sofrido tantas ameaças, que quando ele falou que ia matar meus filhos, me matar e depois acabar com a vida dele, eu comecei a arquitetar um jeito de matar ele. Já estava com síndrome do pânico, depressão e (tomava) cinco medicações passadas pelo psiquiatra (Antônia).

Infelizmente, este não é um caso isolado. De acordo com Cerqueira e Bueno (2024), entre 2012 e 2022, 60,1% das mulheres brasileiras foram alvos de várias formas de violência, dentre elas: violência física, (52%), violência psicológica (64,7%) e sexual (86,7%). Nos últimos dez anos (2012-2022), ao menos 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Se acrescentarmos o recorte racial aos percentuais, as mulheres negras corresponderam a 66,4% das vítimas de violência no país. Ou seja, as mulheres negras possuem mais chances de morrer que as mulheres não-negras.

---

<sup>30</sup> Ver mais em <<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/pesquisa-confirma-abismo-salarial-entre-mulheres-negras-e-homens-brancos/>> Acesso em: 29/06/2024.

<sup>31</sup> Tal conceito (Gregório, 2017), versa, principalmente, sobre o abandono afetivo-sexual/conjugal por parte de homens negros e homens brancos, mas que transcende as relações amorosas e compromete outras dimensões da vida social das mulheres negras, como a vida familiar, escolar, laboral, o acesso à saúde e a reprodução social.



Cerqueira e Bueno (2024) também apontam que as violências praticadas contra a população LGBTQIA+ também afetam mais as mulheres e pessoas negras, tendo em vista que a maioria das vítimas são mulheres lésbicas (67,1%) e 55,6% não-brancas/os.

### 2.1.1.2 Onde vivem?

Primeiramente, é oportuno destacar que partimos dos critérios de renda por Região Administrativa<sup>32</sup> (RA), estabelecidos na pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF)<sup>33</sup>, para caracterizar a distribuição espacial de acordo com o perfil econômico no Distrito Federal e Entorno. A instituição divide as RA's em quatro grupos, que são os de: *alta renda*, *renda média alta*, *renda média baixa* e *baixa renda*, respectivamente.

Os locais de nascimento das trabalhadoras constituem as regiões de *renda média baixa* e *de baixa renda* do Distrito Federal. A maioria das respondentes são nativas da capital (60%), mais especificamente de Ceilândia, Taguatinga, Gama, Brazlândia etc., do Goiás (21%) e de estados da Região Nordeste do Brasil (19%), como o Piauí (PI), Maranhão (MA), Alagoas (AL), Ceará (CE) e Bahia (BA).

Quando indagadas sobre as RA's em que habitam, no Distrito Federal e Entorno, constatamos que as interlocutoras moram nas áreas que compreendem a periferia da cidade, como Ceilândia (DF), Samambaia (DF), Valparaíso de Goiás (GO), Planaltina (DF e GO), entre outras. No entanto, elas costumam trabalhar em áreas com elevada concentração de renda, como o Plano Piloto, seguido por Lago Sul e Lago Norte, Sudoeste, Park Way, Águas Claras, Guará e Taguatinga – todas situadas no Distrito Federal (Festi *et al.*, 2021). Para melhor compreensão, consultar o gráfico 4 e o mapa ilustrado na figura 2, que contém as marcações das áreas da cidade onde as trabalhadoras vivem, a seguir.

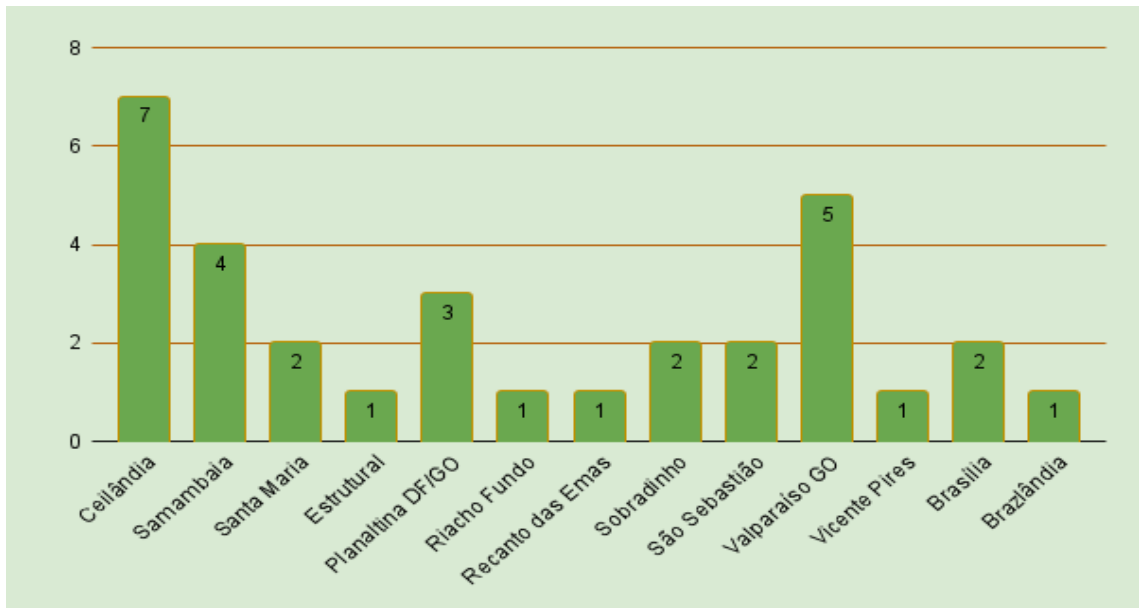
---

<sup>32</sup> O Distrito Federal possui 35 Regiões Administrativas.

<sup>33</sup> Segundo a investigação do IPEDF, as regiões consideradas de alta renda são Águas Claras, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way, Plano Piloto e Sudoeste/Octogonal. As de renda média alta são Arniqueira, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Setor de Indústria e Abastecimento, Sobradinho, Taguatinga e Vicente Pires.

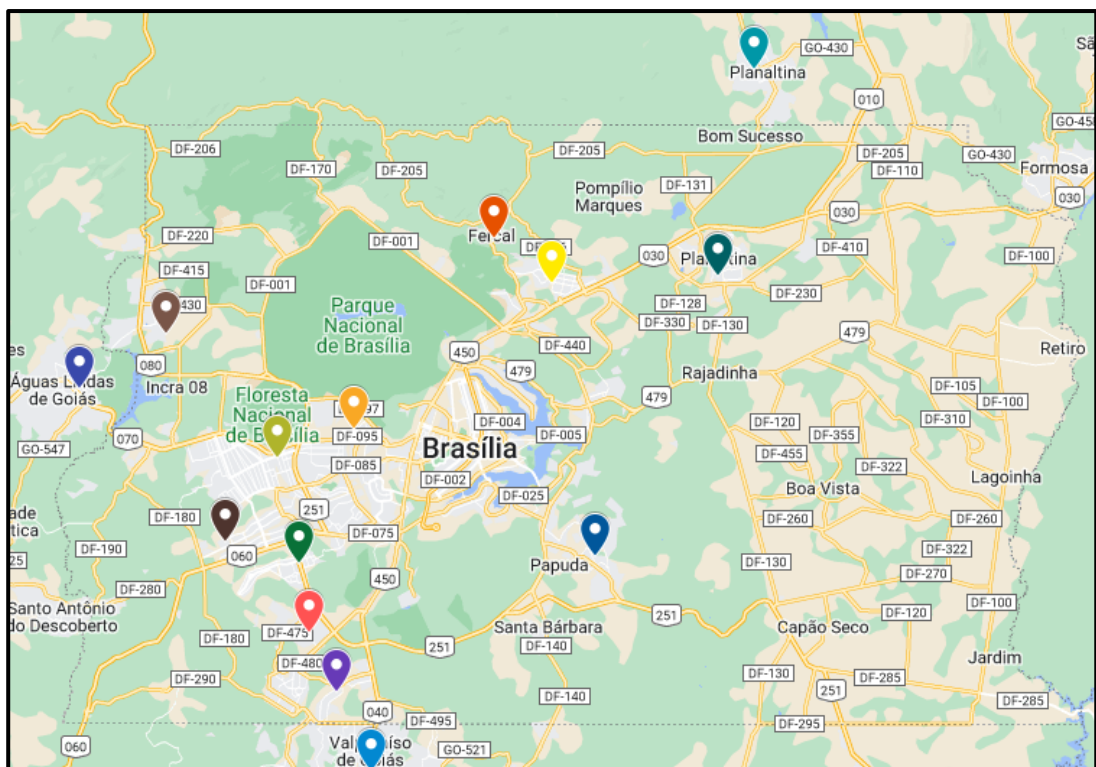
Já as regiões de renda média baixa são, Ceilândia, Gama, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria e Sobradinho II; e, por fim, as de baixa renda são Brazlândia, Fercal, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, São Sebastião, Setor complementar de Indústria e Abastecimento-Estrutural, Sol Nascente/Pôr do Sol e Varjão. Ver: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-05/pesquisa-mostra-perfil-socioeconomico-de-moradores-do-distrito-federal>> Acesso em: 13/03/2024.

**Gráfico 4 - Regiões onde vivem as Moto Brabas - Distrito Federal e Entorno (2024)**



Fonte: Dados do questionário. Elaboração própria da autora.

**Figura 3 - Mapa das regiões onde vivem as Moto Brabas – Distrito Federal e Entorno (2024).**



Fonte: Elaborado a partir do Google Maps.

## 2.1.2 Reprodução social

Destacamos anteriormente que 39% das trabalhadoras que responderam o questionário são mães. Elas possuem entre um e três filhos, em média. Acredita-se que dois fatores influenciam este resultado. O primeiro é o alto percentual de mulheres lésbicas (45%) que não buscam constituir o modelo de família nuclear tradicional. O segundo se embasa nas mudanças ocorridas nas últimas décadas. Conforme apontam Biroli e Quintela (2021), têm ficado mais evidente a ocorrência de inúmeras mudanças sociais nas famílias e deslocamentos da domesticidade como norma de gênero. Para além das mudanças significativas de caráter socioeconômico e demográfico, como o acesso ampliado das mulheres à educação e à profissionalização, assim como a sua incorporação à força de trabalho em posições mais diversas e transversais às ocupações – mesmo que aquelas relacionadas ao cuidado e ao trabalho doméstico permaneçam predominantemente femininas – houve mudanças na moral sexual e nas expectativas em relação às trajetórias das mulheres, ocorrendo um aumento da idade média para atribuir casamento e a redução do número de filhos<sup>34</sup>.

Neste sentido, indagamos as trabalhadoras sobre a existência de pessoas que necessitam dos seus cuidados. A maioria das respondentes afirmou não cuidar de ninguém além de si (60%). As outras opções eram: *idoso* ou *idosa* (15%), *adolescente* (15%), *adulto (a) com deficiência* (9%), *criança sem deficiência* (6%) e *adulto (a) com alguma enfermidade* (3%). Quando questionadas sobre a quantidade de pessoas que elas cuidam, obtivemos os seguintes índices: *2 pessoas* (27%), *1 pessoa* (18%), *3 pessoas* (15%), *4 ou mais pessoas* (12%).

A maioria (52%) não conta com uma rede de apoio para o trabalho reprodutivo e do cuidado. É importante sublinhar que as redes de apoio das sujeitas da pesquisa são, em sua maioria, outras mulheres dos seus núcleos familiares (como mães, irmãs, tias, avós e, em pouquíssimos casos, os maridos ou outras figuras masculinas). Na ausência de suporte, as trabalhadoras elaboram estratégias diversas para garantir que seus filhos sejam assistidos enquanto trabalham, conforme o relato a seguir:

E na parte da tarde [após a escola], eles ficam sozinhos. Eu tenho uma... [vou] Até mostrar para você. Eu coloquei câmera na minha casa, dentro da minha sala, que pega a sala e cozinha. Tem uma câmera na minha área, que ela é 360°, vira e eu vejo toda a parte da frente da minha casa. Cada um tem a chave de casa, e eles não saem (Rosa, 40 anos).

Ele fica muito com a minha irmã. Hoje ele fica muito mais na casa da minha irmã, tá? De uma irmã minha, né, que ele é muito apegado com o

---

<sup>34</sup> Conforme o recente estudo da associação independente Gênero e Número, os índices de partos entre mulheres com mais de 40 anos no Brasil aumentaram 83%. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/filhos-depois-40/>>. Acesso em 29/06/2024.

marido dela, né? Esse meu cunhado, então é ele. Como eles não tiveram filhos, é “filho” deles, né? Eles falam: “ah, já me deu o Caio\*, já me deu o Caio\*?”. Uma vez me perguntaram: “você tem ciúmes?” Eu falei, eu vou ter ciúme por quê? Uma pessoa que está ali cuidando do meu filho, como eu mesma cuido, até melhor do que eu... Eu vou ter ciúme? Eu vou agradecer! [...] Eu sou grata por ter alguém, por ele ter um lugar onde ele possa ficar. Mas quando ele era menorzinho, não tinha ninguém para ficar com ele, minha irmã saía para trabalhar, meu cunhado saía, e ele ficava com quem estava na reta (Dolores, 42 anos).

Sobre o cuidado direcionado a elas mesmas, a pergunta feita no questionário foi: “*Você tem tempo para cuidar de si? Comente um pouco sobre:*”. A maioria das entregadoras (61%) respondeu que não. Como a questão abriu margem para respostas abertas, destacamos algumas respostas *negativas* e *afirmativas* sobre o autocuidado, a seguir:

Não. Com dois trabalhos não sobra muito tempo (Patrícia).  
Muito raro. Nem sempre tem como conciliar com outras coisas (Ana).  
Infelizmente não. O que o entregador faz é fazer entregas, não sobra tempo para cuidado (Paula).  
Não. Raramente tenho tempo, e quando tenho, quero dormir, porque, além de tudo, faço faculdade híbrida (Sofia).  
Não. Inclusive, quando paro para fazer a unha ou pintar o cabelo penso que poderia estar fazendo outra coisa (Raquel).  
Nunca tenho. As consultas (médicas) são calculadas as datas (para acontecer) (Úrsula).  
Tenho sempre que escolher: ou cuidado de mim, ou cuidado da casa. Nunca dá para fazer tudo (Olga).  
Quase não tenho tempo. Consultas têm que ser muito bem agendadas para dar certo (Pâmela).

Já as interlocutoras que afirmaram ter tempo para cuidar de si, responderam:

Sim. Tiro tempo para fazer as unhas e arrumar o cabelo (Vera).  
Sim. Como não tenho filhos ou irmãos pequenos, uso meu tempo livre para descansar, ler ou assistir (Luísa).  
Tenho, sim. Tiro o meu dia de folga para cuidar de mim (Mariana).  
Tenho. Quando não saio para trabalhar eu cuido de mim. Faço unha, arrumo o cabelo etc. (Janaina).

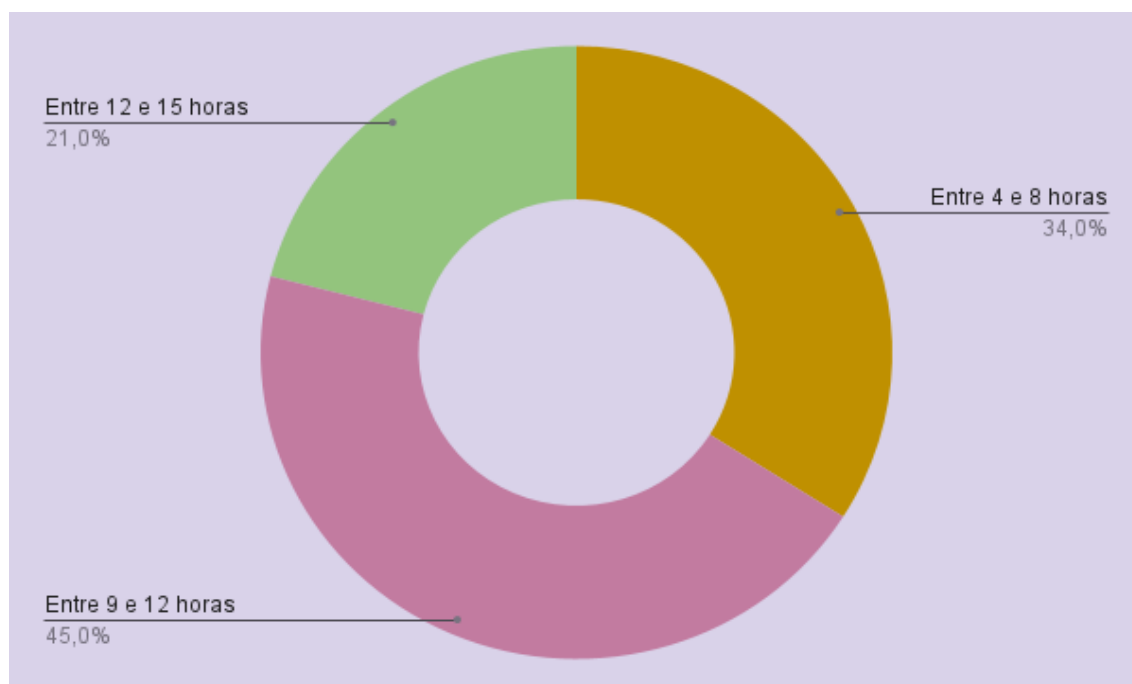
Muitas trabalhadoras não conseguem dedicar um tempo para si em decorrência das duplas ou triplas jornadas extenuantes, que combinam o trabalho plataformizado a outros trabalhos secundários ou principais; aos estudos e ao trabalho da reprodução social. Mesmo que muitas delas não sejam mães, as tarefas domésticas e a resolução de responsabilidades pessoais demandam um dispêndio de tempo significativo em suas rotinas diárias, de modo que até os cuidados com a própria saúde ficam em segundo plano.

As assertivas das mulheres que disseram ter tempo para si, revelam que o autocuidado é percebido a partir de uma lógica que reforça os padrões sociais de feminilidade, já que se resume a cuidados estéticos, ainda assim, incompatíveis com os dias de trabalho.

### 2.1.3 Jornadas de trabalho

Investigamos quais dias da semana as trabalhadoras trabalham por meio dos aplicativos e obtivemos as seguintes taxas: 50% dedicam 6 dias da semana; 14% trabalham entre 3 e 5 dias, e 36% laboram os 7 dias. A respeito das jornadas diárias, a pergunta realizada foi: “*Quantas horas diárias dedica ao trabalho como entregadora?*”. As respostas demonstraram que as *motogirls* dedicam-se, em maior volume, às jornadas mais extensas: entre 9 e 12 horas (45%); seguidas por 12 e 15 horas (21%) e 4 e 8 horas. Estas taxas (ver gráfico 5) levam à conclusão de que o maior contingente de trabalhadoras dispõe de 72 a 90 horas semanais para as plataformas, e que este é o trabalho principal de, ao menos, 82% das mulheres já que apenas 18% afirmaram utilizar as plataformas como complemento de renda.

**Gráfico 5 - Jornadas diárias das Moto Brabas - Distrito Federal e Entorno (2024)**



Fonte: Dados do questionário. Elaboração própria da autora.

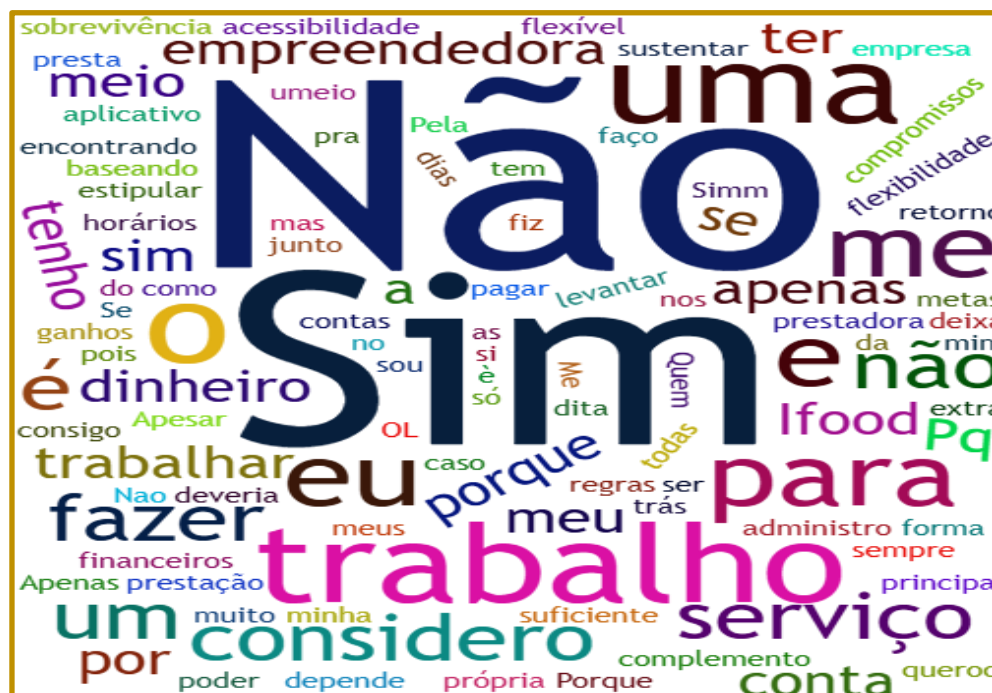
No que acomete o tempo dedicado ao trabalho doméstico e/ou de cuidado, as *motogirls* afirmaram gastar entre 2 e 4 horas por dia, geralmente. Quando não, se empenham nessas atividades no dia de folga, uma vez por semana.

### 2.1.4 Percepção do trabalho, percepção de si e prospecção do futuro

Para lançar luz sobre como as entregadoras vislumbram o vínculo com as plataformas, as interpelamos da seguinte forma: “*Você se considera uma empreendedora por trabalhar por meio*

de aplicativos? Se sim, ou se não, por quais motivos?”. As demonstraram uma ambiguidade na percepção das interlocutoras, visto que metade se considerou empreendedora e a outra não, conforme o gráfico 6, na sequência.

Gráfico 6 - Percepção das Moto Brabas - Distrito Federal e Entorno (2024)



Fonte: Dados do questionário. Elaboração própria da autora.

Em continuidade, solicitamos que as *motogirls* se expressassem sobre o trabalho através da pergunta: “O que mais gosta no trabalho como entregadora?”. Para esta pergunta, o questionário permitia respostas abertas curtas. Assim, as respostas foram divididas em quatro categorias:

1) *Liberdade/autonomia*: a liberdade/autonomia foi descrita pelas trabalhadoras de maneira solta: “a liberdade”, mas quando explicada, percebemos que geralmente está associada à ausência de um (a) chefe;

2) *Flexibilidade*: a flexibilidade, por sua vez, relaciona-se à possibilidade de escolher quando começar e quando parar de trabalhar e, permite, de certa forma, conciliar as demandas pessoais (cuidado, estudos, outros trabalhos, etc.) com o trabalho plataformizado;

3) *Remuneração*: vincula-se à necessidade de garantir uma renda frente à realidade do desemprego e de conseguir independência financeira para satisfazer as necessidades de subsistência de si e/ou familiar;









As respostas revelaram que a maioria das trabalhadoras não pretende continuar neste ramo profissional. As razões, em maior quantidade, situam-se na busca por maior qualificação profissional. Algumas das trabalhadoras afirmaram estar em busca de concluir os cursos de graduação, de estudar para concursos públicos, querem ter mais tempo para si e não pretendem mais se expor ao preconceito e ao risco no trânsito. Outras afirmaram querer continuar pela remuneração e porque gostam de pilotar motos. Ver o gráfico 9, na sequência.

**Gráfico 9 - Percepção de futuro Moto Brabas - Distrito Federal e Entorno (2024)**



Fonte: Dados do questionário. Elaboração própria da autora.

### 2.1.5 Assédio

A última pergunta do questionário visou investigar se as trabalhadoras já foram alvos de assédio sexual durante o trabalho, e quem normalmente costuma praticá-lo. A maioria das *motogirls* revelaram nunca terem sido assediadas enquanto realizavam o trabalho (51,5%); 12,1% preferiram não responder, e as demais (36,5%) afirmaram já terem vivenciado o assédio por parte dos clientes (12,1%), dos funcionários ou donos de estabelecimentos (12,1%), no trânsito (6,1%) ou pelos colegas de profissão (6,1%).

O alto percentual de trabalhadoras que relataram não terem experienciado o assédio no trabalho revela, de certa forma, uma relação de solidariedade no interior desta categoria de trabalhadores/as. Nas incursões de campo, as trabalhadoras descreveram o tratamento respeitoso

da maioria dos colegas, e ressaltaram a ajuda mútua diante de episódios de conflito com restaurantes e os clientes. Inclusive, há uma prática de manifestação específica adotada pelos/as trabalhadores/as contra episódios de humilhação e discriminação chamada *bololô*<sup>38</sup>. Desta forma, confirma-se que as atitudes de solidariedades entre *motoboys* e *motogirls* não são raros, mas frequentes, como bem observaram Oliveira e Festi (2023).

Quanto às trabalhadoras que vivenciaram o assédio sexual (36,5%) em diferentes contextos do trabalho, nota-se que a maioria destes são praticados por pessoas em posição hierárquica (funcionários/donos de estabelecimentos e consumidores), porque estas pessoas detém o poder de avaliá-las nas plataformas, o que pode implicar em sanções ou bloqueios de suas contas.

Em particular, os assédios e insinuações sexuais praticados pelos clientes despertam medo, constrangimento, e, de tão frequentes, muitas vezes acabam sendo tratados como algo cômico e trivial:

Só para você ir tomando detalhe, eu acho que é por isso que muitas das meninas não querem (essa profissão). Sabe o que é você ser informado que vai receber um negócio e, quando o cara abre a porta, ele está de cueca? (...) E eu já fui xingada por cliente. Eu já passei por situações com cliente de subir no apartamento, cara trilouco de bêbado... Um velho, careca, barrigudo e todo peludo, me recebeu de cueca branca. E não é boxer não, é aquela cueca horrorosa. É aquela cueca de velho (Rosa, 40 anos).

Uma vez eu fui fazer a entrega para o rapaz, e ele me recebeu só de cueca, foi horrível! Menina, eu juro para você que eu fixei o olhar para a parte de cima. Eu entreguei (o pedido), pedi o código, ele falou e eu já fui virando as costas e botando o código (no aplicativo). Eu não consegui nem finalizar, e olha que sempre finalizo minhas entregas, assim: “tenha um bom apetite” ou “uma ótima noite”, “uma ótima tarde” ou “um ótimo final de semana”, dependendo do dia, né? E ainda peço a avaliação no aplicativo: “por gentileza, assim que o senhor puder, o senhor me avalie no aplicativo”. Isso é muito importante para o meu trabalho. Eu sempre finalizo minhas entregas assim... Com ele eu não consegui porque eu só queria sair dali (Nise, 37 anos).

Eu entreguei (o pedido) na porta do apartamento dele, e ele ficou me olhando cabuloso, estava só de cueca, o velho. Eu finalizei a entrega, e ele continuou na porta me olhando até eu entrar no elevador (Janaína, idade não revelada).

No meu caso, apareceu pelado, na sala, enquanto eu entregava o pedido (Dolores, 42 anos).

As situações descritas pelas trabalhadoras demonstram que, além de serem percebidas pelos clientes como objetos sexuais, subir até os apartamentos configura um grande fator de risco à integridade dessas mulheres. Mesmo que muitas relatem os episódios para as plataformas, as denúncias não geram consequências para os assediadores, o que revela a urgência da

---

<sup>38</sup> O *bololô* é uma gíria muito comum entre *motoboys* e *motogirls*, e consiste, basicamente, em organizar um grupo de motociclistas para buzinar e acelerar as motocicletas (fazendo o maior barulho possível), como ato de protesto contra qualquer ação negativa direcionada a um/uma ou mais membros/as da categoria.

regulamentação dessas empresas como um mecanismo de proteção e assistência diante das violências praticadas contra homens e mulheres diariamente.

Conforme discutimos ao longo deste trabalho, as mulheres negras são os maiores alvos de violência, nas mais diversas formas de manifestações (física, simbólica, sexual, material), porque são percebidas através das *imagens de controle*, que lhes conferem o lugar prescrito da desumanização e da subalternidade, seja como figuras sexualmente desinibidas, serviçais, intelectualmente incapazes ou agressivas (Collins, 2016; Gonzalez, 2020).

## 2.2 Acidentes

A procura por motocicletas como meio de transporte e como ferramenta de trabalho teve um crescimento significativo ainda durante a pandemia, não por acaso, quando as plataformas também se expandiram pelo país. De acordo com o Correio Braziliense (2021), no ano de 2021, as vendas de motocicletas aumentaram 44,83% com relação ao ano anterior, como resultado da alta da gasolina e do desemprego naquele período. As motocicletas são, sem dúvida, meios de locomoção mais acessíveis para a maioria da população que busca se locomover por grandes e pequenos centros urbanos.

Entretanto, as condições em que se utilizam as motos evidenciam a falta de segurança e a precariedade. Em conformidade com a pesquisa divulgada pela Agencia Brasil (2024), dos 30 milhões de condutores de motocicletas no país, 17 milhões não possuem CNH (Carteira Nacional de Habilitação) da categoria A, que permite conduzir veículos de duas ou três rodas. A principal razão atribuída à falta de licença é o alto custo financeiro. Consequentemente, os riscos de acidentes graves ou fatais são inevitáveis, já que o estudo aponta que as motocicletas envolvem 25% dos sinistros de trânsito e mais de 30% das fatalidades.

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 12.009 que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, para estabelecer normas de segurança para a categoria. Algumas das normas previstas na Lei versam sobre:

- I – Ter completado 21 (vinte e um) anos;
- II – Possuir habilitação, por pelo menos 2 (dois) anos, na categoria;
- III – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran;
- IV – Estar vestido com colete de segurança dotado de dispositivos retro refletivos, nos termos da regulamentação do Contran.

Mas nem uma destas exigências são atendidas pelas plataformas digitais, porque as

responsabilidades e os riscos são transferidos diretamente à categoria que presta os serviços. Quando ocorrem os acidentes, são os trabalhadores e as trabalhadoras que lidam com os prejuízos financeiros que acometem as ferramentas de trabalho e, fundamentalmente, a própria saúde física e emocional. As plataformas saem ilesas, mesmo que sejam diretamente beneficiadas pelo trabalho prestado e que determinem as rotas a serem seguidas, porque que se vendem apenas como “mediadoras” entre clientes e estabelecimentos (Cant, 2021).

No Distrito Federal, em 2024, morreram em média 6 motociclistas por mês, vítimas de acidentes fatais, conforme noticiou o Correio Braziliense (2024). É importante destacar que, nacionalmente, esta categoria não entrega apenas alimentos e mercadorias, mas a própria vida, já que *motoboys* estão entre os principais doadores de órgãos do país, como bem elencou a médica Denize Dornellas, em uma entrevista divulgada pelo portal Terra (2023), os

Motoboys, eles são uma das maiores fontes de doação de coração, de fígado e de rim porque morrem muito jovens, morrem de causas de acidente, geralmente não estão doentes. E os maiores receptores de coração, de fígado e de rim são pessoas brancas. Os maiores doadores são pessoas negras jovens (Terra, 2023, *on-line*).

Os acidentes de trânsito estão entre as principais preocupações cotidianas das *motogirls*, que buscam adotar uma conduta prudente no trânsito para evitá-los, mas, na maioria das vezes, os acidentes são causados por outros fatores que fogem do controle destas, como a falta de estrutura da cidade (buracos, falta de sinalização etc), motoristas imprudentes e/ou alcoolizados e fechadas no trânsito. Muitas destas mulheres já perderam familiares e colegas de trabalho em decorrência dos sinistros. Algumas delas também se acidentaram, conforme nos mostram os relatos a seguir:

[...] Eu tô com um amigo no hospital. Voltando pra casa ele se acidentou. Ele não tem nenhuma segurança. Tem a Flora, eu não sei se você viu o vídeo que ela postou no grupo. Ela tá fazendo fisioterapia. Ela não pagava nada! (Rosa, 40 anos).

Caí e tive queimadura de 3º grau na perna (Neuza).

Quando eu caí de moto, fracturei o cóccix e fiquei 6 meses sem pilotar (Amélia).

Minha última queda de moto foi num buraco naquela rua da Leroy, em frente ao *Park Shopping*, caí dentro de um buraco. Ôh raiva, minha calça era novinha e, como estava chovendo, ficou só a lama (Janaina).

[...] Eu voei de cima da moto e ainda bati a cabeça no meio fio. Por pouco, eu não caí embaixo do viaduto. Nem gosto de lembrar... mesmo a gente sendo cautelosa, acontece (Paula).

É... assim, eu vivo muito apertada, eu corro muito, mas graças a Deus eu pago MEI, eu pago plano de saúde. Morro de medo de quebrar uma coisa, de sofrer um acidente, ir para o hospital público. Há 13 anos atrás eu sofri um acidente grave de moto. Eu quebrei minha perna direita, quebrei o joelho, pedi os tendões, passei 2 anos de muleta e dependendo do Hospital de Base, entendeu? Então, assim, teve um erro médico. Foi um inferno para mim, para a minha perna, minha perna

direita. Graças a Deus, eu consegui. Hoje eu ando, fiquei com algumas sequelas, mas é praticamente uma perna normal. E morro de medo, de sofrer um acidente, de quebrar um dedo e ter que ir pro hospital de base depender do SUS, entendeu? (Marli, 42 anos).

E eu sofri um acidente. Uma vez caí e bati a perna. Até hoje ainda eu tenho um caroço aqui na perna. Quebrei o braço no ano passado. (Dolores, 41 anos)

As trabalhadoras destacam que, diante da falta de assistência das plataformas, precisam recorrer aos planos de saúde privados para conseguir atendimento de urgência. Embora a rede pública ofereça serviços gratuitos, o sucateamento e a sobrecarga da saúde pública culminam no desencantamento das trabalhadoras. Um outro elemento importante é que após o acidente de Dolores, ela ficou com sequelas em um dos braços, e não consegue esticá-lo totalmente porque sente muita dor.

Cabe enfatizar que entre os meses de maio e setembro de 2024, ao menos 8 trabalhadoras do grupo se envolveram em acidentes de trânsito (alguns leves e outros mais graves), incluindo Marli e Dolores. O sinistro de Marli ocorreu no dia 2 de maio, e ela teve uma fratura na clavícula que careceu de um procedimento cirúrgico, realizado apenas no dia 17 do mesmo mês, seguido de fisioterapia. Meses depois da cirurgia, ela contou que sente formigamento no braço.

Um fator de alto risco para toda a categoria são os famigerados “corredores”, os espaços entre os carros e os caminhões que servem de passagem para motociclistas. Muitas mulheres o evitam por medo, porque as chances de caírem aumentam, mas inevitavelmente elas precisam cruzá-los quando o trânsito está parado. Em um dos encontros com Marli e Dolores, recebi a proposta de uma carona de moto da Espanada dos Ministérios até a UnB, para sentir a “sensação de liberdade que a moto proporciona”, mas durante todo o trajeto fiquei apreensiva. Fui na garupa de Marli, que levou um capacete extra, e enfrentamos o famoso “corredor”. Enquanto pilotava, ela explicou suas estratégias para atravessá-lo:

Eu sempre reduzo a velocidade e saio buzinando para saberem que estou passando. Toda motogirl tem que sentir medo, porque o medo deixa a gente esperta, em alerta. Se a gente perde o medo, confia demais, a gente vai pro chão. É um pouco de medo e de coragem que tem que ter para voltar para casa em segurança (Marli).

Ademais, outra questão relevante é que as trabalhadoras que testemunharam ou foram vítimas de sinistros relataram sofrer de episódios de estresse pós-traumático, mas não puderam deixar de trabalhar.

Vendi minha moto depois que vi um rapaz morrer na minha frente, de acidente de moto, fiquei traumatizada (Nise).

Depois que sofri meu último acidente, também não vejo a hora de me livrar da moto. Amo minha “Penélope”, mas eu amo mais a minha vida (Marli).

Menina, depois que a gente sofre um acidente a gente fica mal, nossa é um sentimento péssimo. Aí você fica doido para chegar em casa, ficar de boa. É um sentimento péssimo. Você acredita que eu só quero dormir? Não sei se é só comigo que acontece, mas eu só quero dormir e esquecer o que aconteceu. Fico pensando que, se eu pudesse, não teria passado por lá, feito aquela entrega, ou qualquer coisa do tipo... Você só fica doida pra ir embora, mas é uma eternidade para chegar em casa. [...] Eu fiquei uma semana com trauma, com medo de andar (Samara).

A gente fica com trauma, infelizmente (Janaína).

Na ausência de responsabilização das plataformas pelos prejuízos causados por acidentes de trânsito, as trabalhadoras coletivizam suas histórias e experiências umas com as outras, na tentativa de amenizar os danos emocionais e tornando mais sólidos os laços criados pelo grupo.

### 3. “A MULHER NÃO TEM NADA DE SEXO FRÁGIL”<sup>39</sup>

*“A minha voz ainda ecoa versos  
perplexos com rimas de sangue e fome”  
(Conceição Evaristo, Vozes-mulheres).*

A seguir, contarei de forma resumida um pouco da história de cada uma das mulheres entrevistadas. Adianto que esta não foi uma tarefa fácil. No final de cada entrevista, era impossível não se emocionar diante das histórias compartilhadas. Depois de conhecê-las, não consegui ler mais os livros de teoria sem pensar que muitos deles ocultavam as violências sofridas pelas trabalhadoras por meios de termos técnicos e de categorias científicas. Quando finalizei as entrevistas, uma frase ecoava em minha mente: “*Como teorizar a dor?*”. Foram dias e noites buscando uma resposta para essa pergunta diante do desafio de escrever esta dissertação, mas o conselho certo de Gloria Anzaldúa no texto “*Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*” me tranquilizou:

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor (Anzaldúa, 2000, p. 235).

Teorizar a dor é um desafio que ainda não sei se sou capaz de enfrentar, mas esta é a minha tentativa. Optei por evocar experiências íntimas e reais, para fazer jus às vidas e à luta destas mulheres. Embora a lógica capitalista insista na descartabilidade humana, reconstruir essas vivências é um esforço de subversão. Por essa razão, recupero as experiências que tive em campo e pequenos fragmentos das vidas destas cinco mulheres excepcionais, batalhadoras e admiráveis que tive a sorte de conhecer, para combater o discurso disseminado pelo *iFood* nas reuniões e ações feitas para a categoria de que “os entregadores e as entregadoras são apenas números nas plataformas”. Essa falsa ideia foi e continua sendo reproduzida pelas interlocutoras da seguinte forma: “Nós somos números dentro do aplicativo. Não são pessoas que são avaliadas ali, são números” (Rosa, 40 anos).

---

<sup>39</sup> O título deste capítulo é inspirado na fala da interlocutora Dolores, sobre as lutas diárias das trabalhadoras plataformizadas.

A seguir, apresento Rosa, Marli, Tereza, Dolores e Nise, para mostrar que estes “números” possuem história própria, sentem dor, alegria e saudade, sangram como qualquer outro ser humano, e todos os dias deixam os corações em casa e arriscam as próprias vidas em busca de sobrevivência no interior deste sistema predatório.

### 3.1 Rosa

Rosa foi uma das mulheres que criou o grupo Moto Brabas. Em nosso primeiro contato, via *Whatsapp*, em março de 2023, conversamos bastante, quebrando o gelo inicial e o distanciamento que comumente ocorre entre pesquisadora e interlocutora. Alimentamos um vínculo importante e raro de ser visto no campo. Conversamos sobre as dinâmicas dos grupos de entregadores, que costumam ser lugares menos acolhedores para as mulheres, seja por um certo choque geracional – já que os homens que predominam a categoria costumam ser jovens – os interesses e assuntos cotidianos divergem muito dos interesses das trabalhadoras, seja por alguns conteúdos sexistas e outros que não se alinham diretamente aos assuntos do trabalho, que repelem as mulheres.

Nossa primeira entrevista ocorreu no dia 11 de maio de 2023. O local de nosso encontro foi escolhido por ela, que naquele período trabalhava como *OL*<sup>40</sup>(operador logístico) na região do Sudoeste. Ela optou por me encontrar no Parque Ana Lúcia, situado no Parque da Cidade. Para os que vivem no Distrito Federal, este é um lugar emblemático no imaginário brasiliense, pois evoca uma certa nostalgia entre os jovens e adultos que em algum momento da infância brincaram no famigerado “foguetes” ou levaram os filhos para brincar por lá.

---

<sup>40</sup> Operador logístico é uma das formas de se trabalhar para o *iFood*, só que a partir da mediação de uma empresa terceirizada com um número fixo de trabalhadores/as à disposição. Nesta modalidade, diferente do modo Nuvem, a trabalhadora precisa cumprir horários (11h às 22h ou 23h) e deve circular em uma determinada zona da cidade pré-estabelecida. Quem trabalha como OL tem prioridade nas demandas.



**Figura 4** – Foguete do Parque da Cidade



Fonte: Elaboração própria da autora.

Combinamos de nos encontrar às 9h30. Ela chegou às 9h32 da manhã, praticamente ao mesmo tempo que eu, mas se desculpava por estar “atrasada”. Esse comentário me acendeu um alerta, já que do meu ponto de vista ela foi super pontual. Questionei a mim mesma: “Será um hábito?” Considerando a pressão diária imposta pelos aplicativos para que os/as trabalhadores/as entreguem os pedidos dentro de um tempo muito curto, considerando as adversidades do trânsito, com tantas obras por todo o DF, ultrapassar dois minutos do tempo é passível de culpa? Seguimos...

Rosa é uma mulher heterossexual e é adepta do espiritismo *kardecista*. Mora na Ceilândia (DF) com dois de seus três filhos. O filho mais velho tem 24 anos, e o casal tem 10 e 9 anos de idade. Quando indagada sobre sua raça respondeu que era amarela, pois não sabia exatamente como se identificar e essa costumava ser a sua resposta padrão. Após eu explicar os critérios do IBGE sobre a definição de raça/etnia, se identificou como parda, por ser filha de pai “moreno” e mãe branca.

Seu pai é da Paraíba (PB) e sua mãe, do Piauí (PI). Ambos nordestinos, que vieram para Brasília como tantos outros desde a construção da capital. Segundo ela, o pai é da área da limpeza e sua mãe é da Fundação Educacional. O pai teve, ao todo, dez filhos. Alguns antecedem o relacionamento com sua mãe, com quem teve cinco filhas. Ela conta que sua mãe não era afetuosa e por isso as duas não possuíam uma boa relação. A mãe de Rosa perdeu os pais aos 8 anos de idade, com 6 meses de diferença entre as mortes. Chegou em Brasília aos 19 anos e se tornou empregada doméstica até arrumar um trabalho na área da limpeza nos prédios do Plano Piloto. A

motivação da mãe de Rosa em sair de sua terra natal se deu porque ela queria fugir da família que a explorava no Piauí. Sofreu maus-tratos pelos parentes, fazia todas as tarefas domésticas e decidiu migrar para o Distrito Federal para escapar daquela realidade.

Já o pai de Rosa, segundo seu relato, veio para Brasília para “fugir” da responsabilidade de criar os 4 filhos do casamento anterior. Chegando em Brasília, se tornou porteiro e conheceu a mãe de Rosa. A interlocutora se referia à sua família com *aspas*, e parecia achar sua família disfuncional. Em todos os momentos era perceptível que esta era uma ferida interna não cicatrizada.

Entrevistei Rosa em dois momentos diferentes, a primeira em Maio de 2023 e a segunda, no dia 28 de outubro daquele mesmo ano. Em nossa primeira entrevista, percebi que Rosa se esquivava das perguntas referentes aos seus pais e ao casamento anterior. Em minhas anotações de campo, formulei a hipótese de que sua relação familiar era conflituosa e que ela era uma possível vítima de violência doméstica, já que quando era indagada sobre o ex-marido, a única resposta possível era “trauma”. Infelizmente, eu estava certa. Apesar da relação ruim com sua mãe, ela a inspira e a inspirou a ser uma mulher trabalhadora e honesta. Rosa não hesitou em dizer que teve “uma infância bem sofrida, literalmente, mas muito do que eu aprendi foi vendo minha mãe se esforçar” e que “tira da dor o aprendizado”.

A casa que Rosa vive, que ela chama de “barraquinho”, é propriedade de sua mãe e foi cedida por meio de uma procuração para garantir uma segurança para ela e seus filhos. Rosa foi aluna de escola pública durante toda a trajetória escolar, mas não contou com o suporte da mãe para dar continuidade aos estudos. Sempre que queria fazer algum curso, pagava por conta própria, como fez com a faculdade particular de Comércio Exterior, interrompida por falta de recursos. Ela se sentia envergonhada por não ter concluído o nível superior.

Rosa trabalha desde os 11 anos de idade. Filha de pais divorciados, quando recebia a pensão alimentícia do pai, se dirigia até o centro de Planaltina (GO) para comprar pipoca, balas, chicletes e salgadinhos, montava uma mesa em frente à sua casa, na parte da tarde, já que tinha aula pela manhã, e tentava multiplicar o dinheiro recebido pelo pai enquanto fazia as atividades escolares. Também trabalhou em outras ocupações informais e temporárias como feirante, durante três anos, ainda na adolescência. O trabalho na feira ocorria em datas comemorativas como Natal, Ano Novo, Dia das Mães etc. depois trabalhou dos 14 aos 16 anos como cobradora de lotação. Nesta ocupação, seu apelido era “*batgirl*”, por ser uma das poucas mulheres na atividade.

Aos 16, precisou parar de trabalhar como cobradora, porque descobriu que estava grávida. Sem acolhimento familiar e do pai do seu filho, foi expulsa de casa e precisou continuar trabalhando para sustentá-lo. Ingressou no mercado de trabalho formal numa rede de *fast food* mundialmente famosa por 3 anos e 11 meses, depois como porteira em um condomínio de luxo no Lago Sul (DF), entre outras ocupações. Durante o período de experiência na rede de *fast food*, Rosa contou que em um determinado momento o serviço era vinculado a uma rede de lojas de departamento. Lá, era operadora de caixa e também ficava responsável por abrir a loja às 8h da manhã e fechar às 22h40. Totalizando 14 horas e 40 minutos de trabalho por dia.

Antes de ingressar no *Ifood*, trabalhou como promotora de vendas e fazia tudo na região da Ceilândia, onde vive. E ressaltou: “O Plano Piloto pra mim não existia”. No início de nossa entrevista, o clima de timidez imposto pelo nosso primeiro contato presencial era explícito, mas foi se dissolvendo conforme a conversa desenrolava. Enquanto ela reconstituía a história de sua vida, seus valores, suas dores e experiências, no momento da entrevista e depois, essas questões me atravessavam de forma arrebatadora. Em um certo momento, ela disse:

[...] Eu sou um espírito muito livre. Eu não consigo me prender a certas coisas que me desagradam. Se ali não está bom para mim, eu meto o pé, literalmente. Sou filha de um paraibano e de uma piauiense. Fui mãe aos 17 anos. Não fiquei com o pai dele. Aos 26, tentei acreditar nessa frase de que “o amor existe”, mas não existe. Existe, mas de maneira diferente, na verdade. E confiei em uma pessoa e desse relacionamento, que foram apenas 4 anos eu tive mais dois filhos. (Rosa, 40 anos).

Rosa tentou fazer laqueadura após gestar o segundo filho, aos 27 anos, fruto dessa relação, mas não foi autorizada. Naquele momento, a legislação vigente proibia a laqueadura sem o consentimento do cônjuge<sup>41</sup>. E um ano depois, ela descobriu outra gestação em estágio avançado, com 7 meses. Esperava por uma menina. Rosa foi vítima de violência doméstica. E mesmo diante desta e de outras experiências dolorosas e traumáticas ao longo da vida, sem apoio familiar e sem recursos para tratar sua saúde mental, a estratégia de autoproteção adotada foi a de suprimir seu sofrimento para não afetar o desempenho no trabalho, tão caro à sua sobrevivência. Ela dizia com frequência as frases: “meu capacete é meu melhor amigo” e “meu capacete já viu muitas lágrimas” que me faziam sentir arrepios e a sensação de receber um soco no estômago. Ali entendi o porquê de ela não confiar muito nas pessoas e optar por sofrer em silêncio.

---

<sup>41</sup> A Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, previa o consentimento do cônjuge para a realização dos procedimentos de laqueadura e vasectomia, mas com a promulgação da Lei nº 14.443/2022, o consentimento deixou de ser obrigatório. Ver mais em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/03/03/entra-em-vigor-lei-que-dispensa-aval-do-conjuge-em-procedimentos-de-esterilizacao#:~:text=A%20Lei%2014.443%2C%20de%202022,dias%20para%20passar%20a%20valer.>>

Meus problemas pessoais não dizem respeito ao meu trabalho. Eu aprendi isso muito nova. [...]

No dia que eu me separei do meu ex-marido, ele tinha me dado uma surra. Eu estava com quatro cortes na cabeça, com o dedo deslocado e fui trabalhar [...].

Kethury: Você foi trabalhar nessas condições?

Arregaçada de dor. [...] As pessoas têm que entender que quando você é um profissional, por mais que a vida pessoal abale um pouco a profissional, você tem que saber separar as coisas. (Rosa, 40 anos).

Ela ingressou no *iFood* no dia 6 de Fevereiro de 2020, na modalidade nuvem. Em 5 de março do mesmo ano, se tornou OL por uma empresa terceirizada. Naquela altura, já possuía habilitação de tipo A e B (para pilotar/dirigir motocicleta e carro). Ela se auto definiu como “uma mulher de personalidade forte”, durante sua jornada profissional sempre foi reconhecida por colegas e chefes como uma pessoa hábil e dedicada ao trabalho, nunca se acovardou diante de situações consideradas injustas por ela e sempre entrou em embates, quando julgava necessário, com quem fosse. Quando trabalhou como promotora de vendas seu chefe não simpatizou com sua personalidade e passou a tentar intervir nas rotas de trabalho conquistadas por ela. Por não abrir mão das rotas, foi desligada.

Ela relatou que no ato da demissão, enquanto o ex-chefe falava, fazia o seu cadastro no *iFood*. Após 10 dias, já estava rodando sem nenhuma experiência e resolveu seguir um *motoboy* com uma bag do *Ifood* que parou no Terraço *Shopping*. Lá, ela encontrou um amigo que explicou como funcionava o aplicativo e o trabalho como um todo. Depois desse dia, foram 3 anos e 7 meses de trabalho dedicado ao *ifood*. E numerosas tentativas da empresa anterior para recontratá-la, mas sem sucesso.

Sem ter com quem deixar os filhos mais novos enquanto ela trabalhava, a alternativa adotada foi a de colocar câmeras de segurança na área externa e interna da casa e deixar um quadro com todas as tarefas e horários para os mais novos seguirem. Como mostra o trecho a seguir:

A moça da van desce e abre o portão e só sai quando eles trancam o portão. [Ela] Pergunta assim: “ah, por que você não tem ninguém?” Porque onde eu moro, o que existe é traficante, drogado, noiado, bêbado e crente. Só. Aí, assim, tentei arrumar alguém... Mas é bem complicado, porque já vieram falar bem assim: “Ah, vou te entregar pro conselho tutelar”. Pode [isso]? (Rosa, 40 anos).

Além de serem totalmente responsabilizadas pelo cuidado e pela sobrevivência dos filhos, mulheres pobres e periféricas como Rosa viram alvo de ameaças constantes e são enquadradas como criminosas pela opinião pública. Existem apenas duas opções para estas mulheres: ficar em

casa e padecer de fome ou ir trabalhar e supervisionar os filhos à distância. O fardo que recai sobre os ombros das mulheres pobres tem um peso inestimável.

Ao longo do tempo de trabalho no *ifood*, na modalidade OL, Rosa foi alvo de muitas discriminações. A maioria destas ocorreu nos estabelecimentos, a partir do contato com funcionários e gerentes destes locais. Para ela, uma das piores manifestações de preconceito contra entregadores/as é ter um lugar reservado para o/a entregador/a esperar o pedido. Normalmente, esses locais em estabelecimentos são em cantos afastados da visão dos clientes e, quando nos shoppings, os pontos de coleta<sup>42</sup> dos pedidos também são ocultados da visão do público, em estruturas improvisadas e insalubres perto de lixeiras, lixo etc.

**Figura 5** – Espaço improvisado para descanso na SQN 207 da Asa Norte



Fonte: Elaboração própria da autora.

<sup>42</sup> Proponho uma diferenciação entre “ponto de apoio” e “ponto de coleta”. O primeiro diz respeito a um lugar com estrutura planejada que contém banheiros, tomadas, assentos, mesa para refeições e uma copa. O segundo, nada mais é do que uma estrutura improvisada ou qualquer local direcionado pelos comércios para que os *motoboys* e as *motogirls* retirem os pedidos distantes da presença dos clientes. Normalmente, os pontos de coleta não possuem banheiros, tomadas e muito menos lugares para fazer refeições ou para descansar.

Na visão de Rosa, a culpa é dos/as trabalhadores/as da categoria, pois “nos últimos 2 anos, entrou muito moleque nessa profissão e bagunçou muito”. Mas seu relato demonstra uma contradição, porque já pediu como cliente e mesmo assim foi discriminada ao entrar numa loja para receber a refeição: “Isso é recorrente, tá? Eu não posso entrar num lugar vestida como me visto que perguntam: “É entrega?” e continuou: “É, parece que a gente não tem direito de comer, que o nosso dinheiro não tem o mesmo valor que o do cliente”. Rosa ama café, e de vez em quando se “dá ao luxo de provar os melhores cafés da cidade”. Já eu, odeio café, mas prometi que um dia a convidaria para me ensinar a apreciar a bebida.

Em nossa primeira entrevista, senti muita dificuldade em extrair mais informações sobre ela. Havia uma barreira imposta por ela que eu não conseguia ultrapassar, apesar de ter sido muito aberta sobre a sua vida profissional. A entrevista de outubro aconteceu em um café do Guará 2, para cumprir minha promessa. Nos encontramos na cafeteria às 10h, e logo percebi um ar de mudança vindo dela. Diferente de outros encontros que tivemos, Rosa parecia mais alegre, usava uma maquiagem que destacava seus olhos verdes-escuros, portava um casaco, bermuda e seu penteado era um “rabo de cavalo”. Ela havia mudado de profissão há alguns meses.

Conversamos por cerca de 2h antes de ligar o gravador. Ela contou sobre alguns conflitos pessoais que lhe afetaram nos últimos meses, e sobre os problemas financeiros e emocionais. Com o gravador ligado, a entrevista durou cerca de 1h30, embora tenha se sentido mais confortável para se abrir sem a gravação. Aquele dia era o aniversário de seu pai, que tem *Alzheimer* e teve uma perna amputada por complicações da Diabetes. Ela já não o via há muito tempo, porque as irmãs não permitiam e estava muito fragilizada por não poder estar em sua presença em um dia tão importante.

Eu não preciso contar pra vocês. Eu não quero que ninguém saiba. E eu não quero estragar o dia de alguém desabando por causa que minha vida está um caos. E assim, eu não acho justo uma pessoa pegar e falar: “você não faz...” Cara, primeiro, olha os dois lados, tenta entender o que a pessoa tá passando... As pessoas, elas são cruéis umas com as outras (Rosa, 40 anos).

Com o gravador desligado, Rosa seguiu falando de sua vida e, pela primeira vez, me senti digna de sua confiança. Vi a barreira criada finalmente desmoronar. Ela chorou em diversos momentos, e eu tentei ser firme para lhe dar consolo. Ela contou sobre os maus-tratos da infância e adolescência, do tratamento diferente que recebeu da mãe com relação às irmãs e sobre os traumas acumulados por ter sido expulsa de casa quando ficou grávida aos 16 anos, entre outras coisas. Manifestou sua preocupação em ser uma boa mãe e em não repetir os mesmos erros com a

filha que está entrando na puberdade. De repente, fez todo o sentido a sua insistência em pautar a importância dos cuidados com a saúde física e mental das mulheres entregadoras. Só ela sabia o quanto caro lhe custou não ter tido acesso a esse suporte.

Atualmente, Rosa não trabalha mais como entregadora. Ela exerce a função de coordenadora numa empresa de abastecimento de supermercados. Está em uma união estável com uma pessoa que ama e é como um pai para os filhos. Após o ingresso nesta ocupação formal, ela relatou que sua saúde mental melhorou e que possui mais tempo para a sua família, para acompanhar o crescimento dos filhos mais novos, e tira folga aos finais de semana, o que era impossível enquanto trabalhava para o *iFood*. Porém, durante a nossa segunda entrevista, notei que alguns hábitos desenvolvidos enquanto Rosa trabalhava como entregadora ainda continuavam. Quando contratada, o chefe insistiu para que trabalhasse de carro, mas ela se recusou. Preferia a motocicleta pela rapidez no trânsito. Também continuou com o hábito de não fazer pausas durante o horário de almoço para se alimentar e descansar. Ela relatou que tentou voltar a trabalhar nos aplicativos, mas não aguentou o calor, os pedidos desvantajosos (distantes e com taxas de entregas muito baixas) e a falta de segurança financeira. No entanto, Rosa continua engajada com atividades políticas voltadas para a categoria e mantém participação ativa junto ao grupo Moto Brabas.

### **3.2 Marli**

A entrevista com Marli ocorreu em uma terça-feira, dia 23 de maio de 2023. Marli é uma mulher negra, de 43 anos, heterossexual, que diz ser uma obesa em tratamento, porque passou por uma cirurgia bariátrica para tratar um quadro de obesidade que estava comprometendo gravemente a sua saúde. No dia da entrevista, combinamos de nos encontrar às 10h, no Instituto de Ciências Sociais (ICS-UnB), por escolha dela. Assim como as demais entrevistadas que encontrei neste espaço, ela não entrou imediatamente. Chegou e ficou me esperando em frente ao prédio.

Mais uma vez, fiquei intrigada com aquele comportamento, porque a UnB, assim como outras universidades federais e estaduais, costumam ser abertas à comunidade. Qualquer pessoa pode transitar pelo Campus e dificilmente ocorrerá alguma restrição. É claro que considero o fato de que, infelizmente, as universidades são tradicionalmente espaços elitistas e o acesso à universidade pelas camadas periféricas por muito tempo era objetivo e restrito ao trabalho, embora essa realidade venha se transformando nos últimos anos com a instituição das Políticas de Cotas

raciais e sociais que possibilitaram uma ocupação mais democrática com diversificação dos perfis dos/as sujeitos/as que integram estes espaços.

Mas esta conduta que me intrigou também se repetiu em outras ocasiões, como havia dito, e isso me fez refletir se esse modo de agir é resultante da influência da dinâmica do trabalho no *delivery*, em que elas chegam na porta da residência e aguardam pelos clientes. A título de comparação, quando conduzi entrevistas com motoristas plataformizados, no mesmo local, eles chegavam e entravam no prédio, sem pestanejar, alguns se direcionavam aos banheiros, aos bebedouros, conversavam com os/as porteiros/as ou se dirigiam diretamente para iniciar a entrevista.

Enfim, seguimos para um dos laboratórios da pós-graduação e quando comecei a entrevista, notei que ela estava tímida e evitava fazer contato visual. Me coloquei em seu lugar, eu que também já fui interlocutora da pesquisa de outrem, compreendo o desconforto da exposição de uma esfera tão íntima que é a da nossa individualidade e das nossas experiências de vida, para uma pessoa completamente desconhecida. Nesse momento, enquanto eu observava a timidez inicial de Marli, percebi que eu era uma figura intimidadora. Mesmo portando apenas um roteiro impresso, celular com gravador de voz e caneta. Dali em diante, tentei criar uma atmosfera mais acolhedora ao adotar uma postura descontraída e linguagem coloquial, como fiz com outras interlocutoras.

Sem mais delongas, retomo a apresentação de Marli, que está em uma união estável, é filha de pais nordestinos, ambos nascidos em Natal (RN). Possui dois irmãos, mora em Valparaíso (GO) com seu filho, seu enteado, um irmão que teve problemas com alcoolismo e seu companheiro. Ela nasceu em Fortaleza (CE), mas viveu parte da infância e adolescência na cidade de origem da sua família, que possuía boas condições financeiras, sendo o seu pai diretor de arte e publicitário, e a mãe dona de casa. Aos 17 anos veio com a família para o DF. Aos 19 anos, foi trabalhar pela primeira vez, escondida e contra a vontade dos pais como auxiliar de cozinha, já que nutria uma paixão pela possibilidade de ser chefe de cozinha e de ser independente, contrariando os interesses e conselhos da família para que estudasse e fizesse um curso de nível superior.

Seis meses após ingressar nessa ocupação, ela se tornou cozinheira chefe em um restaurante. Mais tarde, aos 26 anos de idade, perdeu a sua mãe. Sete anos se passaram e aos 33 anos descobriu a gravidez não planejada de seu primeiro e único filho. Segundo ela, ainda neste trabalho, depois que seu chefe soube da gestação, passou a discriminá-la por isso. Sua gravidez era de risco e os abusos do chefe foram se agravando ao ponto de ela precisar pedir demissão e



abrir um processo contra a empresa. Os desafios foram muitos e diante do desemprego e da ausência de suporte financeiro do pai do seu filho, ficou sem nenhuma renda. O ex-patrão não pagou os direitos trabalhistas e nem o seu FGTS<sup>43</sup>. O pai da criança passou a contribuir financeiramente apenas depois que o filho nasceu.

Pela falta de opções de trabalho, ela se tornou doméstica. No emprego formal não podia levar consigo o bebê, o que era negociável no emprego doméstico. Ela relatou que a adaptação nesse período foi muito difícil e decidiu voltar a ser cozinheira, com carteira assinada, para continuar cuidando do filho, conforme o seguinte trecho:

Eu desmamei ele com 6 meses e voltei a ser cozinheira, chefe de cozinha, de carteira assinada, com tudo bonitinho pensando no futuro do meu filho, né? E antes de voltar a trabalhar a criança adoeceu e eu não tinha marido. Eu não tinha namorado. O pai dele era ausente na época. Hoje é um super pai. Graças a Deus não tenho mais o que falar dele (Marli, 43 anos).

Mas encontrou dificuldades em se adaptar ao trabalho. Sobrecarregada por ser mãe solo, tornou-se autônoma:

Mas, no começo, foi muito difícil essa adaptação e por isso eu me tornei autônoma. Comecei a fazer marmitas. Eu saí do emprego, paguei minhas contas, comecei a trabalhar como... aluguei um pequeno quiosque e comecei a ser autônoma para justamente conseguir conciliar a vida do meu filho com a minha realidade, né? E nisso foi crescendo o negócio. Eu tinha uma clientela legal. Eu tinha 4 *motoboys*. Eu tinha de 8 a 9 funcionários. E foi muito legal, mas aí veio a pandemia. Então já começou a ficar muito difícil, o entregador, tal. E o que eu fiz? Parei com as marmitas e fui... montei uma pequena pizzaria também *delivery*, e continuei muito bem. Mas aí quando veio a pandemia, foi aquela coisa do inesperado, foi aquela coisa louca, né? Que a maioria dos pequenos comerciantes chegaram a quebrar, que foi o meu caso. Porque os custos aumentaram muito. No começo foi muito bom, mas depois eu não consegui mais equilibrar, né? Custo com material, com pessoal, enfim (Marli, 43 anos).

Com o advento da pandemia, Marli teve seu negócio arruinado e foi tomada por dívidas. Os entregadores que trabalhavam na marmitaria passaram a recomendar o *iFood* como alternativa de renda. E ela, que já possuía e utilizava uma motocicleta, ingressou no *iFood* em 2020 como alternativa às dificuldades financeiras. Seu cadastro levou 9 meses para ser avaliado devido à grande demanda por trabalho naquele período, e ainda assim foi negado. Foi então que ela buscou se tornar OL, por uma empresa terceirizada, e conseguiu ingressar no aplicativo. Sua dedicação neste modo era das 11h às 22h, na região administrativa Sudoeste, próxima ao Plano Piloto. No entanto, após algum tempo, precisou mudar para o modo nuvem porque se mudou do Guará (DF)

---

<sup>43</sup> Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

para Valparaíso (GO). Sua residência no Guará era mais próxima da área em que trabalhava como OL, o que facilitava a resolução de problemas pessoais e o cuidado do filho. Conforme o relato de Marli:

A distância, para conciliar com o meu filho, entendeu? Porque, tipo, quando eu estava no Guará, eu parava o aplicativo aqui, em 20 minutos eu conseguia ir no Guará, resolvia qualquer coisa e voltava, por exemplo, para minha área. E morando no Valparaíso, não. Como eu estou com filho pequeno, tenho que levar na escola, tenho que trazer, tem dia que o filho adocece. Enfim, eu tenho que ter essa mobilidade de horário, por causa da criança, você entendeu? Tem dia que eu estou disponível o dia inteiro. Tem dia que eu começo a rodar às 8h da manhã e paro às 2h da manhã do outro dia. (Marli, 43 anos).

Para Marli, um dos maiores desafios de realizar essa jornada de 8h às 2h ou às 3h da manhã, era o da segurança e de utilizar banheiros após as 22h da noite, pois a maioria dos estabelecimentos fecham neste horário. Já os afazeres domésticos, em sua maioria, ficam sob sua responsabilidade. Ela conta que mesmo dispondo do suporte de seus familiares (irmão, companheiro e enteado), a limpeza da casa, refeições e organização são realizados por ela, pelo fato de que eles “ajudam em tudo, mas fazem mal feito”. Por isso, sempre que possível, tenta faltar dois dias de trabalho, sendo “um para pôr a vida em ordem e outro para ficar desmaiada, sem tocar no celular”.

Ao ingressar nos aplicativos, Marli contou com a ajuda e a orientação dos colegas de profissão para entender a dinâmica do trabalho. Mas foi junto às mulheres que ela desenvolveu uma relação de irmandade. Ao compartilhar suas experiências com as colegas entregadoras encontrou identificação, seja pelos problemas cotidianos que só as mulheres enfrentam, pela maternidade, trajetórias semelhantes etc. Seu relato é capaz de ilustrar melhor este trecho:

Kethury: É como é que é a sua relação com as suas colegas de profissão, as mulheres?

[...] Nós somos mães, menino, a gente chora que só, óh, só de falar, dá vontade de chorar, porque esse domingo mesmo, eu estava conversando com uma amiga minha que é mãe, né? E a gente falando dos filhos, porque essa amiga minha tem 5 filhos.

[...] E ela tem um rapazinho bebezinho de 4 anos. Aí a gente conversando sobre filho, pá, pá, pá, vai e vem. Aí ela disse: “olha, o meu pequeno quando se machuca, ele não vem mais para o colo do pai nem para o meu colo”. [...] “Meus filhos já estão tão acostumados a estarem só eu e o pai sempre trabalhando que eles mesmos se viram. É tanto que o meu pequenininho, quando se machuca, não procura mais nem o pai nem a mim, procura o irmão mais velho, que tem 15 anos”. Nossa, ela falou e morreu de chorar. Eu choro de um lado, ela chora do outro.

Kethury: Pode chorar, fica à vontade...

[...] Aí a gente se põe na dor, né? [...] A gente se junta assim, a gente sente muito a dor da outra, né? Porque além da gente ter que trabalhar,

levar o sustento para dentro de casa, a gente tem que ser mãe, tem que cuidar daquele filho. [...] Esse tempo que a gente fica fora, me dá muito medo. Por causa de tantas horas [de trabalho eu me pergunto] “Meu Deus, será que meu filho está aprontando?”. “Será que ele se aproximou de algum coleguinha que vai influenciar ele ou até mesmo o meu filho [vai influenciar]?”. “Será que meu filho já é uma boa influência para alguém?”. Entendeu? Você tem medo de passar valores errados, da criança não aprender, porque hoje você está fazendo o adulto de amanhã. Esse é meu maior medo, a minha ausência, porque eu tenho que correr atrás do sustento do meu filho, porque eu também não vou ver meu filho passando fome, passando necessidade, morando debaixo da ponte”

[...] A gente que é mãe, mulher, vai escutando. Pronto. A gente tenta ajudar a outra. (Marli, 43 anos).

Marli, assim como Rosa, é muito dedicada ao trabalho. E isso era perceptível não apenas em seus relatos, mas pelas conversas que pude observar no grupo quando era elogiada pelas colegas por sua dedicação e generosidade. Dentre as mulheres, sua meta diária era uma das mais altas, por volta de R\$200,00 reais nos dias mais fracos, mas normalmente ela conseguia alcançar cerca de R\$350,00 a R\$400,00 reais trabalhando de 14h a 18h diárias. Marli é muito admirada pelas membras do grupo Moto Brabas, criado por ela e Rosa. Muitas vezes, ao rolar as conversas no grupo, me deparei com mensagens em que Marli divulgava, criava vaquinhas, rifas e até emprestava o pouco dinheiro que tinha para ajudar os e as colegas, sendo estes homens e mulheres que foram vítimas de acidentes de trânsito enquanto realizavam o trabalho.

O dinheiro era arrecadado para ajudar a arcar com os custos médicos, conserto das motocicletas, para custear despesas de casa ou mesmo para pagar a gasolina do dia de trabalho porque o rendimento do mês foi insuficiente. Marli e Dolores foram as interlocutoras com quem tive maior abertura para conhecer. Construímos uma relação muito bonita de confiança, e muitas vezes ela desabafou comigo seus problemas pessoais e financeiros. Ao passo que ocorria algum problema em sua vida, eu abria o grupo e lá estava ela se desdobrando para acolher e ajudar quem quer que fosse, independentemente do que também estava enfrentando. A iniciativa de marcar os encontros das Brabas partia dela com o objetivo de conhecer, unir as mulheres, estreitar os laços de solidariedade e construir pautas e demandas pertinentes às mulheres da categoria.

Até o presente momento, Marli se divide entre o seu trabalho como celetista em uma rede de laboratórios de diagnóstico e saúde, entre o trabalho como *motogirl* do *iFood*, entre o trabalho como motorista de transporte individual pela *Uber* e, também, de confeitadeira para complementar a renda. Marli sofreu um acidente de trânsito em maio de 2024. Ficou com sequelas em um dos braços e, apenas dois meses depois, seu marido sofreu complicações pós-cirúrgicas que o deixou em estado grave, mas segue se recuperando afastado do trabalho como entregador (também do

*iFood*). Após essas intempéries, continuou a assumir o posto de provedora principal da família. Assim como Rosa, Marli contou que sua saúde mental melhorou depois que passou a trabalhar com carteira assinada, pois a pressão diária de alcançar a meta estipulada diminuiu drasticamente e se sente agora amparada pelos direitos assegurados pela CLT, apesar dos problemas pessoais que aumentaram sua sobrecarga emocional e física.

### 3.3 Tereza

A entrevista com Tereza também ocorreu no Instituto de Ciências Sociais, no dia 12 de setembro de 2023. O interesse em entrevistá-la surgiu em um dos encontros das *motogirls*, quando eu ouvi uma conversa dela com outra moça sobre a dificuldade de usar banheiros. As meninas, como elas chamam umas às outras, conversavam sobre o aumento da precariedade que a categoria vinha sofrendo após a chegada do *iFood*. Uma das mulheres, com mais de 15 anos na ativa como *motogirl* comentou: “Eu acho que a nossa profissão ficou mais marginalizada depois que o *iFood* chegou”. Na sequência, todas as presentes concordaram em coro: “marginalizou!!!”. E seguiram os relatos sobre a queda de remuneração, dificuldades de usar os banheiros durante a jornada de trabalho e os problemas de saúde que tiveram por isso. Tereza disse para a colega que já tinha virado costume ficar sem beber água porque só tinha dois lugares que ela sabia que podia procurar: um estabelecimento na Asa Sul e outro na Asa Norte. Eu, interessada, perguntei mais sobre como era essa rotina e falei que quando ela viesse para a Asa Norte, podia utilizar os banheiros da UnB, que não tinha problemas por ser aberta à comunidade. Conversamos mais um pouco e salvei o seu contato para agendar a entrevista.

Tereza é uma mulher jovem, de pele preta, tem 29 anos de idade, mãe de dois filhos de 3 e 8 anos de idade, é casada com um rapaz que conheceu em sua cidade, Bom Jesus da Lapa (BA). Ela vive com sua família na região do Entorno, no bairro Jardim Zuleika, situado nas proximidades de Luziânia (GO). A mãe de Tereza se mudou para o Distrito Federal quando ela tinha apenas 1 ano de idade, após o falecimento de seu pai. Ela contou que a mãe escolheu o DF por ter parentes aqui e um pouco depois de se estabelecer na cidade, casou com um primo. Tereza relatou que não se lembra do pai e que dele só possui uma foto e histórias de familiares e conhecidos da Bahia que lhe disseram que ele era um homem carinhoso, bom pai e marido, responsável e que nunca deixou nada faltar em casa.

Ela conta que sua mãe é uma pessoa maravilhosa e guerreira por ter criado 3 filhas depois da morte do marido. O seu padrasto, no entanto, não foi um bom companheiro para a mãe. Segundo Tereza, o padrasto se aproximou de sua mãe com interesse na pensão deixada pelo pai. Ele fez inúmeros empréstimos, financiamentos de carros no nome dela e ainda a agrediu fisicamente na frente das filhas. Uma das memórias mais marcantes de sua infância foi o dia em que ele as convidou para ir ao clube e no meio do passeio foi embora, sem avisar e levando todos os pertences no carro, conforme o relato a seguir:

[...] E nesse carro, que minha mãe também tinha financiado para ele de novo, nós fomos para o clube. Todo mundo lá, curtindo no clube e tal. Pensar que não... Ele pegou o carro com as nossas roupas que estavam dentro, a bolsa da minha mãe, tudo lá, pegou o carro e foi embora.

Kethury: Foi embora?

Foi embora, largou a gente lá no clube. Eu e minhas irmãs, tudo de biquíni. A minha mãe também estava com um short, um biquíni, parte de cima e ele foi embora. Minha mãe não tinha o dinheiro, porque o dinheiro estava guardado na bolsa. A bolsa estava no carro, as roupas estavam no carro. E eu lembro da minha mãe indo de mesa em mesa, pedindo ajuda para as pessoas que estavam lá no clube. E algumas pessoas pegaram e começaram dar uma vaquinha, fazer uma “intera”. Foi onde minha mãe conseguiu o dinheiro da passagem. Aí tinha uma moça lá que ela pegou uma toalha e deu para a minha irmã, que era mais mocinha, para ela se enrolar. Aí minha irmã me enrolou na toalha e nós fomos andando nessa estrada de chão, muito longe, longe mesmo. Nós fomos andando nessa estrada de chão até achar um ponto de ônibus. Quando nós chegamos nesse ponto de ônibus, pegamos uma van. A van estava lotada, todo mundo olhando para a nossa cara, gente descalça, os sapatos estavam todos dentro do carro, descalças, com o pé todo sujo de terra, né? De biquíni, e o povo todo olhando para a gente, né? Aí quando nós chegamos em casa, ele estava deitado. Deitado, como se nada tivesse acontecido (Tereza, 29 anos).

Além deste episódio humilhante, Tereza se recordou de outros e de falas problemáticas do padrasto:

E ela ainda está presa a esse casamento, né? Infelizmente já fizeram de tudo, mas hoje ele não levanta mais a voz para ela, porque ele sabe que agora nós somos mulheres, né? As três crianças, as três meninas cresceram e hoje estão adultas, independentes, né? E ele falava muito para minha mãe que nós três ia virar vagabundas. Ele falava que nós ia ser mulher de bandido e hoje ele vê as três casadas, evangélicas, né? As três, nós três somos da igreja, somos evangélicas. Somos as três casadas no civil, né? Temos nossa família e hoje é nós quem ajuda a minha mãe. Então, assim, ele viu tudo isso hoje e se corroi por dentro. (Tereza, 29 anos).

Aos 15 anos, Tereza foi passar o Carnaval com a irmã mais velha na Bahia. Lá, sua irmã se apaixonou por um rapaz e as duas decidiram ficar porque gostaram da cidade e porque a relação com o padrasto não era boa. Passou o resto de sua adolescência por lá, terminou o ensino médio

enquanto trabalhava na casa de uma tia, como empregada doméstica e babá. Seu salário era de R\$150,00 reais por mês. Além de outros afazeres, ela lavava roupas, fazia comida e cuidava da prima “passando um sufoco, um apuro”. Mas este não foi o seu primeiro emprego. Tereza começou a trabalhar aos 11 anos de idade, para ajudar a mãe com as despesas de casa. Ela cuidava de duas crianças que moravam na mesma rua e recebia R\$100,00 reais.

A maior dificuldade de Tereza naquele período era encontrar um trabalho com carteira assinada. Em todos os lugares que procurava trabalho exigiam a experiência que ela não tinha, e foi assim que decidiu “dar a cara a tapa”, procurou o dono de um supermercado da região e pediu para trabalhar de graça para adquirir experiência. O dono, sensibilizado com o pedido, a contratou por meio período e no final do mês pagou metade do salário. Ela inicialmente recusou, mas o dono insistiu. Após 3 meses assinou sua carteira e a contratou em período integral como repositora de mercadorias. Ela ficou 6 anos nesse trabalho e só saiu para retornar ao DF. O emprego ela classificou como maravilhoso, e o ex-chefe, como um excelente patrão.

Ao retornar para o DF, ela trabalhou como balconista de padaria e sua experiência não foi tão positiva quanto a do emprego anterior. No atendimento ao público, os episódios de racismo eram frequentes e isso afetava muito sua saúde mental. Essa foi uma das razões que influenciaram Tereza a ingressar no trabalho como entregadora. Como já possuía uma motocicleta, ela viu uma oportunidade de garantir um rendimento na plataforma, já que havia possibilidade de conciliar o cuidado dos filhos com o trabalho. Durante nosso encontro, Tereza falou diversas vezes que sua autoestima melhorou muito, porque os episódios de racismo diminuíram em relação ao trabalho anterior e porque se sentia acolhida pelas mulheres do grupo. Além disso, a entrevistada é beneficiária dos programas Bolsa Família e Prato Cheio<sup>44</sup>. Mesmo com os auxílios e o salário mínimo recebidos no emprego formal, o rendimento era insuficiente para custear as despesas de casa junto aos ganhos do marido, que possuía carteira assinada. No fim do mês era inevitável tomar dinheiro emprestado para fechar as contas. No *ifood*, o ganho é semanal, então Tereza destacou que ter o dinheiro toda semana era um alívio, conforme o trecho a seguir:

E o pouco que cai, eu já pago uma conta, eu vou lá no mercado comprar comida. De vez em quando eu vou no mercado, faço um vídeo com meus colegas e falo: “Aqui, óh, o repasse do *iFood*”. Vou lá no mercado, compro o iogurte para os meus filhos que acabou, compro o biscoito para meus filhos. E assim, isso tem me ajudado muito, né? Muito mesmo (Tereza, 29 anos).

---

<sup>44</sup> O programa Prato Cheio é uma iniciativa do Governo do Distrito Federal (GDF) que oferece um crédito de R\$250,00 reais para famílias de baixa renda em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Para Tereza, os pontos negativos de trabalhar como *motogirl* do *iFood* eram as discriminações raciais e sociais nos estabelecimentos das quadras comerciais do Plano Piloto e nos *Shoppings*. Ela relatou que já foi impedida de se abrigar em uma loja e teve que ficar na chuva, já foi convidada a se retirar de vários espaços por ser lida como “entregadora” e disse sentir, nesses momentos, como se tivesse uma doença. Certa vez, Tereza, muito apertada, comprou um lanche em uma padaria da Asa Sul para conseguir usar o banheiro, já que os funcionários sempre argumentavam que os banheiros eram de uso exclusivo dos clientes. E ainda assim lhe disseram: “aqui não tem banheiro para você”.

Quando indagada sobre como era feita a divisão de tarefas domésticas entre ela e o esposo, Tereza contou que tudo era igualmente dividido entre ambos. Ela saía para trabalhar às 8h, depois de deixar as crianças na escola e na creche. E seguia nas entregas até às 14h30, para chegar em casa às 15h, buscar os meninos na escola e entregar a moto para o marido ir trabalhar.

Atualmente, Tereza trabalha como corretora de imóveis. O *Ifood* deixou de ser sua fonte de renda principal e tornou-se um trabalho ocasional. Em nossa última conversa, ela disse que se sente abençoada por Deus pela nova oportunidade de trabalho e está muito feliz por essa mudança em sua vida.

### **3.4 Dolores**

De todas as interlocutoras, Dolores foi a que mais me intrigou e encantou. Desde o primeiro encontro das Brabas que participei, na posição de observadora, era normal algumas mulheres me olharem com curiosidade, cochichavam umas com as outras e depois vinham em minha direção para perguntar: “você é *motogirl*?”. Eu não portava uniforme de trabalho, não tinha motocicleta, não era um rosto conhecido, logo, o meu perfil denunciava que eu era uma “estranha no ninho”. Percebi que não era só eu que tentava decifrá-las, era um movimento mútuo. Elas também estavam curiosas com a minha presença e queriam saber por qual razão eu estava ali. Dolores foi uma dessas figuras marcantes no campo. Ficava distante inicialmente, me observando observá-las. Até se aproximar e me bombardear de perguntas: “Você não é entregadora, né?”, “Qual é a sua área?”, “Com o que você vai trabalhar no futuro?”.

Dolores prestava atenção em todas as minhas interações com as outras mulheres. E isso me deixava um pouco espantada com ela, porque, pessoalmente, nunca fui uma pessoa que gosta de chamar atenção. Desde pequena, queria passar despercebida nos ambientes, sempre calada e atenta

às pessoas. Mas, com a presença de Dolores no campo, manter essa conduta era impossível. Eu sentia que naquelas reuniões havia duas investigadoras: uma tentava compreender o grupo, e a outra buscava investigar e compreender apenas uma pessoa... Eu. Era como se ela fizesse uma etnografia de mim.

Dolores é uma mulher apaixonante... Em nossos encontros, eu saía com o coração cheio de alegria depois das nossas conversas. Ela é uma pessoa de voz afável, bondosa, pacífica e demonstra um interesse genuíno pelo outro. Certa vez, fomos ao Ministério das Mulheres tentar uma reunião para conseguir levar as demandas das entregadoras junto à Marli, e Dolores ficou encantada ao me ver conversando com a secretária do Ministério: “Nossa, você fala tão bem! Olha, Marli, ela toda articulada, fala tão bonito”.

De início, Dolores era muito resistente em me conceder uma entrevista. Ela achava que seria como uma reportagem de televisão, e por ser tímida, não queria tal exposição. Expliquei o formato e que seria muito importante o seu depoimento para a pesquisa. Alguns encontros depois, conseguimos combinar a entrevista, que ocorreu no dia 03 de outubro de 2023, no Instituto de Ciências Sociais. Assim como as outras, também ficou me esperando na porta do prédio. Mostrei para ela os banheiros e o bebedouro, para que ficasse à vontade para utilizá-los durante a entrevista ou durante a jornada de trabalho, quando fosse ali nas redondezas.

Dolores é uma mulher preta, evangélica, heterossexual, tem 42 anos, e é moradora da comunidade Queima Lençol, situada na Fercal (DF). Tem ensino médio completo, é mãe de um menino de 11 anos, divorciada e filha de baianos. O pai nasceu em Correntina (BA) e a mãe, em Santa Maria (BA). Seu pai veio para o Distrito Federal ainda jovem, aos 17 anos de idade, para buscar uma vida melhor na capital. Seus pais se conheciam desde pequenos, pois os pais deles eram primos. O reencontro dos dois ocorreu no Goiás, quando adultos, e ali combinaram de se casar. Tiveram 12 filhos, mas dois destes faleceram ainda bebês. Ela é a caçula dentre os 10 filhos vivos. O pai de Dolores, segundo ela, era marleteiro e trabalhou por mais de 20 anos sem tirar férias, assim como a mãe. Os dois viveram para criar os filhos e não puderam desfrutar de uma vida além do trabalho. Neste momento da entrevista, enquanto perguntava sobre a história de seus pais, Dolores se emocionou:

[...] Foi uma vida muito sofrida, tanto do meu pai quanto da minha mãe. Meu pai e minha mãe tiveram esse tanto de filhos. Eles não viveram a vida deles, viveram em função dos filhos, porque eram muitos. A gente não passou fome propriamente dito, mas passamos muita necessidade, entendeu? Graças a Deus, o meu pai colocava comida dentro de casa. Então, foi uma vida sofrida. Todos os dois batalhadores.



Kethury: Sim, e a sua mãe? Ela chegou a trabalhar fora de casa?

Minha mãe era semianalfabeta funcional. Nem sabia assinar o nome direito. O sonho dela era [aprender a] ler e conhecer o mar. Ela não realizou os sonhos dela... [choro] É que eu me emociono quando falo deles (Dolores, 42 anos).

A união de seus pais durou 34 anos, até o falecimento de sua mãe. Em 2003, depois da morte da companheira, seu pai sofreu um AVC (acidente vascular cerebral) que o deixou em cadeira de rodas por 18 anos, e veio a falecer em 2021. Dolores definiu seus pais como sendo duas pessoas maravilhosas e dignas, e ressaltou que teve muita sorte por ser filha deles pois, “por mais sofrida que a nossa história tenha sido, foi muito boa”. Foi com o pai que aprendeu a trabalhar quando pequena, plantava feijão, milho, cana, cortava capim para alimentar a vaca que o pai criava, selava e montava cavalos, em uma infância muito livre e feliz, como ela descreveu.

Seu primeiro trabalho foi como estagiária, aos 19 anos, mas também trabalhou em lanchonete, restaurante e como empregada doméstica durante 5 anos, para uma família do Lago Sul. Curiosa sobre esta experiência de trabalho, a questionei como foram esses anos e obtive a seguinte resposta:

Foi onde eu tirei minha carteira. Foi onde eu ajudei, tive umas oportunidades de ajudar meu lar. A gente comprava... pagava um carro, né, para poder... ajudei muito e mandava dinheiro para a minha irmã. Tinha um carro lá para poder circular com meu pai e todo mês eu mandava dinheiro equivalente assim, tipo uns R\$200,00 reais. Aí eu tirei minha carteira e depois eu comprei a minha moto (Dolores, 42 anos).

A resposta sobre o que significou aquele trabalho, em termos de satisfação de suas necessidades materiais e de sua família, foi totalmente inesperada para mim. Confesso que esperava mais histórias sobre o trabalho, algumas reclamações ou elogios, se foi uma experiência boa ou ruim, mas isso era o de menos. Aquele trabalho significou sobrevivência e a realização de um sonho de infância. Dolores confessou que quando criança, aos 6 anos de idade, assistia a um programa televisivo de origem japonesa chamado “*Jaspion*” (Toei Company, 1985). Encantada com a ‘motocicleta’ voadora do personagem, pegava um pedaço de madeira e dizia que era o guidão da sua moto e que um dia teria a sua própria motocicleta.

Aos 23 anos de idade, Dolores comprou a sua moto e passou a trabalhar como *motogirl*. E já se foram 14 anos neste ramo. Durante nossa conversa, expressou em diversos momentos o sentimento de realização pessoal por trabalhar com algo que ama. Para ela, pilotar era sinônimo de *liberdade*.

Dolores conheceu os aplicativos pela mídia, quando assistiu ao jornal e soube de algumas plataformas que começaram a operar no Distrito Federal. Desde então, trabalhou na modalidade nuvem para as plataformas *Rappi*, *Uber*, *Corn Shop*, *Lalamove*, *Ifood* e também fez entregas para a *Shopee*. Ela também faz entregas de salgados para uma vizinha em sua comunidade, que é onde prefere circular diariamente por se sentir protegida em relação ao Plano Piloto, lugar em que só trabalha quando o *score*<sup>45</sup> desce.

Dolores contou que seus colegas de profissão sempre foram muito receptivos desde que ingressou na profissão, mas foi com as mulheres que se sentiu mais acolhida, pois quando começou era raro encontrar mulheres. Em sua visão:

Assim, eu acho que as meninas, elas são... Elas têm uma empatia maior entre elas do que os homens entre eles. O homem, assim, se estragou alguma coisa ele está lá para te ajudar. Agora as mulheres, elas têm aquele negócio mais de acolher umas às outras. E eu percebo isso porque eu convivo muito com os meninos. [...] A mulher não tem nada de sexo frágil (Dolores, 42 anos).

Para ela, uma das maiores dificuldades em realizar o trabalho no cotidiano é lidar com os dias chuvosos e com os estigmas relacionados à categoria. Quando chove, as *motogirls* costumam usar capas de chuva e calça, o que dificulta a utilização dos banheiros, principalmente durante o ciclo menstrual. Pela dificuldade de tirar tantas camadas de roupas, prefere evitar beber água em dias chuvosos porque “gela o pé da barriga”. Quanto ao estigma, ela mencionou que no imaginário das pessoas a figura do *motoboy* é associada à de um criminoso, e citou um preconceito bastante difundido na *Internet*: “você está no seu carro e vêm dois caras numa moto, você fica como? Apreensiva”.

E reafirmou que com a chegada do *iFood*, a profissão ficou ainda mais marginalizada, porque a plataforma não exige antecedentes criminais no ato do cadastro. Essa foi uma queixa que ouvi bastante de outras *motogirls*. Algumas falavam de maneira discriminatória, mas outras diziam que compreendiam que as pessoas merecem uma segunda chance, que conheciam pessoalmente alguns colegas que entraram para as plataformas porque não conseguiram ingressar no mercado de trabalho formal. Este é um elemento importante. Em uma das saídas de campo, conversei com o Jorge\*, entregador negro, de 19 anos, morador de Águas Lindas (GO), que disse que a maior

---

<sup>45</sup> Faz parte do sistema de classificação interno do *iFood*, que pode variar entre 1, 2 e 3 conforme o desempenho das trabalhadoras nos últimos 28 dias. O *score* costuma ser atualizado semanalmente, e é determinante para a distribuição das demandas.

qualidade do *iFood* era que não existia discriminação com os perfis dos trabalhadores. “Qualquer um pode trabalhar!”.

Esta é uma das razões pelas quais algumas entregadoras evitam utilizar os dois únicos pontos de apoio da cidade. Estes espaços são majoritariamente frequentados por homens. Ouvi relatos de que alguns faziam uso recreativo de substâncias entorpecentes, utilizavam os sanitários de portas abertas, sem medo de represálias. Muitas mulheres, por questão de segurança, deixavam de frequentar o ponto de apoio e buscavam outras alternativas. Eu, pessoalmente, no mesmo dia em que conversei com Jorge, neste ponto de apoio situado próximo ao *shopping* Pátio Brasil, estava junto a um colega da pós-graduação e percebi que um dos *motoboys* me encarava como se eu fosse um pedaço de carne. Na sequência o vi tocando as partes íntimas através do bolso, enquanto me olhava. Saí de lá imediatamente, enojada, incrédula e impotente.

Impotente... Também foi assim que Dolores se sentiu quando foi importunada sexualmente por um colega que lhe deu um tapa na bunda. Ela disse: “Eu não dei essa liberdade. Eu não consegui dizer nada!”. O mesmo ocorreu quando um cliente da *Rappi* conseguiu acessar seu telefone pessoal e a convidou para passar uma noite com ele no hotel em que estava hospedado. E, mais uma vez, quando um funcionário de um estabelecimento pegou seu número de telefone no sistema da loja e lhe mandou uma foto do pênis, mesmo sendo repreendido pelo contato forçado e indesejado. Sua atitude dali em diante foi a de evitar pegar pedidos no restaurante por medo de encontrá-lo.

Até o presente momento, Dolores continua trabalhando como *motogirl*. Em nosso último encontro, relatou que seu sentimento em relação à moto mudou depois do acidente que sofreu no final de julho de 2024. Ela se desequilibrou, caiu e sofreu apenas arranhões, mas disse que poderia ter morrido se viessem outros veículos no momento da queda. Apesar de já ter sofrido outros dois acidentes mais sérios, que deixaram sequelas, naquela semana algumas outras *motogirls* também se acidentaram e o grupo foi tomado por um mal-estar generalizado, de preocupação e medo. Para ela, esse acontecimento foi o suficiente para se tornar um trauma. Angustiada, confessou se sentir refém das plataformas e da dívida contraída pelo financiamento de uma nova motocicleta. Me contou também que depois dos acidentes que sofreu e de outros dois que vitimaram seus sobrinhos, se tornou uma pessoa “imediatista” e perdeu a capacidade de *sonhar*. Não consegue fazer planos de longo prazo por causa da profissão de risco que lhe trouxe medo e tem dificuldades em vislumbrar um futuro, de realizar sonhos. Por isso, vive o agora.

### 3.5 Nise

Nise foi um dos primeiros rostos que conheci nos encontros das Brabas. Também era uma das mais ativas no grupo de *Whatsapp*. Ela era mais próxima de Marli, mas sempre a via brincando com as outras meninas. Tive interesse em entrevistá-la de imediato. Nossa entrevista ocorreu no dia 04 de março de 2024, em um café perto da estação do Guará 2. Sugeri esse local pela proximidade de sua casa, que ficava na Estrutural (DF). No dia da entrevista, ela saiu direto do hospital para me encontrar. Estava doente, com a garganta inflamada. Portava algumas receitas médicas, uma bolsa e usava um agasalho roxo para se proteger do frio naquele dia chuvoso. Não pude deixar de reparar a tonalidade mais escura de suas mãos em relação ao resto da pele, por causa da exposição excessiva à luz solar, assim como notei em Dolores. Infelizmente, apenas algumas mulheres utilizam luvas *uv* e protetor solar durante as jornadas de trabalho.

De antemão, Nise me alertou que sua vida era tão cheia de reviravoltas que poderia facilmente se tornar um livro. O que me deixou mais empolgada e curiosa pelo que estava por vir. Nise tem 37 anos, é mãe de gêmeas, se identificou como parda e disse que tinha muitas dúvidas em relação à sua raça/cor. Ademais, se identificou como heterossexual, mas o amor de sua vida foi uma mulher. Ela é cristã. Se identifica mais com o catolicismo, apesar de ter se afastado da igreja. Nasceu em Coroatá (MA), na mesma cidade que a mãe. Seu pai é de São Paulo, mas abandonou sua mãe quando ela estava grávida de 7 meses. Os dois se conheceram no DF, mas a mãe precisou se mudar para o Maranhão para cuidar de sua avó, que estava com câncer em estado terminal. O pai prometeu ir ao encontro delas antes de seu nascimento, mas nunca apareceu. Sua avó faleceu quando ela tinha 7 meses de vida e aos 3 anos de idade, se mudou com a mãe para a casa de um tio, situada em Parnaíba (PI), onde residiram por 2 anos. Quando Nise tinha 5 anos de idade, voltaram para o DF e passaram a morar em “um barraquinho” na Ceilândia.

Sua mãe era empregada doméstica e trabalhava no Guará. Ela disse que uma das poucas lembranças do apartamento da patroa de sua mãe era de um ateliê de costura, com agulhas, alfinetes e máquinas. Essa patroa não permitia que sua mãe a levasse para o trabalho sob o argumento de que não queria crianças mexendo nesses equipamentos. Sem rede de apoio e sem alternativa, a mãe de Nise se viu obrigada a deixá-la sozinha em casa. A mãe dormia no emprego e só retornava às sextas-feiras para casa. A porta de casa ficava trancada por questões de segurança. Uma vizinha se encarregava de deixar comida para ela pela janela, lugar que servia de passagem para que fosse à escola, que ficava do outro lado da rua. Essa dinâmica durou cerca de um mês, mas para ela a semana sem a mãe parecia uma eternidade. Revisitando suas recordações, me disse:

Dava na sexta-feira, à tarde, eu lembro que o Sol estava quase baixinho, então era finalzinho de tarde, eu ficava no portão esperando minha mãe voltar. Aí essa senhora, que era costureira, falou assim: “Nossa, Joana, que situação difícil, não sei o quê, não sei o quê. Eu tenho uma amiga que está precisando de uma pessoa para trabalhar e ela deixa ir embora todos os dias. Então, para você vai ser melhor”. Ah, beleza, aí ela passou esse contato. Não sei como foi a transmissão do contato para outra, porque minha mãe não tinha celular (Nise, 37 anos).

O novo emprego era em Taguatinga (DF) e a mãe ficou muito feliz por estar mais perto de casa e pela possibilidade de ficar mais próxima da filha. Nise adoeceu em seguida, mas sua mãe não podia perder aquele trabalho de forma alguma, pois era raro encontrar patrões que não exigissem que as empregadas dormissem no trabalho “porque não queriam pagar as passagens”.

Aí eu fiquei doente... Na verdade, minha mãe nem sabia que eu estava com pneumonia. Estava doente e com febre, essas coisas e tal. Aí minha mãe estava lá, lavando o banheiro e chorando porque ela tinha me deixado em casa com muita febre. Aí a Solange, eu chamo ela de tia Solange até hoje, a tia Solange viu minha mãe chorando e perguntou o que ela tinha... Aí, minha nossa! Ela foi o maior anjo que Deus colocou na nossa vida! Aí ela perguntou pra minha mãe o que ela tinha. E minha mãe tentando segurar... Aí falou: “ah, é que minha filha está doente”. Aí ela falou assim: “Nossa, a sua filha mora no Maranhão? Você deixou sua filha lá?” Ela: “Não, eu deixo minha filha em casa”. Eu não sei as datas certas, mas tipo, tinha pouco tempo, ela não tinha nem recebido o primeiro salário ainda, então tinha pouco tempo que ela estava trabalhando lá.

Aí ela falou assim: “Não, minha filha fica em casa sozinha”. Nossa senhora, menina, ela falou assim: “Eu não acredito que você está fazendo isso! É um crime, Joana\*, que você está fazendo, você está abandonando uma criança! Vamos lá agora!”. Menino, eu lembro que escutei a voz da minha mãe e falei: “uai?”. Aí, abriram a porta e eu estava lá, na cama, tremendo de febre. Queimando, queimando de febre. Aí eu lembro da tia Solange me pegar no colo, eu estava tão amolecida, com febre. Ela falou assim: “Joana, você é doida! Essa criança ia morrer aqui!”. E correram comigo pro hospital da Ceilândia. Chegou lá, eu estava com pneumonia. E aí eu já fiquei um dia lá, internada e em observação e tal. Aí no outro dia de manhã, tia Solange foi lá, buscou a gente, menina, ela tinha um cadete. Eu nunca tinha andado de carro (Nise, 37 anos).

Solange, sua patroa, custeou todas as despesas médicas com antibióticos e outros medicamentos, e liberou Joana do trabalho por mais alguns dias para que cuidasse da filha. O medo da mãe de Nise era ter um ou dois meses de salário descontados por causa dos remédios caros e das folgas. Quando a Nise apresentou melhora, retornou ao trabalho e a patroa perguntou pela menina, que tinha ficado em casa. Solange, incrédula, ordenou que Joana parasse o trabalho imediatamente e as duas foram buscar Nise em casa. Nos dias que se seguiram, Solange e Joana combinaram que Nise ia estudar em Taguatinga, em uma escola próxima do trabalho da mãe. Ela ia deixar a menina antes do trabalho, buscava à tarde e a menina ficava no trabalho da mãe até o

final do expediente para irem juntas para casa. Com o tempo, o vínculo entre Solange, Joana e Nise ficou muito forte. Nise praticamente vivia lá.

Nise contou que sua mãe trabalhou nesta casa por mais de 13 anos. Solange era muito religiosa, católica devota, e dedicou sua vida à igreja. Não tinha filhos, e nunca se casou. O tratamento que direcionava à Joana e Nise era digno, carinhoso e genuíno. A família só comia depois que Joana parasse o trabalho e se sentasse à mesa junto a eles. Nise fez a primeira comunhão, crisma, viajava com Solange nas férias, “aprendeu a conversar, adquiriu modos e cultura com aquela família de maior poder aquisitivo”, que fazia de tudo por sua mãe. Sua festa de 15 anos foi na casa de Solange. Foi nesta idade, também, que a mãe decidiu que Nise voltaria a morar com ela para não dar trabalho, já que com a chegada da adolescência Nise ficou “rebelde”.

Aos 18 anos arrumou o primeiro emprego numa loja de vestidos de festa, na mesma rua em que sua mãe trabalhava. A mãe queria que ela estudasse e não permitiu que trabalhasse mais cedo. No entanto, ficou grávida de gêmeas e saiu do emprego. Ela contou que sua mãe Joana, Solange, e a família dela tinham grandes expectativas sobre ela, pois “seria a filha da empregada que ia conseguir alguma coisa”. O relacionamento com o pai das meninas foi algo casual, mas tentaram viver juntos por 4 anos. O companheiro vinha de uma família de classe média: pai militar e mãe enfermeira. Mas depois de um tempo, ele passou a andar com pessoas de ‘má índole’ e “mudou de personalidade”. Passou a agredi-la fisicamente, saía de madrugada para roubar, bebia e fazia uso de outras drogas. Quando suas filhas tinham 1 ano e meio de idade, ele a jogou do carro em movimento, durante uma discussão. Ela foi socorrida por pessoas que estavam na parada de ônibus, ali perto, depois se separou e foi morar em Águas Lindas (GO) na primeira casa própria da mãe. Seu ex acabou sendo preso em 2008, apenas um mês depois que sua mãe descobriu um câncer colorretal.

Nos dois anos que se seguiram, Nise cuidava da mãe no hospital, reatou com o ex-companheiro após ele implorar (e por pena), e o visitava semanalmente, pois ele tinha sido abandonado por todos à sua volta. Durante o tratamento de sua mãe Joana, ela conheceu Simone, que dividia o quarto de hospital com sua mãe e era uma mulher lésbica “assumida, de cabelo curtinho e tudo”. Antes de se conhecerem, Simone às vezes assumia as ligações de Joana com Nise e falava: “Oi, é você o amor da minha vida?”. Ela ficava chateada e brigava com a mãe, que achava graça da situação e elogiava a bondade de Simone. Até que, um dia, o inesperado aconteceu:

Quando foi no dia de eu ir, que era no domingo, porque eu trocava com minha prima, eu cheguei e a cama dela estava vazia. E eu já fui botando

minhas malas e encostei na cama dela. Eu fiquei de costas. Aí eu falei assim: “mãe, de quem é essa cama? Eu vou sentar aqui”. E ela: “Não pode sentar, é da Simone”. Aí eu: “Aí, aquela abusada, né?”. Aí, minha mãe: “É, não, mas ela é legal, ela é muito gente boa. Pode sentar aí!”. De repente, eu estou lá conversando com minha mãe e ela chega: “Aí, meu amor chegou!”. Ôh, velho, eu fiquei com ódio!

[...] Menina, quando eu virei, que eu olhei [para ela], eu me apaixonei!

Kethury: Sério??? Que legal! Gente, que surpreendente!

Eu me apaixonei, sabe assim, quando você... o seu coração acelera e você fica até com medo de alguém perceber? E eu acho que minha mãe percebeu, eu acho... Aí, menina, aí ela veio e me cumprimentou, aí ela já foi toda educada: “Olha, desculpa as brincadeiras, é porque eu vejo sua mãe aqui tão tristonha, e eu fico brincando com ela pra alegrar ela um pouco”. Cara, com aquilo ali, ela me ganhou. Eu já fiquei encantada por ela! (Nise, 37 anos).

Nise rompeu de vez com o ex-marido. Quando foi pôr fim à relação, ela disse que tinha medo de ser morta por ele, mas ainda assim o fez. Ele disse que por ela só tinha gratidão por ser a mãe de suas filhas e por ter sido companheira quando ele mais precisou. Elas foram morar juntas em Santa Maria (GO), e Nise contou que relutava em assumir esse relacionamento publicamente, por medo do preconceito. Após 5 anos vivendo juntas, Nise rompeu com Simone “por questões religiosas de sua mente”, mas disse que se fosse hoje, jamais teria terminado, pois:

Estava feliz! Era uma pessoa que me fazia muito bem... Eu acho que foi a pessoa que eu mais amei na minha vida, para te falar a verdade. Acredito que tenha sido ela. Até hoje não teve outra pessoa que eu tenha amado tanto! (Nise, 37 anos).

Anos se passaram, e durante esse tempo ela trabalhou em shoppings, comércios, foi promotora de vendas e depois arrumou um emprego em um hospital particular na Asa Sul. Seu salário não era alto, mas tinha vale alimentação, plano de saúde e a escala era 12x36. Mas não tinha com quem deixar as filhas, porque o pai delas estava preso. Sua estratégia foi deixá-las sozinhas, em casa, enquanto estava no emprego, mas com um celular programado para despertar na hora de acordar, de almoçar, de tomar banho, etc. Tinha alarme para todos os afazeres. Mas, infelizmente, um dia a professora notou que suas filhas iam para a escola alguns dias com os cabelos arrumados e outros com os cabelos soltos, desarrumados. Foi então que uma das filhas, ingenuamente, disse que a mãe trabalhava e não podia arrumá-las todos os dias. A professora acionou o Conselho Tutelar. Essa foi a primeira vez que Nise se sentiu uma criminosa. Deixou o emprego e virou revendedora da Natura e da Avon para sustentar as filhas.

Um tempo depois, se tornou auxiliar de fonoaudiologia através de um projeto que atendia escolas públicas e privadas no DF. Começou preenchendo as fichas das crianças, depois aprendeu a auxiliar a chefe nos laudos e se tornou a faturista. Foi tomando gosto pela profissão a ponto de

tentar fazer faculdade. Fez o vestibular, passou, mas sabia que não daria conta de pagar os R\$900,00 reais mensais. Foi então que ela teve a ideia de escrever uma carta para o reitor sobre a sua vida e pediu uma bolsa de estudos no valor de R\$300,00 reais. O reitor, comovido, deixou que ela pagasse R\$150,00 reais e disse que lhe entregaria o diploma no dia de sua formatura. Ela saiu emocionada e muito feliz de lá. Neste período, as gêmeas estudavam em tempo integral e sua faculdade era no turno da noite. Ela combinou com uma amiga de buscá-las na escola quando não pudesse. Mas um dia no meio da aula, por volta de 20h da noite, foi surpreendida com um telefonema da diretora da escola. As filhas ainda estavam lá. Ela saiu aos prantos da aula, se sentiu uma péssima mãe; “a pior mãe do mundo” e prometeu para si largar a faculdade, e só cursar de novo após as filhas crescerem.

Então, não tinha com que contar e como eu havia me envolvido com a Simone e tinha sumido, a família dele meio que virou as costas para mim já nessa época. Não tinha com quem contar. Não tinha... Mas eu falei: “Não, as filhas são minhas, vou cuidar, quando elas tiverem criadas, aí eu vou para a faculdade. Tanto que meu projeto para o ano que vem é entrar numa faculdade.

Kethury: Para fazer Fono?

Não, não. Eu quero fazer Serviço Social!

Kethury: Nossa, Serviço Social é incrível! Nossa, que legal!

Eu gosto de ajudar, eu acho muito humano... (Nise, 37 anos).

Nise conheceu o atual companheiro em 2018, quando fazia bicos em uma van de transporte escolar para a UnB, no período noturno. Trabalhou por 8 anos como auxiliar de Fonoaudióloga mas, com a pandemia, foi demitida e decidiu continuar com a ex-chefe sem carteira assinada, certa vez, viu a mesma realizar uns pagamentos e notou que o seu salário era inferior ao da funcionária que havia sido contratada há pouco mais de um ano, conforme suas lembranças:

O meu pagamento ainda era um salário-mínimo. Quando eu vi ela fazendo a transferência da outra menina, que tinha um ano que estava com ela, o salário da menina era R\$2000,00 reais e o meu ainda era um salário-mínimo. Aí eu fui questionar ela porque o meu até hoje era um salário-mínimo... Ela me respondeu: “Você nunca pediu um aumento. A gente nunca sabe o que que o mudo quer”. Foi isso que eu escutei.

[...] Então, tudo o que eu ofereci... isso não teve um reconhecimento. Eu tinha que pedir o aumento? Aí, foi quando eu falei: “Não, para mim não dá mais”. E aí, foi quando eu saí e me dediquei só ao *ifood*. E tem 4 anos que eu estou no *ifood* (Nise, 37 anos).

Nise conheceu o *ifood* através de seu ex-marido durante a pandemia. Depois de solto, ele constituiu uma nova família e foi trabalhar como entregador. Ela disse que ele se tornou uma pessoa maravilhosa e um pai presente, e que certa vez lhe disse: “se eu soubesse que trabalhar era tão bom, eu jamais teria roubado”. Dos 17 anos de vida das filhas, passou 9 na prisão e hoje corre



atrás do tempo perdido. Atualmente, tem duas lojas de acessórios de telefone em uma feira, conseguiu uma bolsa de estudos de 100% de desconto em uma faculdade particular onde cursa Direito. Nise já tinha carteira de moto e de carro, mas não tinha experiência com motocicleta. Ela e o atual companheiro financiaram uma moto, compraram outra em um *site* de anúncios e passaram a se dedicar às entregas. Sua casa foi construída na Estrutural com o salário do *ifood*. Nise expressou que não sente mais vontade de trabalhar como celetista. Seu sonho era sair do DF, um lugar que lhe trazia mais lembranças ruins do que boas, para morar em João Pessoa, perto da praia, fazer faculdade e *viver*, pois, até o momento de nossa entrevista ela disse que sua preocupação nos últimos 37 anos foi *sobreviver*.

Em nossa última conversa, no final de abril de 2024, ela me contou que viajou para João Pessoa e por lá ficou. Ela continua trabalhando como *motogirl* e foi bem recebida por um novo grupo de entregadoras: as *MotoGirls JP*, mas que vai buscar realizar seus sonhos. Como as filhas completaram 18 anos, enfim, se viu livre para começar a *viver* tudo aquilo que ela e a mãe não puderam. Deixou para trás o Distrito Federal e todo o sofrimento que passou aqui. Abraçou um recomeço na “Porta do Sol”, no Nordeste; sua terra e sua casa.

### **3.6 Considerações sobre as experiências das trabalhadoras**

Quando retomamos as histórias dos familiares das interlocutoras, percebemos que, de modo geral, essas estão cercadas de muitas simililutes. Todas as famílias são oriundas da Região Nordeste do Brasil, e vieram para a capital com objetivos que se aproximam: buscar melhores condições de vida e trabalho, diante de um contexto de escassez, na tentativa de buscar um recomeço.

Se retrocedermos ao passado recente da construção de Brasília, compreendemos que as migrações se tornaram um padrão típico na região quando o Centro-Oeste também se transformou em uma área de interesse para a população campesina que buscava nas migrações inter-regionais novas oportunidades de trabalho. Nos intervalos de 1957 a 1960, a construção de Brasília atraiu cerca de sessenta mil pessoas, de diversas partes do país, mas concentrou um fluxo maior de trabalhadores e trabalhadoras oriundos do Nordeste, já que 43% da população eram nativas dos estados desta região, conforme Holston (1993) e Ribeiro (1980).

A inauguração da capital, na década de 1960, foi fruto do projeto moderno desenvolvimentista que vigorou durante a maior parte do século XX. Na visão de seus idealizadores, a construção seria uma forma de abandonar o posto do “atraso”, na tentativa de romper os laços coloniais de uma nação cujas características mais marcantes eram a tradição

retrógrada, patriarcal, rural e precarizada. (Jacques; Júnior, 2017).

De acordo com Santos et al. (2020) e Laraia (1996), tanto os administradores quanto a classe empresarial levaram o título de “pioneiros”, e obtiveram privilégios como o salário em dobro (Paviani, 2010), enquanto os trabalhadores que ergueram a cidade foram rebaixados à posição de “candangos”<sup>46</sup>. Esses/as últimos/as trabalhavam em condições muito precárias, sem habitação fixa, alocados em acampamentos efêmeros, em barracos, sem segurança, muitas vezes em condições análogas à escravidão, com horas extras exacerbantes e sem equipamentos de proteção (Luiz; Kuyumjian, 2010). Dada a situação que esses/as trabalhadores/as se encontravam, como não havia recursos para se estabelecerem em Brasília pelo elevado custo de vida, tiveram que recorrer às invasões em regiões cada vez mais distantes da capital, sem estrutura (como asfalto, segurança, escolas, postos de trabalho etc.) e foram incorporados às atividades ocupacionais que necessitavam de poucas habilidades e ofereciam baixa remuneração, desenvolvendo uma relação de dependência com a elite brasiliense (Luiz; Kuyumjian, 2010).

O problema habitacional foi se agravando cada vez mais com a especulação imobiliária que estimulava o crescimento exacerbado de núcleos habitacionais na região central de Brasília. Como resultado, o grande contingente de pessoas que chegaram ao DF atraídas pela possibilidade de sobrevivência e ascensão social, se refugiaram em favelas como Centro de Erradicação de Invasões (CEI) que, em 1971, veio a se chamar Ceilândia situada a trinta quilômetros de Brasília. Esta passou a figurar “um tipo de invasor permanente que a população privilegiada do Plano Piloto tinha que aprender a tolerar, a conviver perto, sendo uma fonte de trabalho barato e de baixo custo” (Santos et al., 2020, p. 769).

Ao revisitar a formação do Distrito Federal, compreendemos porque as famílias das trabalhadoras se assentaram nas regiões que constituem as periferias da cidade, assim como tantas outras famílias que ajudaram a erguer a capital. De acordo com Gonzalez e Hasenbalg (2022), dominadores e dominados ocupam o território brasileiro de maneiras distintas desde o período colonial. De modo que o “lugar natural” do grupo branco dominante “são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento” (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 22.). Quanto ao grupo negro, dominado,

---

<sup>46</sup> A palavra “candango” utilizada para se referir aos trabalhadores tem origem etimológica na língua quibundo, de Angola. Em um primeiro momento, seu uso era direcionado de forma pejorativa aos colonizadores que invadiam o território africano, posteriormente, foi usado também de forma ofensiva contra os colonos portugueses em solo brasileiro e, com o tempo, a palavra ganhou novos usos e sentidos, sendo utilizada para se referir aos trabalhadores migrantes, pobres e pouco qualificados que se somaram aos demais operários nos canteiros de obras da capital (Holston 1993; Luiz e Kuyumjian, 2010; Laraia., 1996).

O que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial, só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 22).

Ademais, a respeito da trajetória profissional das interlocutoras, as experiências de Rosa, Tereza e Dolores, em especial, nos mostram que o trabalho infantil não está tão distante das nossas realidades, sendo ainda um recurso fundamental para a sobrevivência no interior das famílias mais afetadas pela desigualdade social. Ademais, o trabalho informal na maioria dos casos supracitados foi a “primeira porta que se abriu” para as trabalhadoras. Chama atenção o fato de que a maioria destas, enquanto informais, trabalharam como feirantes, cozinheiras, diaristas, vendedoras ambulantes. E enquanto trabalhadoras celetistas, ingressaram em profissões tipicamente femininas como vendedoras em comércios ou como empregadas domésticas, sendo esta última uma das profissões mais racializadas do país devido a sua origem colonial (Gonzalez, 2020). De todo modo, a maternidade solo, falta de valorização profissional, assim como as mais distintas formas de opressão e as relações hierárquicas e de poder direcionadas às trabalhadoras por chefias, foram fatores que motivaram as saídas dos antigos empregos formais para as plataformas digitais.

No que afeta a maternidade, percebemos suas implicações sociais profundas sobre as experiências das mulheres, em razão de como esta é concebida no interior da sociedade capitalista: romantizada, como norma e fator negativo, afetando diretamente a inserção no mercado de trabalho e a escolarização das trabalhadoras. Como discutimos anteriormente, a sociedade brasileira estrutura-se em torno da *divisão sociossexual e racial do trabalho*, na qual as mulheres dos mais variados perfis estão historicamente associadas ao espaço da reprodução social (Nogueira; Passos, 2021). Com efeito, essa divisão reforça os padrões de gênero que centralizam a maternidade e o cuidado como uma responsabilidade primordialmente feminina.

Conforme Guiginski e Wajnman (2019), este é um fenômeno global que recai sobre a população feminina, nomeado como “*motherhood penalty*” (pena pela maternidade), cujas consequências mais evidentes são a redução salarial, dificuldade de retorno ao mercado de trabalho depois do nascimento dos filhos e evasão escolar, limitando suas perspectivas a longo prazo.

As experiências das trabalhadoras sugerem que a penalização pela maternidade para as mulheres pobres, não-brancas e periféricas, é ainda mais agressiva se considerarmos as ameaças e denúncias ao Conselho Tutelar direcionadas às interlocutoras (Rosa e Nise, especificamente) que são mães solo, sem nenhum tipo de rede de apoio, cujo trabalho para garantir a subsistência familiar é imprescindível. O que torna evidente que os preconceitos, enquanto mediações ideológicas, ainda se sustentam como “um poderoso filtro”, que atua prévia e paralelamente ao

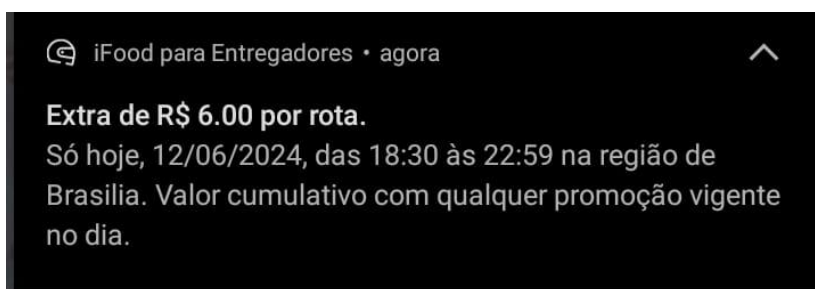
processo de competição pelo trabalho, excluindo um grande contingente de trabalhadoras potenciais (Saffioti, 1984).

Nesse sentido, as articulações das opressões de gênero, raça e classe afetam as mulheres de formas distintas (Gonzalez, 2020; Nogueira; Passos, 2021) e contribuem para a marginalização no trabalho plataformizado. No caso das trabalhadoras negras, que vivenciam experiências únicas de discriminação social, estes mecanismos se manifestam em vários contextos que compreendem: o acesso à cidade e uso de banheiros, o cadastro nas plataformas (a demora em validar o cadastro de trabalhadoras negras como Marli), o tratamento hostil e a hiperssexualização por parte dos clientes e/ou funcionários/donos dos comércios, e a falta de espaços apropriados e dignos para descanso.

Em se tratando do acesso à cidade e a falta de estrutura desta para esse segmento profissional que se expandiu nos últimos anos, a falta de banheiros é um dos problemas mais críticos e negligenciado pelas plataformas digitais (propositalmente) e o poder público. O que demonstra a precarização extrema e ausência de direitos básicos como água potável, sanitários, mesa para refeições etc. As experiências relatadas pelas trabalhadoras sobre o cotidiano no trabalho, demonstram que a impossibilidade de utilizar banheiros durante a jornada laboral impacta a saúde física e mental das trabalhadoras (devido aos constrangimentos, neste último caso). O fato de muitas delas segurarem a urina por períodos longos, ficarem sem beber água para evitar urinar, acarretam no desenvolvimento de cistites de repetição, problemas renais crônicos infecções causadas pelo impedimento de trocar os absorventes e de realizar a higienização íntima adequada durante o ciclo menstrual.

Estas empresas, que se beneficiam diretamente do trabalho prestado pelas *motogirls*, tiram proveito das desigualdades pré-existentes, que conformam a situação de dependência entre periferia e as regiões centrais com mais poder aquisitivo, para aumentar seus lucros e se isentar da responsabilidade de fornecer melhores condições de trabalho para as mulheres. Inclusive, são extremamente comuns os usos de promoções (gamificação) para estimular as trabalhadoras a se deslocarem para os lugares de maior poder aquisitivo, conforme a imagem a seguir:

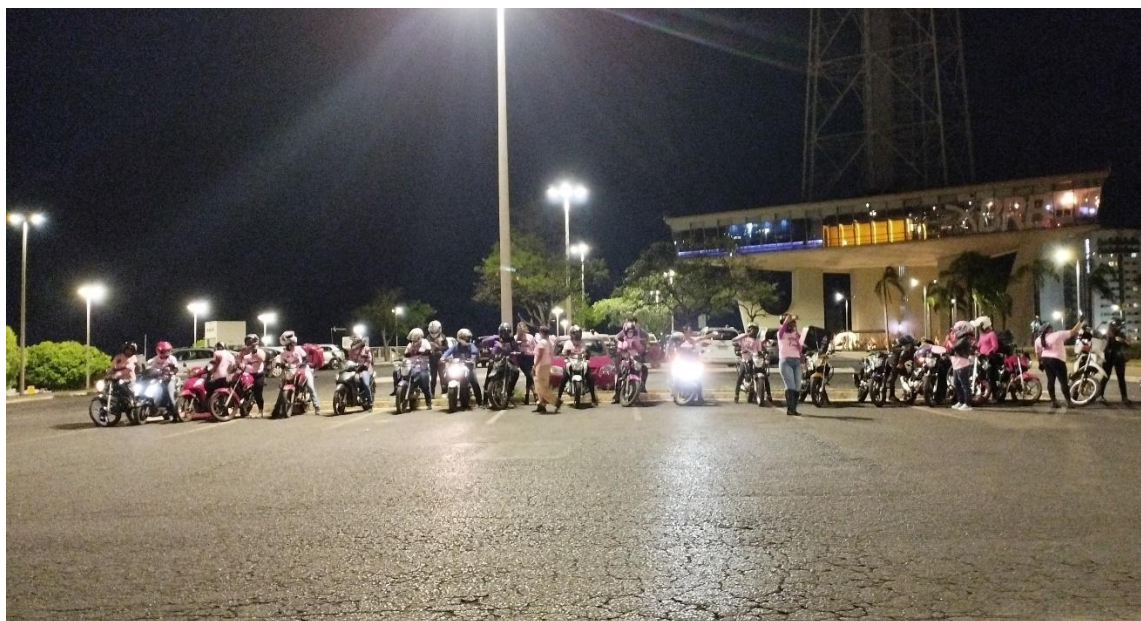
**Figura 6** – Captura de tela de uma das Moto Brabas



Fonte: Imagem cedida por uma interlocutora.

Por outro lado, é importante enfatizar a relação das trabalhadoras com suas motocicletas e a prática de pilotar como fatores que também contribuem para as suas presenças nesta forma de trabalho. Embora já tenham sido mencionados na seção anterior, para as Moto Brabas, os principais pontos positivos do trabalho plataformizado são a possibilidade de pilotar (trabalhar com o que gostam), os rendimentos, a flexibilidade e autonomia (“ausência de um chefe”). Enquanto grupo, o *hobby* compartilhado é um fator importante que as unem e promove identificação coletiva, o que pode se estender também para a população masculina.

**Figura 7** – Concentração das Moto Brabas na Torre de TV



Fonte: Elaboração própria da autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é oportuno frisar que a concepção de *experiência* adotada nesta análise se refere ao significado específico atribuído por Thompson (1981), enquanto “resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou grupo social a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (p. 15). O autor foi responsável por propor a distinção entre experiência vivida e experiência percebida, sendo esta última mais próxima da definição de consciência social desenvolvida por Karl Marx, que resulta das causas materiais (Melo Júnior, 2011). No sentido empregado por Thompson (1981), a noção de experiência histórica é útil para demonstrar que uma determinada classe social não pode ser pensada separada da outra, eliminando a necessidade de atribuição de graus de importância ou autenticidade entre estas. Posto desta forma, “o processo de auto formação acontece efetivamente a partir das experiências históricas conquistadas e apreendidas por homens e mulheres concretas” (Melo Júnior, 2011, p. 3).

Em suma, Thompson (1981) visava compreender, em sua totalidade, as histórias de homens e mulheres reais, de “gente comum”. E o fez, “sem perder de vista as ações coletivas dos atores sociais em meio a dados estéreis” (Melo Júnior, 2011, p.5). Portanto, esse foi o ponto de partida para entender as ações individuais e coletivas das trabalhadoras, assim como suas experiências enquanto constructos da vida social.

No ato da pesquisa, cada interlocutor/a e suas narrativas nos mobilizam de formas diferentes. No caso de Rosa, um dos elementos de maior impacto foi a influência da articulação entre o capital e o patriarcado sobre a subjetividade das trabalhadoras como um todo, esgotadas física e emocionalmente cuidando de outras pessoas e do lar, mas negligenciadas em todas as dimensões possíveis da vida, pagando sozinhas pelos altos custos da sobrecarga e buscando suprimir os efeitos dos transtornos causados no trabalho produtivo, sempre demonstrando proatividade e dedicação.

Quanto à maternidade, as experiências das trabalhadoras e das suas mães despertaram inquietações sobre como este aspecto influi sobre a inserção e permanência destas no trabalho e na trajetória escolar. Os casos de Marli e Nise tornam evidente como as atividades profissionais e o desejo de continuar os estudos interrompidos são premeditadas com cautela, levando em consideração a condição de mãe e a compulsoriedade do trabalho reprodutivo.

Além disso, destaca-se que as opressões e a exploração econômica (Saffioti, 1984) moldam as experiências sociais das trabalhadoras. No âmbito familiar, arcam com os prejuízos e os sofrimentos psíquicos relacionados às violências (simbólicas, físicas e emocionais, praticadas pelos ex-parceiros) e ao trabalho reprodutivo interminável. No trabalho plataformizado, que caracteriza um nível de precarização acentuada, laboram excessivamente em condições degradantes, sem dispor dos direitos trabalhistas e previdenciários, sendo desvalorizadas e expostas aos contextos intensificadores da vulnerabilidade, insegurança e riscos podem acometer a integridade física e mental dessas mulheres.

Ademais, esta dissertação buscou investigar quais os perfis dominantes no grupo, com o intuito de fornecer um entendimento mais aprofundado sobre este microcosmo de trabalhadoras do Distrito Federal e Entorno. Nesse sentido, os principais achados da pesquisa levam à conclusão de que há um percentual numeroso de trabalhadoras jovens (entre 26 e 33 anos), oriundas de zonas periféricas da cidade, pretas ou pardas (70%) e que possuem o trabalho plataformizado como única ou principal fonte de renda. Também é importante destacar o alto índice de mulheres homossexuais (45%) que participam desta forma de trabalho, tendo em vista que a sexualidade é um elemento novo e importante de ser considerado em investigações futuras sobre a temática.

Nesse sentido, também buscamos examinar as condições de trabalho das interlocutoras de pesquisa. O quadro 2, a seguir, reúne um apanhado sintético de informações sobre os principais resultados.

**Quadro 2** – Condições de trabalho e outros elementos que atravessam a vida das mulheres

Acesso à cidade	Reprodução	Violências/ Adoecimento
Longas distâncias a serem percorridas até o local onde é realizado o trabalho	Esgotamento mental e físico das trabalhadoras que possuem filhos/as	Experiências negativas agravadas pelas opressões de gênero, raça e classe
Falta de pontos de apoio exclusivos para mulheres; com estrutura digna	Evasão escolar	Riscos elevados de assédio sexual e racismo no trabalho
Falta de banheiros públicos e acesso dificultado aos banheiros privados	Evasão do mercado de trabalho	Impactos sobre a saúde física: cistites de repetição, infecções e má alimentação
Falta de estrutura na cidade para acolher essa e outras categorias de trabalhadores/as	Penalidade pela maternidade	Efeitos sobre a saúde psíquica: baixa autoestima, transtornos que comprometem a saúde mental

Fonte: Elaboração própria da autora.

Estas descobertas demonstram que, embora a economia de plataformas seja o principal meio de garantir uma renda e driblar o desemprego para as trabalhadoras, ela acentua desigualdades históricas, especialmente para elas, que enfrentam jornadas excessivas, a intensificação do trabalho e a falta de proteção social. Assim, a ausência de uma regulação específica por parte do poder público e a isenção das plataformas digitais em relação às responsabilidades trabalhistas contribuem para a perpetuação de um cenário de desigualdades e exploração.

Deste modo, afetadas por essa dinâmica, as mulheres precisam conciliar as demandas do trabalho nas plataformas com as responsabilidades domésticas e do cuidado, não remuneradas. A falta de políticas públicas que assegurem direitos básicos, como jornadas de trabalho limitadas, remuneração justa e acesso à seguridade social, revela uma lacuna preocupante na proteção desses trabalhadores. Além do mais, as plataformas digitais, ao se isentarem de qualquer comprometimento sobre as condições e o vínculo de trabalho, reforçam seu posicionamento quanto a priorização do lucro em detrimento da dignidade humana.

Levando esses pontos em consideração, este estudo contribui para o campo ao destacar como as plataformas digitais reproduzem e ampliam as desigualdades estruturais. A relevância deste estudo reside na urgência de pensar e produzir mecanismos de regulação que protejam a categoria, especialmente, as trabalhadoras, que se encontram em condições mais precárias e vulneráveis, buscando garantir que o avanço tecnológico não se sustente da exploração e precarização do trabalho. Portanto, é recomendado que pesquisas futuras visem abarcar o universo do trabalho feminino plataformizado, contemplando suas estratégias de organização e mobilização, mapeando suas demandas e reivindicações políticas, como forma compreender e elaborar meios práticos de enfrentamento deste crítico cenário laboral.

Em suma, as práticas laborais flexíveis e precárias conduzidas pelas plataformas digitais não são apenas um reflexo de transformações e do avanço tecnológico no mundo do trabalho, mas sintomáticas da faceta neoliberal assumida pelo atual estágio do capitalismo. Com isso, espera-se que este trabalho contribua com debates e ações que visem garantir a proteção desta categoria de trabalhadores/as, com a formulação de políticas públicas que atendam, de fato, às necessidades e particularidades das mulheres.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. **Uberização: a era do trabalhador just-in-time**. Estudos avançados, v. 34, p. 111-126, 2020.

\_\_\_\_\_. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração**. Passa Palavra; 19 fev. 2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>

\_\_\_\_\_. **Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado**. Psicoperspectivas. 2019;18(3):41-51. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>

\_\_\_\_\_. L. **Uberización: nuevas formas de control, organización y gestión del trabajo**. In: Cortés, O; Constanza, A. *Trabajo y subjetividad*. Bogotá, Colombia: Universidad Libre. 2018ª.

\_\_\_\_\_. L.; AMORIM, H.; e GROHMANN, G. **Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas**. Sociologias, v. 23, p. 26-56, 2021.

\_\_\_\_\_. L., ALMEIDA, P. F., AMORIM, H., CARDOSO, A. C. M., da FONSECA, V. P., KALIL, R.B., & MACHADO, S. **Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19**. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 3, 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa mostra perfil socioeconômico de moradores do Distrito Federal**. Disponível em:

<[https://www.google.com/url?q=https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-05/pesquisa-mostra-perfil-socioeconomico-de-moradores-do-distrito-federal&sa=D&source=docs&ust=1714568563749659&usg=AOvVaw1fWzVYwS\\_D3gNQJe\\_9oqa3](https://www.google.com/url?q=https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-05/pesquisa-mostra-perfil-socioeconomico-de-moradores-do-distrito-federal&sa=D&source=docs&ust=1714568563749659&usg=AOvVaw1fWzVYwS_D3gNQJe_9oqa3)>. Acesso em: 13 março de 2024.

\_\_\_\_\_. **Trânsito dos 30 mil proprietários de motocicletas: 17 mil não têm CNH**. *Agência Brasil*, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-09/transito-dos-30-mil-proprietarios-de-motocicletas-17-mil-nao-tem-cnh>. Acesso em: 23 fev. 2025.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Nordestinos são maioria dos imigrantes que vivem no DF**. Disponível em:<<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2014/08/09/nordestinos-sao-maioria-dos-imigrantes-que-vivem-no-df/>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

ALIAGA, N. **Riders on the storm: trabajadores de plataformas de delivery en lucha**. Madrid: La Laboratoria, 2023. 85 p. (Colección Cuadernos). ISBN 9788419833075.

AMIN, Ash. **Post-Fordism: models, fantasies and phantoms of transition**. Post-Fordism: a reader, p. 1-39, 1994.

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe B. **Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber**. *Fronteiras- Estudos Midiáticos*, v. 22, n.1, p. 59-71, 2020.

ANDRADA, Ana Carolina et al. **Plataformas digitais de cuidado no Brasil: Acesso e controle do trabalho no entrecruzamento de múltiplas crises**. *Tempo Social*, v. 35, n. 03, p. 5-31, 2023.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_, R. (Ed.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. Boitempo Editorial, 2019.

\_\_\_\_\_, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, p. 231-238, 2009.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 22 fev. 2025.

ARNAUD, Bianca Neves; GOMES, Vera Lúcia Batista. **Retrato da mulher na plataformização do trabalho: a particularidade das entregadoras por aplicativos em Belém-Pará**. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 25, 2024.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão desenvolvimento**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

ATAÍDES, Fernanda Barros; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DE FREITAS SILVA, Anair Araújo. **A etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa**. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 48, 2021.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. X Congresso Nacional de Educação. Curitiba. Novembro de 2011.

BBC| Reporter BBC | **Crise leva pessoas a morar em carro nos EUA**. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080930\\_semteto\\_eua\\_cq](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080930_semteto_eua_cq)>. Acesso em: 5 jul. 2024.

BARATA, G. “**Americanismo e fordismo**”. In Frosini, Fabio e Liguori, Guido. *Le parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del cárcere*. Roma: Carocci, 2004b.

BARAN, P.; SWEEZY, P. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1974.

BATISTA, Erika. A dialética da reestruturação produtiva: a processualidade entre fordismo, taylorismo e toyotismo. **Revista Aurora**, Marília, SP, v. 7, n. 2, p. 17–34, 2014. DOI: [10.36311/1982-8004.2014.v7n2.3848](https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/3848). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/3848>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BATISTA, E. **A insustentável teoria da sustentabilidade**. Ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social. Tese. (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília: 2013.

\_\_\_\_\_, E. **A fantástica fábrica de dinheiro na trilha do empowerment**: o discurso gerencial do Banco do Brasil. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília: 2007.

BATLLE, Mercedes Farias; SÁNCHEZ, Rosalía Alfonso. **Plataformas digitais para los**

**cuidados y entidades de Economía Social.** CIRIEC-España, revista jurídica de economía social y cooperativa, n. 41, p. 45-83, 2022.

BERNARD, Sophie. **Um capitalismo racial de plataforma: pesquisa com motoristas da Uber em Paris, Londres e Montreal.** In: As novas Infraestruturas produtivas: digitalização do trabalho, e-log[istic E Indústria 4.0. Org Ricardo Festi e Jörg Nowak. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2024. ISBN 978-65-5717-387-9.

BIHR, Alain. **Du " grand soir " à " l'alternative " : le mouvement ouvrier européen en crise.** Editions de l'Atelier, 1991.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. **Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias.** In: Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho, 1(53), 2021, 72–89. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.51417>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

BLANCHARD, Olivia. Los cuidados a domicilio y las plataformas digitales en España. Arxius de Ciències Socials, n. 43, 2020.

BOLAÑO, C.; BARRETO, H.; VALENTE, J. Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação. **Avatares de la Comunicación y la Cultura**, n. 24, 2022.

BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Ève. **Le nouvel esprit du capitalisme**, 2009.

BRAGA, R. **“Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia”.** In: Novas Tecnologias. Crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.

BRASIL, Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009. **Dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastro de motociclistas profissionais, entre outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jul. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2009/L12009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2009/L12009.htm). Acesso em: 20 fev. 2025.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRENNER, Robert. **A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão.** Outubro, n. 3, 1999.

BRITO, José C. A. “A tomada da Ford - O nascimento de um sindicato livre” - Ed. vozes - 139 p.1983

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fulvia. Trabalhadoras do Brasil. In: **Trabalhadoras do Brasil.** p. 203-203. 1982.

CANT, Callum. Delivery fight! A luta contra os patrões sem rosto. São Paulo: Veneta, 2021.

CARLOS, Paula Pinhal de; VELASCO, Pamella Bauer. **Serviços na sociedade de consumo: traços marcantes do trabalho doméstico remunerado plataformizado.**[capítulo de livro]. 2022.

CASTRO, J.Y.C. **Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de gênero em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo**. Tese de Doutorado, Universidad de Granada, 2006.

CASILLI, Antonio A. **Trabajo, conocimiento y vigilancia: 5 ensayos sobre tecnología**. 2018.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Revista Outubro, v. 5, n. 2, p. 7-28, 2001.

CLIFFORD, James. Routes. **Travel and Translation in the Late Twentieth Century**. Cambridge/London: Harvard University Press.1997.

COLLINS, P. H. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Sociedade e Estado, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/608> . Acesso em: 9 fev. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. **Perigo em duas rodas: DF tem média de seis mortes de motociclistas por mês**. *Correio Braziliense*, 2024. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2024/09/6940979-perigo-em-duas-rodas-df-tem-media-de-seis-mortes-de-motociclistas-por-mes.html>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Trânsito do DF registra aumento no número de motos durante a pandemia**. *Correio Braziliense*, 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2021/09/4947623-transito-do-df-registra-aumento-no-numero-de-motos-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CUT/INSTITUTO Observatório Social. **Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores do setor de entrega por aplicativo em Brasília e Recife**. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2021.

CUKIER, Kenneth. M. **The rise of the big data**. Foreign Affairs, New York, p. 28-40, 2013.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. Boitempo Editorial, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Neoliberalismo e subjetivação capitalista**. Revista Olho da História, v. 22, 2016b

\_\_\_\_\_, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2016.

DOS SANTOS, Kethury Magalhães. **“O nosso sofrimento é maior do que a gente expressa”:** **As condições laborais dos entregadores por aplicativo no Distrito Federal**. Revista Laborare, v. 6, p. 150-163, 2023.

DRUCK, M. G. **Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia**. São Paulo: Boitempo, 1999.

DUTRA, Renata Queiroz; LIMA, Renata Santana. **Neofascismo, neoliberalismo e direito do trabalho no governo bolsonaro**. Revista Direito e Práxis, v. 14, p. 1771-1804, 2023.

\_\_\_\_\_, Renata; FESTI, Ricardo. **A greve dos entregadores**. A terra é redonda, v. 10, 2020.

FARIA, Guélmur Junior Almeida. **Migração, trabalho doméstico, gênero: curso da vida e trajetórias de trabalhadoras domésticas migrantes presentes no filme: “Que Horas Ela Volta?”**. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, v. 10, n. 29, p. 146-155, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. Notas sobre Marx, gênero e feminismo. - Volume I. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

\_\_\_\_\_, Silvia, GAGO, V., CAVALLERO, L. **Quem deve a quem? Ensaio transnacionais de desobediência financeira**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2023.

FESTI, R. **Contribuições críticas da sociologia do trabalho sobre a automação**. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0 (Mundo do trabalho)**. [s.l.]: Boitempo Editorial, out. 2020. 531 p.

\_\_\_\_\_, R. C. ; PELEJA, J. P. I. ; SANTOS, K. M. ; GONTIJO, L. V. . **O que pensam os entregadores sobre o debate da regulação do trabalho por aplicativos?** Resultado de survey aplicada em 2023. MERCADO DE TRABALHO (RIO DE JANEIRO. 1996), v. 30, p. 1-16, 2024.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo**. Revista Contracampo, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020.

FONTES, Virginia. **Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho**. Marx e o Marxismo, v.5, n. 8, p.45-67, 2017.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: Feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Editora FGV, São Paulo; 2018.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. 1989

GONÇALO, E. C. S. **A uberização do trabalho sob uma perspectiva de gênero: um estudo sobre as vivências e percepções das motoristas de aplicativos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)-Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GOULART, A. M. M.; MELO, M. C. O.; VERSIANI, F. **Relações de gênero e gueto profissional: estudo com mulheres motoristas de aplicativos de mobilidade urbana**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 21, n. 1, p. 124-148, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. In: Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Companhia das Letras, 2ª ed. São Paulo: 2022.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. Tradução de Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008

GREGÓRIO, J., “**A solidão da mulher negra encarcerada**”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO. III, Recife. Anais.... Recife. 2017. p. 1-15.

GROHMANN, Rafael. **Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal**. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

GROPPO, Luís Antonio. **Das origens ao colapso do Estado de Bem-Estar: uma recapitulação desmistificadora**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 20, p. 68-75, 2005.

GUIGINSKI, Janaína; WAJNMAN, Simone. **A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 36, p. e0090, 2019.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, 1979.

HELOANI, J.R. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_, R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.

HIDALGO, Kruskaya. **Maternidades dentro de las economías de plataforma. Tejiendo resistencias con mujeres migrantes repartidoras de Rappi y Glovo en Ecuador**. economia para cambiarlo todo, p. 142, 2021.

\_\_\_\_\_, Kruskaya et al. **Precarización laboral en plataformas digitales. Una lectura desde América Latina**. Friedrich - Ebert – Stiftung; Quito, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. dez. 2007.

\_\_\_\_\_, Helena; KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão**. Mercado de trabalho e gênero- comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 263-178, 2008.

HOLSTON, James et al. **Cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia: debate**. 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais**, jan-fev-mar de 2024. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Teletrabalho e trabalho em plataformas digitais**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa média de desemprego cai a 9,3% em 2022, menor patamar desde 2015**. Agência IBGE de Notícias, 2 fev. 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36351-taxa-media-de-desemprego-cai-a-9-3-em-2022-menor-patamar-desde-2015#:~:text=A%20PNAD%20Cont%C3%ADnua%20tamb%C3%A9m%20registrou,39%2C6%25%20em%202022.> Acesso em: 3 fev. 2025.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Retratos e Indicadores: Mercado de Trabalho**. Ipea, 2022. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/268-retratos-indicadores/retratos-indicadores-mercado-de-trabalho#:~:text=Em%202022%2C%2062%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,brancas%20\(17%2C2%25\).](https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/268-retratos-indicadores/retratos-indicadores-mercado-de-trabalho#:~:text=Em%202022%2C%2062%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,brancas%20(17%2C2%25).) Acesso em: 3 fev. 2025.

JACQUES, Paola Berenstein; ALMEIDA JÚNIOR, Dilton Lopes de. **A Construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento**. Encontro de História da Arte, Campinas, SP, n. 12, p. 469–495, 2017. DOI: 10.20396/eha.12.2017.4549. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/4549>. Acesso em: 23 fev. 2025.

JUNIOR, Geraldo; SALTORATO, Patrícia. **Impactos da indústria 4.0 na organização do trabalho: uma revisão sistemática da literatura**. Revista Produção Online, v. 18, n. 2, p. 743-769, 2018.

KELLOGG, K. C.; VALENTINE, M. A.; CHRISTIN, A. **Algorithms at work: The new contested terrain of control**. Academy of management annals, v. 14, n. 1, p. 366-410, 2020.

KERN, Leslie. **Cidade feminista: A luta por espaço em um mundo desenhado por homens**. Oficina Raquel, 2021.

KREIN, José Dari. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista**. Tempo social, v. 30, p. 77-104, 2018.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Penso Editora, 2014.

LAPA, Raphael Santos. **Trabalho em plataformas digitais durante a pandemia da Covid-19: análise de dados da PNAD-Covid19 – IBGE – Parte 1 – Entregadores de Aplicativos**. Projeto: O mundo do trabalho na Era Digital: plataformas digitais. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021. 25 p.

LAPYDA, Ilan. **A financeirização no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LARAIA, Roque de Barros. **Candangos e pioneiros**. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1996.

LIMA, Ewennyne Rhoze Augusto et al. **“Pode mandar subir”: a precarização do trabalho de entregadoras a partir do recorte de gênero em Campina Grande-PB**. 2022.

LUIZ, E. B. & Kuyumjian, M. M. M. **Candangos: uma história de trabalho e exclusão. Tempos Históricos, [S. l.]**, v. 14,n.1,p.p.257–279, 2000. DOI: 10.36449/rth.v14i1.5170. Disponível em:

<<https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/5170>>. Acesso em: 18 março. 2024.

MADARIAGA, Javier et al. **Economía de plataformas y empleo: ¿ cómo es trabajar para una app en Argentina?**. Inter-American Development Bank, 2019.

MADE USP- **Maternidade ainda é responsável por deixar milhões de mulheres fora do mercado de trabalho**. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/maternidade-ainda-e-responsavel-por-deixar-milhoes-de-mulheres-fora-do-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 2 jul. 2024.

MARIUZZO, Patrícia. **Novas cores e contornos na Universidade-o perfil do estudante universitário brasileiro: país avança na inclusão de estudantes no ensino superior, mas políticas públicas precisam de aperfeiçoamentos, especialmente as de permanência**. Ciência e Cultura, v. 75, p. 01-06, 2023.

MEDEIROS, Lais Virginia Alves. **“Uma minoria ainda mais vulnerável”:** uma análise discursiva sobre entregadoras de aplicativo. Revista Leitura, n. 69, p. 247-260, 2021.

MELO JUNIOR, J. A. C. **O Conceito de experiência histórica em Edward Thompson**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH–São Paulo, Julho de, 2011.

MANGLINE, A., CARDOSO, L. M. B., & GIANEZINI. **Democratização do acesso ao ensino superior à luz do contexto brasileiro e catarinense**. Revista Panorâmica Online, 34. 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1455>.

MARX, Karl. In. **O Capital: crítica da economia política: livro I**, O processo de produção do capital. 2 Ed. São Paulo, Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos** 4. Ed. Trad. Jesus Ranieri, São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. DE MATTOS, CLG; CASTRO, PA, orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, p. 49-83, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009. 133 p.

MELO, H.; CONSIDERA, C.; SABBATO, A. **Os afazeres domésticos contam**. Economia e Sociedade, Campinas, v.16, n.3 (31), 435-454, dez. 2007.

\_\_\_\_\_, Castilho, M. **Trabalho reprodutivo no Brasil: Quem faz?** Rev. econ. Contemp. 13 (1). Abr. 2009.

MONTALI, Lilia. **Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares**. In: Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade. Org. por Eugenia Trancoso Leone, José Dari Krein, Marilane Oliveira Teixeira – São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas,SP: Unicamp. IE, Cesit, jun. 2017.



MUNIZ, Cícero. **De trabalhadores a assalariados a empreendedores: a transformação da subjetividade no neoliberalismo**. In: A tragédia de Sísifo: trabalho, capital e suas crises no século XXI. Org. Ricardo C. Festi – 1 ed. Jundiaí, SP: Paco, 2023. ISBN: 978-85-462-2371-8.

NAIDOO, Karmen. **Innovation, digital platform technologies and employment: An overview of key issues and emerging trends in South Africa**. Future of work (ers) SCIS working paper, v. 9, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. **A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti**. Caderno crh, v. 33, p. e020029, 2021.

\_\_\_\_\_, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 208 p. 2011.

NUN, José Luiz. **Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal**. In: Revista Latinoamericana de Sociología del Centro de Investigaciones Sociales del Instituto Torcuato Di Tella, Vol.V., 1969.

OLIVEIRA, Bárbara Raquel de. **Informalidade brasileira: o fenômeno tem rosto feminino?** Uma análise para o período 2012-2019. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **“Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”**. Mana 4 (1): 47-77.1998.

OLIVEIRA, R. C. A. **Análise crítica do discurso das falas das diaristas nos vídeos da plataforma de serviços domésticos Parafuzo**. In: XI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 11, Anais Eletrônicos [...]. Maringá, 2022.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FESTI, Ricardo Colturato. **Entregadores de aplicativos no Brasil: entre a subordinação e a “autonomia”**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 13, n. 1, jan. -, pp. 055-080. abril. 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho**. Revista Katálysis, v. 21, p. 484-503, 2018.

PAVAN, C. **Plataformização do trabalho: Um estudo sobre as condições de trabalho e a subjetividade de diaristas em empresas-plataformas**. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10216>, 2024.

PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Editora Universidade de Brasília, 2ª Edição, 2010.

PERES, Henry Frangel Madeira. **Expropriação do trabalho sexual plataformizado: um estudo de caso na Onlyfans**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Publicidade e Propaganda)-Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Rio de Janeiro, 2022.

PFEIFER, M. **"Americanismo e Fordismo" de Gramsci: A adaptação do trabalhador às necessidades da indústria.** *Divers@!* [S. l.], v. 1, n. 01, 2008. DOI: 10.5380/diver.v1i01.34007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/34007>. Acesso em: 3 fev. 2025.

QUEIROZ, Giselle C.; NEVES, Ianaira B.; RODRIGUES, Ana C. A.; **Gamificação nas Plataformas Digitais: impactos da gestão algorítmica nas condições de trabalho dos motoristas de aplicativo.** XLV Encontro da ANPAD–EnANPAD, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas.** Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RAO, Nitya. **Global agendas, local norms: mobilizing around unpaid care and domestic work in Asia.** *Development and change*, v. 49, n. 3, p. 735-758, 2018.

RIBEIRO, A. de F. **Taylorismo, fordismo e toyotismo. Lutas Sociais,** [S. l.], v. 19, n. 35, p. 65–79, 2015. DOI: 10.23925/ls.v19i35.26678. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26678>. Acesso em: 3 fev. 2025.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança. Brasília: estudo sobre uma grande obra da construção civil.** Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

RODRIGUES, G. **Plataformização do trabalho doméstico: uma análise do processo de (des) valorização das diaristas na plataforma Parafuzo.** Rio de Janeiro: 2023.

ROQUE, Isabel. **Precariedade, sofrimento, e resistência no trabalho em plataformas digitais em Portugal.** In: *A tragédia de Sísifo: trabalho, capital e suas crises no século XXI.* Org. Ricardo C. Festi – 1 ed. Jundiaí, SP: Paco, 2023. ISBN: 978-85-462-2371-8.

SAFFIOTI, H I. B. **Mulher brasileira: opressão e exploração.** Achiamé, Rio de Janeiro, 1984. \_\_\_\_\_, H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência.** Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo [em linha]. 2015.

SANTOS, Vagner dos; FRANK, Gelya; MIZUE, Ana. **Candangos: teoria da reconstrução ocupacional como uma ferramenta para a compreensão de problemas sociais e ações transformativas na utópica cidade de Brasília.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, p. 765-783, 2020.

SCASSERRA, Sofía; PARTENIO, Flora. **Precarización del trabajo y estrategias de trabajadoras en plataformas digitales: trabajo desde el hogar, organización sindical y disputa por derechos en el contexto de la pandemia del Covid-19.** *Sociologias*, v. 23, n. 57, p. 174- 206, 2021.

SCHWAB, Klaus. **The Fourth Industrial Revolution.** Genebra: World Economic Forum, 2016.

SILVA, A., FONSECA, A. G. ., Costa, A. ., SOUZA, B. ., Nascimento, J. W. ., Santos, L. ., Soares, M. V. ., & Machado, A. L. . (2021). **Acesso e permanência da população LGBT no mercado de trabalho: revisão integrativa.** *Conjecturas*, 21(4), 663–676.

<https://doi.org/10.53660/CONJ-246-808>

SILVA, Francisca C. O. **A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil**. 267 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. Editora Elefante, 2019.

SOARES, Pollyana Esteves et al. **A invisibilidade das entregadoras de aplicativo: a uberização como elemento de precarização da divisão sexual do trabalho**. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 5, p. 51611-51641, 2021.

SOUSA, L.; GUEDES, D. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. *Estudos avançados*, v. 30, p. 123-139, 2016.

SOUZA, Ilan Fonseca. **Formas de sujeição dos motoristas da Uber no Brasil: uma etnografia pela ótica da participação observante**. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, v. 7, n. 15, p. 3, 2023.

SOUSA, Elaine Pereira de; SILVA, Letícia de Oliveira. **Sangrar é político: diálogos acerca da pobreza menstrual na vida de meninas pretas e pardas**. – Trabalho de conclusão de curso, Franca, : [s.n.], 2022.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3a. Ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2021.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Londres: Polity, 2016.

TAN, Jun-E.; GONG, Rachel. **Algorithmic Management and Societal Relations: The Plight of Platform Workers in Southeast Asia**. Kuala Lumpur: Khazanah Research Institute, 2024.

Thompson, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar.

TERRA. **Médica diz que pessoas negras são as principais doadoras de órgãos no país**. *Terra*, 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/medica-diz-que-pessoas-negras-sao-as-principais-doadoras-de-orgaos-no-pais,b878d72fd64392deafe382160beab4b560f545sh.html#:~:text=%22Motoboys%3A%20eles%20s%C3%A3o%20uma%20das,de%20rim%20s%C3%A3o%20pessoas%20brancas>. Acesso em: 23 fev. 2025.

VALENTE, Jonas. **Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais**. 2019. 399 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VASAPOLLO, Luciano. **A precariedade como elemento estratégico determinante do capital**. *Pesquisa & Debate*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 16, n. 2 (28), 2005.

VASTELLA, Fernanda Tavares. **Um recorte de gênero no fenômeno da Uberização: uma análise sobre a jornada de trabalho da motorista mulher**. 2021.

VIDIGAL, Viviane. A classe plataformizada tem dois sexos. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 4, 2021.

WALKER, Michael; FLEMING, Peter; BERTI, Marco. **'You can't pick up a phone and talk to someone': How algorithms function as biopower in the gig economy.** *Organization*, v. 28, n. 1, p. 26-43, 2021.

WEIL, S., **A condição operária e outros estudos sobre a opressão/** seleção e apresentação Ecléia Bosi, tradução Therezinha G. G. Langlada. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. ISBN 85-219-0232-8.

WOODCOCK, Jamie. **Technology, labor, and the gig economy.** *The Oxford Handbook of Digital Media Sociology*, 2020.

\_\_\_\_\_, J; JOHNSON, M. R. **Gamificação: o que é e como lutar contra ela.** *Revista Eco-Pós*, v. 26, n. 2, p. 107-137, 2023.

ZUBOFF, Shoshana. **Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação.** BRUNO, Fernanda et al, p. 17-68, 2015.

## APÊNDICE

### Roteiro das Entrevistas

#### Apresentação:

Nome (será mantido sigilo):

Gênero:

Feminino ( )

Masculino ( )

Não-binário ( )

Outro ( )

Idade: Orientação Sexual:

Qual a sua raça ou etnia? Branco/a ( ) Preto/a ou Pardo/a ( ) Amarelo/a ( ) Indígena ( ) Quilombola

( ) Prefiro não responder ( )

Cidade/estado onde nasceu:

Cidade/estado onde os pais nasceram:

Região administrativa ou cidade do entorno em que mora:

Escolaridade em anos completos:

Estado civil:

#### **Eixo 1. Trajetória pessoal, profissional e educacional**

1. Você pode me contar sua história de vida dos seus pais? (Onde nasceram, cresceram e estudaram)
2. E você, qual a sua história de vida?
3. Com quantos anos começou a trabalhar e em quais empregos?
4. Você possui filhos? Se a resposta anterior for afirmativa, quem cuida de seu/s filho/s enquanto você trabalha? E quem realiza o trabalho doméstico enquanto você trabalha?
5. O fato de você ter filhos influenciou na “escolha” por esta profissão?

#### **Eixo 2. O trabalho nas plataformas digitais**

6. Quando você começou a trabalhar nas plataformas digitais e por quais motivos? O fato de ter filhos influenciou na “escolha” por essa atividade?

7. O trabalho por meio de plataformas é sua única fonte de renda ou você possui outro trabalho?
8. Como é a sua relação com os donos e funcionários dos estabelecimentos? Você pode nos relatar algum episódio que te marcou?
9. Como é a sua relação com os clientes? Você pode nos relatar algum episódio que te marcou?
10. Como é sua relação com os seus colegas de profissão?
11. Como é a sua relação com as suas colegas de profissão?
12. Qual ou quais as maiores dificuldades que você enfrenta no dia-a-dia para realizar o seu trabalho?
13. Você já foi penalizado injustamente pelas plataformas? Se sim, como ocorreu?
14. Sabemos que o Ifood (e outras empresas) nas propagandas abordam muito a questão da autonomia e flexibilidade no trabalho. Quando você passou a trabalhar como entregadora e conheceu na prática o que é essa atividade, você continuou concordando com esse discurso sobre a autonomia? Qual a sua visão sobre ele?

### **Eixo 3. Discriminação no Trabalho**

15. Você já sofreu algum tipo de discriminação social, racial, sexual ou de gênero enquanto realizava seu trabalho? Se sim, pode relatar como foi essa experiência?
16. Você já sofreu algum tipo de assédio (moral ou sexual) enquanto realizava seu trabalho? Se sim, pode relatar como foi essa experiência?
17. Sabemos que existem poucas mulheres trabalhando como entregadoras. Na sua opinião, por que isso acontece?
18. Você já presenciou algum tipo de discriminação direcionada às suas colegas de profissão? Se sim, como foi?

## Questionário

### 1. Qual seu nome?

### 2. Com qual gênero se identifica?

Feminino

Não-binário

Mulher Trans

Homem Trans

Prefiro não responder

### 3. Qual sua orientação sexual?

Heterossexual

Homossexual

Bissexual

Prefiro não responder

### 4. Idade

Entre 14 a 17 anos

18 a 25 anos

26 a 33 anos

34 a 40 anos

41 a 47 anos

48 a 59 anos

60 anos ou mais

### 4. 1 Qual seu nível de instrução?

Ensino Básico completo

Ensino Básico incompleto

Ensino Fundamental completo

Ensino Fundamental incompleto

Ensino Médio completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Superior completo

Ensino Superior incompleto

Especialização

Pós- Graduação (Mestrado ou Doutorado)

Curso Técnico

Nenhuma das opções acima

**5. Você pratica alguma religião? Qual?**

Evangélica

Católica

Espírita

Umbanda

Candomblé

Não, sou ateu

Não, sou agnóstica

Outro

**6. Com qual raça você se identifica?**

Preta

Parda

Branca

Indígena

Amarela

**7. Estado civil**

Solteira

Casada

União estável

Viúva

**8. Em que cidade ou região administrativa você mora?**

**9. Em que cidade e estado você nasceu?**

**10. Possui filhos?**

Sim ( ) Não ( )

**10.1 Se possui filhos, quantos são?**

**11. Na sua casa há alguma pessoa que necessita dos seus cuidados?**

Idoso ou idosa



Adulto (a) com deficiência

Criança com deficiência

Criança sem deficiência

Adolescente

Adulto (a) com alguma enfermidade

Nenhuma das opções acima

**12. De quantas pessoas você cuida? (Aqui pode entrar o companheiro ou a companheira, filhos, sobrinhos, irmãos, pais, avós etc.)**

**13. Você é a principal provedora da sua família?**

Sim ( ) Não ( )

**14. Você possui uma rede de apoio? (Alguém que divide os cuidados com seus filhos ou cuidados com a casa)**

Sim ( ) Não ( )

**15. Quantos dias da semana você trabalha?**

**15.1 Quantas horas diárias você dedica ao seu trabalho como entregadora?**

**16. Caso tenha outro trabalho, quantas horas do seu dia você dedica a ele?**

**17. Quantas horas do seu dia você dedica ao trabalho doméstico e de cuidado? (Limpeza da casa, preparo de refeições, cuidado com os filhos, lavagem de roupas etc.)**

**18. Você tem tempo para cuidar de si? Comente um pouco sobre:**

**19. O que você mais gosta no seu trabalho como entregadora?**

**20. O que você mais detesta no seu trabalho como entregadora?**

**21. Você já sofreu algum tipo de assédio enquanto realizava o seu trabalho como entregadora? Se sim, da parte de quem?**

Sim, dos meus colegas de profissão

Sim, dos donos ou funcionários dos estabelecimentos

Sim, dos clientes

Sim, no trânsito

Não, nunca sofri assédio durante o trabalho

Prefiro não responder

**22. Você se considera uma *empreendedora* por trabalhar por meio de aplicativos? Se sim, ou se não, por quais motivos?**

**23. Você se imagina sendo entregadora por aplicativo nos próximos anos? Se sim, ou se não, quais são as suas motivações para isso? Comente:**

**Obrigada pela sua participação em minha pesquisa de mestrado!**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu, \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ declaro que concordo em ser entrevistada e em participar, como voluntário(a), da pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado, “Meu capacete já viu muitas lágrimas”: o trabalho feminino plataformizado a partir das experiências do coletivo Moto Brabas, vinculado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.